

Relatório de Atividades e Contas

2023



Cruz Vermelha
Portuguesa

A fazer a diferença.
Todos os dias.



01.

Mensagem do Presidente

Tenho o prazer de prefaciar pela primeira vez o Relatório de Atividades e Contas da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), na sequência da minha nomeação para exercer o cargo de Presidente Nacional, ocorrida a 1 de junho de 2023, a que se seguiu a nomeação dos restantes Membros da Direção Nacional, a 6 de julho de 2023.

A CVP é uma instituição singular, pela atividade humanitária que desenvolve junto das populações mais vulneráveis, há já 159 anos, pela abrangência dos serviços que presta, pela grande dispersão geográfica que caracteriza a sua rede, pelo seu papel de auxiliar dos poderes públicos no cumprimento

da sua missão (tantas vezes a eles se substituindo), pela sua génese enquanto parte integrante da maior organização humanitária do mundo e, ainda, pela sua capacidade de rápida mobilização em caso de catástrofe, auxiliando quem necessita de forma neutra, imparcial e humana, no respeito pelos seus Princípios Fundamentais.

As necessidades sociais e humanitárias das populações que servimos crescem de forma acelerada, colocando pressão sobre a capacidade operacional de resposta e desafios quanto à gestão dos recursos disponíveis. As pessoas, em especial as mais vulneráveis, são o foco da nossa ação e continuarão a necessitar de ajuda, pelo que há que antecipar a nossa resposta, prevenindo e mitigando os riscos.

No passado recente, Portugal tem vindo a ser confrontado com diversas situações de crise, ao nível social, sanitário, económico e político, que impactam as comunidades e expõem as maiores vulnerabilidades a que estas estão sujeitas. Na sua origem, em parte, estão fenómenos globais como as alterações climáticas, migrações forçadas, situações pandémicas, conflitos armados, inflação e aumento do custo de vida. Estes fenómenos tendem a gerar desigualdade, exclusão e deterioração da saúde, o que por sua vez coloca desafios às organizações sociais e humanitárias para uma melhor e mais rápida ação de mitigação e de resposta.

É, por isso, importante fazer mais e fazer diferente. Alterar as abordagens clássicas, para que possamos responder adequadamente a todos estes desafios, de forma rápida, com capacidade técnica, robustez de recursos e acima de tudo com a dignidade que nos caracteriza.

A CVP tem uma dispersão territorial significativa, diria mesmo única, que lhe confere a capacidade e a responsabilidade de enfrentar as assimetrias geográficas e socioeconómicas das comunidades que serve, encontrando as soluções que melhor se adaptem às necessidades de cada território. Desta forma, o nosso compromisso é o de

Assumimos o desafio de utilizarmos os nossos melhores recursos de forma evolutiva, aliando o saber-fazer conquistado pela experiência, às novas tecnologias e aos recursos mais inovadores. Os fenómenos sociais e as crises surgem de forma cada vez mais célere e imprevista, pelo que as nossas respostas não podem continuar a ser as mesmas. Vamos diferenciá-las e ajustá-las, inovando, construindo pontes com parceiros estratégicos, tendo como objetivo a criação e a gestão de modelos de intervenção sustentáveis.

A dimensão, representatividade territorial, riqueza de experiência e conhecimento da rede CVP, alicerçada nos seus quase 2.900 trabalhadores e 4.400 voluntários, nas suas Delegações e Estruturas Locais, nos seus Serviços Autónomos e Entidades Subsidiárias, constituem um ativo determinante para o desenvolvimento da nossa ação humanitária. É obrigação e responsabilidade de todos – membros dos órgãos nacionais, regionais e locais, membros associados, dirigentes e trabalhadores – contribuir para uma maior coesão e robustez da rede CVP, promovendo a disseminação e partilha das melhores práticas existentes, procurando a melhoria contínua e a qualidade dos processos, fomentando os comportamentos éticos na gestão e na operação, capacitando os recursos humanos, incentivando a inovação, no respeito pelo Princípio Fundamental da **Unidade** da Cruz Vermelha, que está na base da nossa existência e é o garante do nosso futuro comum.

A Direção Nacional a que tenho a honra de presidir tem vindo a insistir na necessidade de procurar e assegurar a sustentabilidade económico-financeira da instituição a médio prazo. Tal não constitui um fim em si, mas antes uma condição indispensável para que possamos continuar a desempenhar a missão que nos está confiada, a ultrapassar períodos difíceis que inevitavelmente se nos apresentarão e a reforçar a abrangência e relevância da nossa ação humanitária.

Pensar Global, mas Agir Local.

Temos vindo a trabalhar na revisão dos Estatutos da CVP, processo que deveria ocorrer a cada 10 anos, conforme recomendação da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Trata-se de uma tarefa importante, pela relevância daquele documento na definição dos processos de governança da CVP, centrais à sua atividade. Contamos poder iniciar o processo de apresentação, recolha de pareceres e aprovação nos próximos meses.

A CVP encontra-se, desde 2016, num processo de negociação de um Acordo de Empresa, com os sindicatos mais representativos das suas áreas de atividade e sob a mediação da DGERT. Consideramos que se trata de um importante instrumento que permitirá definir, uniformizar e regular aspetos relevantes da vida laboral da instituição, promovendo o reconhecimento de competências e a valorização profissional na instituição. É nossa expectativa poder concluir as negociações deste Acordo de Empresa a muito breve prazo.

Continuaremos, como sempre temos feito, empenhados na missão humanitária que é a nossa, envolvidos com as comunidades dos diferentes territórios em que estamos presentes, mitigando as suas vulnerabilidades, mas também atentos às nossas pessoas, às que trabalham diariamente na CVP e que constituem o seu maior ativo, entre elas os voluntários, para impactar de forma positiva, capacitando e autonomizando as pessoas e famílias com e para quem trabalhamos.

Neste relatório anual, pretendemos demonstrar a diversidade da nossa ação, evidenciando que estamos onde somos precisos, que acompanhamos o ciclo de vida das pessoas em todos os domínios de intervenção e que é na **Unidade** da nossa ação que reside a nossa força. Pretendemos que todos os membros da Comunidade CVP se sintam nele representados e que, em conjunto, possamos expressar e refletir a dimensão abrangente e humana da CVP.



António Saraiva,
Presidente Nacional

Lisboa, 15 de maio de 2024

Índice

Princípios Fundamentais

Página 6

Organização e Estrutura

Página 8

Missão

Página 12

Valores

Página 13

Pilares diferenciadores

Página 17

Linhas de orientação para 2024

Página 24

Relatório de atividades 2023

Página 36

Análise Económica e Financeira

Página 93

**Demonstrações Financeiras
a 31 de Dezembro**

Página 103

Anexo

Página 108

Certificação legal de contas

Página 144

Parecer do Conselho Fiscal

Página 149



Princípios Fundamentais da Cruz Vermelha

01.

Humanidade

A Cruz Vermelha nasce da preocupação de prestar auxílio a todos os feridos, dentro e fora dos campos de batalha; de prevenir e aliviar o sofrimento humano, em todas as circunstâncias; de proteger a vida e a saúde; de promover o respeito pela pessoa humana; de favorecer a compreensão, a cooperação e a paz duradoura entre os povos.

02.

Imparcialidade

A Cruz Vermelha não distingue nacionalidades, raças, condições sociais, credos religiosos ou políticos, empenhando-se exclusivamente em socorrer todos os indivíduos na medida dos seus sofrimentos e da urgência das suas necessidades, sem qualquer espécie de discriminação.

03.

Neutralidade

A Cruz Vermelha, a fim de conservar a confiança de todos, abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias de ordem política, racial, filosófica ou religiosa.

Princípios Fundamentais da Cruz Vermelha

04.

Independência

A Cruz Vermelha é independente e, no exercício das suas atividades como auxiliar dos poderes políticos, conserva autonomia que lhe permite agir sempre segundo os princípios do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

05.

Voluntariado

A Cruz Vermelha é uma instituição de socorro voluntária e desinteressada.

06.

Unidade

A Cruz Vermelha é uma só. Em cada país só pode existir uma Sociedade, que está aberta a todos e estende a sua ação humanitária a todo o território nacional.

07.

Universalidade

A Cruz Vermelha é uma instituição universal, no seio da qual todas as Sociedades Nacionais têm direitos iguais e o dever de enteraajuda.

Organização e Estrutura

Presidente de Honra



Professor Doutor Marcelo
Rebelo de Sousa

Presidente de Honra

Presidente Nacional



Dr. António Saraiva

Presidente Nacional

Direção Nacional

Vice-Presidentes



Eng.º Fernando Santo
Vice-Presidente e
Secretário Geral



Eng.º José Miguel Leonardo
Vice-Presidente



Dr.ª Madalena Ramalho
Vice-Presidente



**Tenente-General
Marco Serronha**
Vice-Presidente

Vogais



Dra. Cristina Siza Vieira
Vogal



Dr. Luís Pais Antunes
Vogal



Dra. Maria do Carmo Neves
Vogal

Assembleia Geral



Drª Manuela Filipe

Presidente da
Assembleia Geral



**Dr. António Pimenta
de Castro**

Secretário da
Assembleia Geral



Tenente Coronel Rui Nunes

Secretário da
Assembleia Geral

Conselho Supremo



Dr. António Saraiva

Presidente do
Conselho Supremo

Conselho Fiscal



Dr. Francisco Soares

Presidente do
Conselho Fiscal



Dr. Ernesto Ribeiro

Conselho Fiscal



Dr. Vítor Almeida

Conselho Fiscal

Organização e Estrutura

PRESIDENTE DE HONRA

ÓRGÃOS NACIONAIS

Presidente Nacional

Direção Nacional

Assembleia Geral

Conselho Supremo

Conselho Fiscal

ÓRGÃOS REGIONAIS E LOCAIS

Delegado Regional

Direção da Delegação Local

Assembleia da Delegação Local

Conselho de Curadores da Delegação Local

MEMBROS ASSOCIADOS

Membros Ativos (Voluntários)

Membros Ativos Contribuintes (Sócios)

Beneméritos

Grandes Beneméritos

Membros Honorários

REDE CVP

DIRETOR GERAL

ESTRUTURAS LOCAIS

124

Delegações Locais

18

Centros Humanitários

17

Extensões das Delegações Locais

SERVIÇOS AUTÓNOMOS

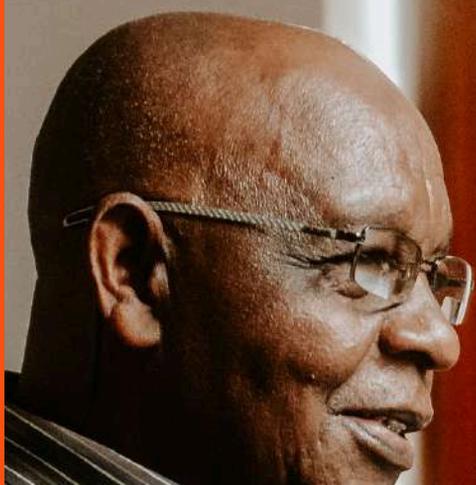
Escola Superior de Saúde, Lisboa
Escola Superior de Saúde, Norte
Escola Superior de Saúde, Alto Tâmega
Escola de Socorrismo
Escola de Formação Profissional Lar Militar
Complexo de Neurointervenção
Clínica CVP Vila Viçosa

ENTIDADES SUBSIDIÁRIAS

Parfisi, Lda.
Clínica Social Rainha Santa Isabel de Estremoz, ACE

ÁREAS DE APOIO À GESTÃO

Assessoria da Direção Nacional
Gabinete de Proteção de Dados
Gabinete de Ética e Disciplina
Secretariado da Direção Nacional
Compras e Contratação Pública
Comunicação, Marketing, Eventos e Fundraising
Coordenação Nacional de Emergência
Delegações, Centros Humanitários e Membros
Estudos e Planeamento
Financeira
Jurídica
Património, Serviços Gerais e Secretaria
Recursos Humanos
Relações Internacionais
Sistemas de Informação Social
Teleassistência
Voluntariado e Juventude



Missão

Por um mundo mais humano.

A Cruz Vermelha Portuguesa esforça-se para prevenir e aliviar o sofrimento humano, em Portugal e no mundo. Constitui missão da CVP prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana. [Artigo 5º, Decreto-Lei nº 281/2007, 7 de agosto]. Para o desenvolvimento da nossa atividade, mobilizamos o “Poder da Humanidade”, bem como a generosidade dos doadores e parceiros por todo o país.

Na qualidade de Sociedade Nacional do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, agimos no respeito pelos princípios fundamentais da Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade.

Os nossos valores permanecem intactos. Todos os dias.



A Cruz Vermelha, enquanto movimento global, contribui para o bem-estar e aspirações das pessoas vulneráveis e marginalizadas.

Habilitamos comunidades saudáveis e seguras, reduzimos vulnerabilidades, fortalecemos a resiliência e promovemos uma cultura de paz ao redor do mundo.

Reunimos pessoas para o bem da humanidade, impulsionando as mudanças que criarão um futuro melhor para todos – centrando a nossa intervenção nos seguintes valores fundamentais:

Ação Local, Alcance Global

A nível Internacional: através do amplo e profundo alcance das Sociedades Nacionais estamos em posição de apoiar pessoas e a comunidade, antes, durante e depois de situações de emergência e conflito.

Fazemo-lo através da presença permanente das Sociedades Nacionais nas comunidades, através do auxílio às autoridades públicas no campo humanitário e da nossa extensa rede de estruturas e voluntários locais em quase todos os países do mundo.

A nível Nacional: a implantação em todo o território, permite à CVP atuar a um nível central, dando respostas de abrangência nacional às solicitações, fortalecendo esta sua ação com as **159 Estruturas Locais**, que identificam e dão resposta às necessidades em cada território.



Colocação das comunidades locais no centro da mudança

Reconhecemos a importância de uma mudança de liderança e decisão para o nível mais local. O envolvimento das comunidades com estruturas locais, nacionais e internacionais deve reforçar a sua dignidade e autonomia, de forma a garantir que as pessoas e as comunidades possam prosperar num ambiente de paz e prosperidade.

Defendemos o direito e a ação das pessoas para conduzir mudanças para si mesmas, para as suas comunidades e para o mundo. Realizamos uma abordagem sistémica, reconhecendo a interconexão de todos os aspetos do nosso trabalho, dedicando especial atenção às pessoas vulneráveis, excluídas ou marginalizadas.

Rede de organizações independentes, mas dinamicamente conectadas

Atuar como uma rede de organizações independentes, mas dinamicamente conectadas, que podem colaborar, aprender e funcionar juntas de forma altamente eficaz.

Parcerias

Cooperamos com todos, sem comprometer os nossos princípios fundamentais: independência, imparcialidade e neutralidade.

Diversidade e Inclusão

Respeitamos a diversidade da comunidade e promovemos a inclusão de todos aqueles que se reconheçam nos valores da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho.

Integridade

Agimos de acordo com os nossos princípios fundamentais, de forma transparente e responsável em tudo o que fazemos, com comunidades, parceiros, autoridades, doadores e entre nós mesmos.

Liderança

Procuramos uma liderança visionária, eficaz e fundamentada, chamando a atenção dos direitos, necessidades e vulnerabilidade da comunidade, de acordo com os nossos princípios e valores humanitários.

Inovação

Comprometemo-nos com uma transformação digital contínua de forma a facilitar a aprendizagem coletiva e a ação. Procuramos encontrar soluções criativas e sustentáveis para os problemas que ameaçam o bem-estar humano e a dignidade num mundo em mudança.

Impulsionamos o bem-estar e a autonomia de comunidades vulneráveis ao redor do mundo, fortalecendo a resiliência local e promovendo a paz global

Esperança na capacidade da humanidade de mobilização para o bem e na criação de um mundo melhor

A nossa inigualável base de voluntários está comprometida em impulsionar mudanças positivas, de forma a garantir que, coletivamente, estejamos prontos e dispostos a fazer as mudanças necessárias para que todos possamos ter oportunidades de prosperar.

(de acordo com a Estratégia 2030: Global Reach, Local Action da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho).



A woman with her hair in a bun, wearing a red Cruz Vermelha jacket, is smiling and hugging another person. The background is a blurred city street with buildings. The entire image has a warm, reddish-orange tint.

A promover dignidade. Todos os dias.

A estratégia da Cruz Vermelha Portuguesa passa por desenvolver planos de intervenção individualizados que não apenas aliviam as condições imediatas de precariedade, mas que capacitam para a construção de uma vida autónoma e digna.

Isto é alcançado através de um cuidadoso balanço entre o atendimento das necessidades e a valorização dos recursos que cada pessoa traz consigo.

Desta forma, não só atendemos às suas necessidades imediatas, mas também promovemos um impacto duradouro nas suas vidas, ajudando-as a prosperar e a reintegrar-se na sociedade.

As histórias de dedicação e altruísmo que emergem diariamente, são fontes inesgotáveis de inspiração. Não se trata apenas de narrativas isoladas, mas da soma de todos os momentos em que o espírito humano de empatia e dedicação se manifesta em prol da humanidade.

Pilares Diferenciadores da CVP

01

A Unidade da Ação na Dispersão e Proximidade Territorial

À semelhança do que acontece nas restantes Sociedades Nacionais, a CVP tem presença em todo o território nacional, através das **159** Estruturas Locais e Organismos Autónomos que prestam serviço a mais de **1 milhão de pessoas**, aliviando o sofrimento humano e promovendo o desenvolvimento das comunidades.

Toda a nossa intervenção é realizada com imparcialidade face à nacionalidade, raça, género, crença religiosa, estatuto social e opinião política. Estamos comprometidos em salvar vidas e mudar mentalidades, advogando causas e influenciando os decisores a agir sempre no melhor interesse das pessoas em situação de vulnerabilidade.



É desta forma que potenciamos comunidades saudáveis e seguras, reduzimos vulnerabilidades, fortalecemos a resiliência e promovemos uma cultura de paz. Estamos onde somos precisos e acompanhamos o ciclo de vida das pessoas que servimos.

Tudo o que fazemos é sustentado na premissa de que “Somos Mais”, construindo boas (rel)ações.

A dispersão territorial da CVP, assim como a diversidade de serviços e atividades desenvolvidos pelas diferentes estruturas que compõem a sua rede, exigem uma organização séria e responsável que devolve resultados à comunidade.



Pilares Diferenciadores da CVP

02

Voluntariado

A CVP é uma das **191** Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, fazendo parte da maior rede humanitária de voluntariado do Mundo. O Voluntariado, sendo um dos 7 Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, torna-se um dos pilares mais estruturantes da CVP, transversal a todas as atividades desenvolvidas. O trabalho humanitário da Cruz Vermelha não seria possível sem os seus voluntários, por isso se diz que são o "Poder da Humanidade".

O Voluntariado da CVP encontra, também, expressão no seio dos corpos sociais da instituição, uma vez que, quer os membros da Direção Nacional, quer os membros das Direções Locais são voluntários.



Existem 4 grandes áreas de Voluntariado

Emergência, Juventude, Social e Voluntariado Geral, no seio das quais os voluntários podem ser integrados e colaborar em diversos projetos, ações e atividades.

A missão da área de Voluntariado consiste em proporcionar um ambiente favorável que promove, recruta, mantém, inova, motiva e reconhece a ação voluntária, inspirada na Missão da Instituição. É igualmente missão da área de Voluntariado providenciar ferramentas, recursos, formação e informação às Estruturas Locais da CVP com o intuito de dotar a gestão de Voluntariado na Instituição de maior rigor, qualidade e eficácia. No âmbito da gestão da formação institucional da CVP é missão da área de Voluntariado promover a identificação com a missão, princípios fundamentais, valores humanitários e identidade institucional de todos os novos colaboradores, voluntários ou dirigentes da instituição.

Que sejamos
a voz da
Humanidade
quando ela
mais precisa.

Pilares Diferenciadores da CVP

03

Direito Internacional Humanitário/ Convenções Genebra

As Convenções de Genebra e os seus Protocolos Adicionais constituem o núcleo do direito humanitário internacional, que regula a condução dos conflitos armados e procura limitar os seus efeitos. Protegem as pessoas que não participam dos combates (civis, médicos, trabalhadores humanitários) e aqueles que não podem mais lutar (militares feridos, doentes e náufragos, prisioneiros de guerra).

As Convenções e os seus Protocolos apelam à tomada de medidas para prevenir ou pôr fim a todas as violações. Os Estados e outras partes num conflito armado têm a obrigação de "respeitar e garantir o respeito pelo Direito Internacional Humanitário (DIH) "em todas as circunstâncias" (Art. 1º comum às Convenções de Genebra) e devem usar a sua influência para prevenir e acabar com as violações do DIH e abster-se de encorajar violações por outras partes.

A CVP tem a responsabilidade de desenvolver conteúdos de formação em DIH e ministrar formação interna e externa neste âmbito, nomeadamente, para as Forças Armadas.



Pilares Diferenciadores da CVP

04

Restabelecimento de Laços Familiares

Em todo o mundo, mais de 100.000 pessoas foram comunicadas como desaparecidas pelas suas famílias à rede da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Esta é apenas uma fração de todas as pessoas que se creem desaparecidas devido a conflitos passados e atuais, outras situações de violência, catástrofes naturais ou migração. Por detrás de cada pessoa desaparecida existem inúmeras outras afetadas, nomeadamente os seus familiares.

Na Europa, além dos desaparecimentos ligados a conflitos e desastres, dezenas de milhares de migrantes foram dados como desaparecidos pelos seus familiares à rede da Cruz Vermelha.

A CVP, as restantes Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e o Comité Internacional da Cruz Vermelha trabalham conjuntamente, no mundo inteiro, para tentar localizar e colocar novamente em contacto os membros das famílias separadas. Este trabalho inclui procurar familiares, clarificar o destino dos desaparecidos, restabelecer o contacto e, em alguns casos, reuni-los com as suas famílias.

O serviço de Restabelecimento de Laços Familiares da CVP rege-se pelos princípios definidos pela Rede de Laços Familiares do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, salientando-se a confidencialidade da informação prestada, a proteção de dados e a gratuitidade deste serviço.



Pilares Diferenciadores da CVP

05

Resposta de Emergência

Durante crises e ocorrências de grande escala, ou em contextos de extrema vulnerabilidade, é missão da CVP apresentar-se como resposta estratégica e operacional, potenciando os recursos da rede, ajudando a aumentar a eficiência de toda a intervenção, para que o resultado no apoio às comunidades afetadas seja maximizado.



Os recursos humanos devidamente capacitados e treinados são um dos componentes mais cruciais da preparação para catástrofes e da resposta a emergências. Através da sua rede, a CVP pode mobilizar pessoal especializado em resposta de emergência, a curto prazo, para apoiar operações humanitárias de emergência em todo o território.

Pilares Diferenciadores da CVP

06

Advocacia e Responsabilidade

Em nome dos nossos membros e das comunidades que servimos, a CVP desempenha um papel importante ao influenciar a tomada de decisões sobre assuntos humanitários, junto dos decisores políticos e estratégicos. O nosso propósito é sempre a defesa da dignidade e da humanidade das pessoas.

A confiança é elemento essencial para todas as relações que estabelecemos na CVP e é o garante do nosso acesso às comunidades e às parcerias, bem como fomenta e incentiva uma base produtiva e saudável de voluntários e trabalhadores. A nossa responsabilidade é para com as comunidades com quem trabalhamos, para com os nossos parceiros, doadores e também para com a rede de voluntários e trabalhadores.



Defendemos e promovemos uma cultura de prática ética e colocamos a responsabilidade pessoal e institucional no centro do nosso trabalho, em linha com os nossos Princípios Fundamentais.



A construir
futuros.
Todos os dias.

Linhas de Orientação
da Cruz Vermelha
Portuguesa para 2024



“Que continuemos a colocar o ser humano no centro das nossas preocupações, promovendo a sua dignidade e bem-estar e que cada vez mais pessoas se juntem a nós, contribuindo com tempo, recursos ou competências, para fortalecer a nossa capacidade de responder aos desafios e tornar a sociedade mais resiliente e justa”

Enquadramento

A Cruz Vermelha Portuguesa é uma das mais antigas organizações portuguesas que tem sabido resistir aos desafios e às enormes dificuldades que o mundo, e em particular o nosso país, têm enfrentado nos últimos 159 anos.

Essa história de resistência e adaptação às mudanças deve-se ao mérito de todos os que se envolveram na nobre missão da CVP, mantendo o rumo fiel aos 7 princípios fundamentais da organização: Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade.

Em cada período foram definidas orientações estratégicas e ações que permitiram que a CVP fosse fiel à sua Missão de **“prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana”**.

A atual Direção Nacional tomou posse a 6 de julho de 2023, e neste curto período tem procurado conhecer a organização, os principais problemas, as dificuldades, os constrangimentos e as ambições, procurando responder ao que é mais emergente e importante para a CVP e para todos os que beneficiam do seu apoio, razão de ser da organização. Contudo, as opções e as ações a desenvolver em 2024 deverão ser enquadradas num Plano de Atividades que procura traduzir o resultado da reflexão entre a situação atual e os objetivos a atingir.

Para a CVP continuar a assegurar a sua Missão, desenvolvida em todo o país por 159 Estruturas Locais e Organismos Autónomos, com diferentes focos e tipo de assistência, há 8 objetivos que importa destacar como fundamentais nas opções a seguir:

Garantir a sustentabilidade financeira da CVP e dos investimentos a realizar, pois as necessidades superam os recursos;

Auxiliar ou complementar os poderes públicos, sem prejuízo da sua independência e autonomia, mas subordinando essa intervenção à análise da sustentabilidade financeira de cada projeto, no momento do investimento ou da sua exploração;

Concentrar os recursos nas ações de menor custo que possam beneficiar o maior número possível dos que mais precisam;

Reorganizar a CVP e otimizar a gestão da organização, a fim de poder fazer mais com menos recursos;

Ampliar o número de Voluntários e dos Membros Ativos, Contribuintes e Beneméritos;

Reforçar a área de Ensino e Formação;

Reforçar a presença da marca CVP na sociedade;

Reforçar a capacidade de resposta da CVP na área da Emergência.

Linhas de Orientação

No atual quadro de atividades desenvolvidas pela CVP verifica-se uma elevada dispersão de ações, de projetos de investimento em curso e de propostas para novos investimentos, sem que exista uma linha de orientação que permita conciliar as necessidades a satisfazer com os meios existentes.

A proximidade das Delegações, Centros Humanitários e Organismos Autónomos à necessidade de apoio aos mais necessitados e o desejo de atender os pedidos dos poderes públicos presentes em cada local, tem levado a CVP a assumir compromissos que, só por si, sem apoio, é incapaz de manter sem comprometer o futuro da organização, que apesar da presença em todo o território, é uma e sujeita ao escrutínio e às consequências de eventuais incumprimentos.

Neste contexto e sem perder o horizonte do mandato com 4 anos, a Direção Nacional entende que é necessária uma análise criteriosa das ações em curso e dos investimentos a realizar, para que a Missão seja assegurada de forma segura e eficaz.

Tendo em conta esta reflexão, entende-se definir as seguintes **Linhas de Orientação da CVP:**



Linhas de Orientação



Garantir a Sustentabilidade Económico-Financeira da CVP



Reorganizar a CVP e otimizar a gestão da organização



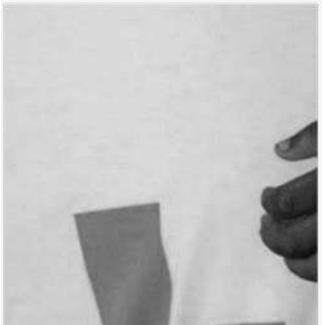
Ampliar o número de Voluntários e dos Membros Ativos, Contribuintes e Beneméritos



Reforçar a área de Ensino e Formação



Reforçar a presença da marca CVP na sociedade



Reforçar a resposta de emergência da CVP



Fortalecer a intervenção social e humanitária da Rede Cruz Vermelha

Garantir a Sustentabilidade Económico-Financeira da CVP

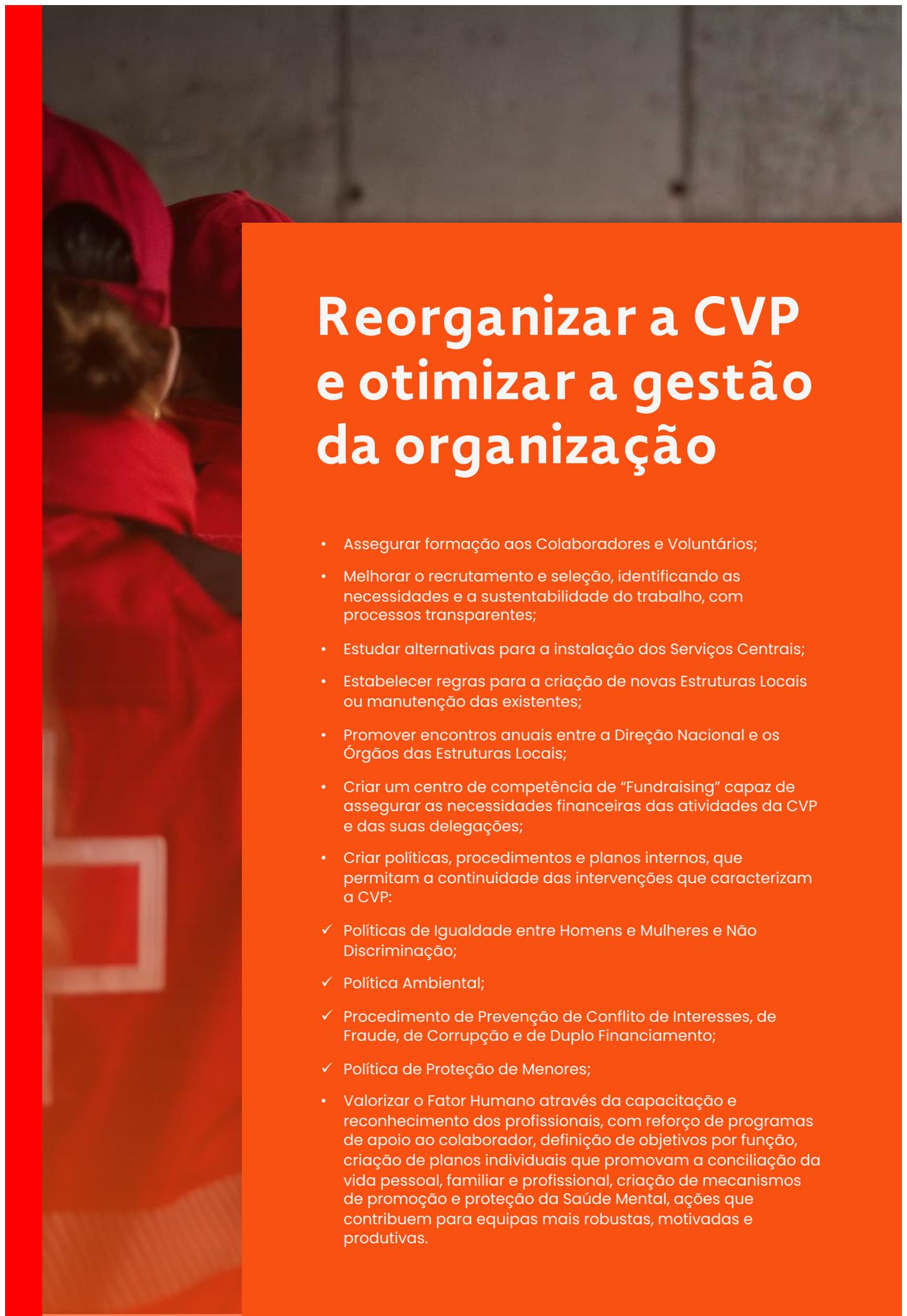
- Reduzir custos de todos os serviços que possam ser contratados abrangendo o universo da CVP;
- Reduzir ao mínimo os custos de financiamento da atividade;
- Assegurar que qualquer serviço prestado aos poderes públicos é justamente remunerado;
- Reformular a estratégia de “Fundraising”;
- Criar um Fundo Solidário para apoiar, com critério, as Estruturas em situação económica e financeira difícil, a partir de contributos das Estruturas Locais com resultados positivos e com mais meios financeiros;
- Analisar os resultados de todas as Unidades de Saúde, Escolas de Formação, Creches, Residências de Idosos, Unidades de Cuidados Integrados, Centros de Acolhimento e outras prestações de serviços e, caso estes sejam negativos, estudar soluções para inverter a situação;
- Cancelar todos os investimentos em fase de projeto, sem que previamente seja efetuada uma criteriosa análise custo-benefício;
- Valorizar e rentabilizar o património existente;
- Racionalizar a frota de viaturas da CVP;
- Reforçar as campanhas de angariação de fundos.





Reorganizar a CVP e otimizar a gestão da organização

- Reorganizar os Serviços Centrais, dotando-os de mais competências, eficácia e eficiência, a fim de assegurar a gestão global centralizada da CVP;
- Elaborar regulamentos por áreas de intervenção, que permitam uniformizar e assegurar a implementação de boas práticas a nível Central e das Estruturas Locais;
- Implementar um sistema de controlo de gestão global que monitorize o controlo dos objetivos, custos, receitas, regulamentos e outros procedimentos a uniformizar;
- Desenvolver um processo de planeamento e gestão orçamental global para a CVP, quer a nível central, quer ao nível das delegações;
- Desenvolver um processo colaborativo de gestão financeira e de tesouraria entre as delegações e os serviços centrais assegurando a gestão centralizada das responsabilidades e das disponibilidades financeiras de forma a garantir a otimização dos seus recursos e a redução dos riscos inerentes;
- Rever os Estatutos da CVP, seguindo as orientações da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho;
- Promover a transformação digital.



Reorganizar a CVP e otimizar a gestão da organização

- Assegurar formação aos Colaboradores e Voluntários;
- Melhorar o recrutamento e seleção, identificando as necessidades e a sustentabilidade do trabalho, com processos transparentes;
- Estudar alternativas para a instalação dos Serviços Centrais;
- Estabelecer regras para a criação de novas Estruturas Locais ou manutenção das existentes;
- Promover encontros anuais entre a Direção Nacional e os Órgãos das Estruturas Locais;
- Criar um centro de competência de “Fundraising” capaz de assegurar as necessidades financeiras das atividades da CVP e das suas delegações;
- Criar políticas, procedimentos e planos internos, que permitam a continuidade das intervenções que caracterizam a CVP:
 - ✓ Políticas de Igualdade entre Homens e Mulheres e Não Discriminação;
 - ✓ Política Ambiental;
 - ✓ Procedimento de Prevenção de Conflito de Interesses, de Fraude, de Corrupção e de Duplo Financiamento;
 - ✓ Política de Proteção de Menores;
- Valorizar o Fator Humano através da capacitação e reconhecimento dos profissionais, com reforço de programas de apoio ao colaborador, definição de objetivos por função, criação de planos individuais que promovam a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, criação de mecanismos de promoção e proteção da Saúde Mental, ações que contribuem para equipas mais robustas, motivadas e produtivas.

Ampliar o número de Voluntários e dos Membros Ativos, Contribuintes e Beneméritos

- Promover campanhas para mobilizar a angariação de Voluntários dos diversos grupos etários;
- Promover a adaptação pela CVP de novas tendências de voluntariado;
- Promover iniciativas para aumentar o número de Membros da CVP.





Reforçar a área de Ensino e Formação

- Analisar com as Direções das Escolas de Ensino as condições para ampliar a capacidade das escolas, sua sustentabilidade e valências.

Reforçar a presença da marca CVP na sociedade

- Promover iniciativas para divulgar a presença da CVP na sociedade;
- Assegurar a promoção do Cartão Cruz Vermelha e sua adoção como cartão solidário por excelência;
- Aumentar a presença nas redes sociais.

Reforçar a resposta de emergência da CVP

- Desenvolvimento do campus de comando, logística e formação da emergência;
- Capacitação e acreditação internacional (IFRC/WHO) do Hospital de Campanha;
- Otimização da gestão do transporte de doentes;
- Digitalização da gestão e controle da emergência;
- Reforçar a capacidade da CVP na coordenação e logística para realojamento de emergência a nível nacional;
- Investir em mecanismos de procura ativa de financiamento próprio, seja através da implementação de projetos, seja através de fundos de resposta a emergências.

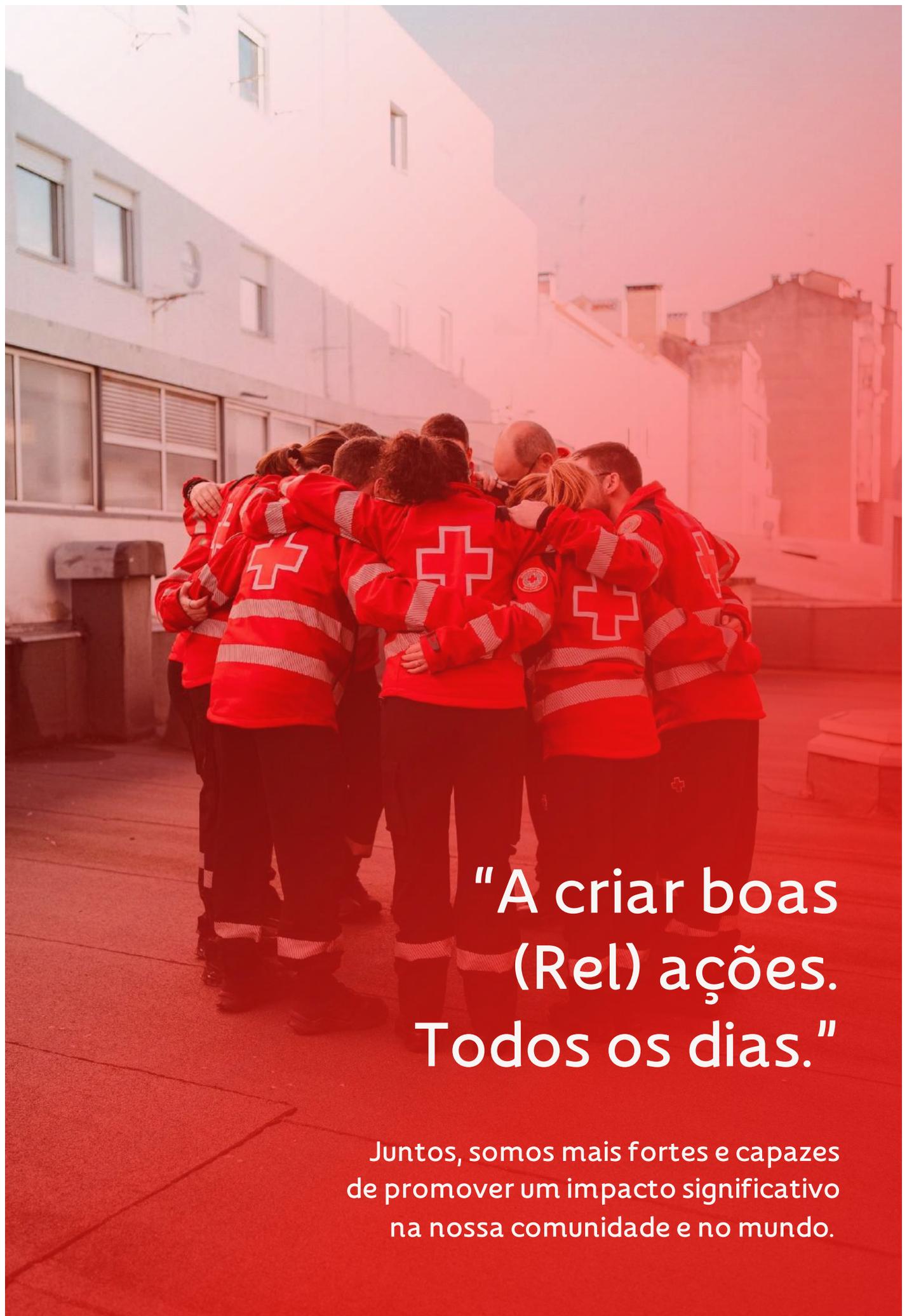




Fortalecer a intervenção social e humanitária da Rede Cruz Vermelha

- Identificar e promover as áreas de intervenção da CVP que a distinguem na Economia Social, quer pela celeridade da resposta, quer pela experiência reconhecida, quer pela metodologia utilizada;
- Avaliar a implementação de critérios de Qualidade e Inovação, por forma a reforçar, apoiar e dar continuidade às respostas sociais e potenciando os mecanismos de financiamento;
- Reforçar a captação de parceiros corporativos, fomentando a responsabilidade social, através de Programas como o Mais Feliz, contribuindo para gerar valor para a Sociedade;
- Reforçar o papel da CVP enquanto influenciadora das Políticas Públicas nacionais e europeias, aproveitando a sua natureza única, por forma a ir ao encontro das necessidades das comunidades com quem trabalha.

Relatório de Atividades
da Cruz Vermelha
Portuguesa 2023

A group of Red Cross volunteers are huddled together in a courtyard, wearing red jackets with white crosses. The scene is overlaid with a red tint. The text is positioned in the lower right quadrant of the image.

“A criar boas
(Rel) ações.
Todos os dias.”

Juntos, somos mais fortes e capazes
de promover um impacto significativo
na nossa comunidade e no mundo.

Emergência

A emergência afirma-se como um dos pilares fundamentais de ação da CVP, possibilitando uma resposta rápida e eficaz não só em emergências diárias, mas também em situações decorrentes de catástrofes naturais, acidentes ou crises, que, pela sua natureza e dimensão, carecem de um trabalho constante de prevenção, organização e mitigação, com base na Estratégia 2030 da Federação Internacional das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho (IFRC). Estrutura central e responsável pelo planeamento e execução desta resposta, a Coordenação Nacional de Emergência (CNE) é essencial para enfrentar de forma cabal os novos grandes desafios e crises humanitárias, cada vez mais complexos e frequentes.

Atualmente, o papel e responsabilidade da CVP enquanto Agente de Proteção Civil é preponderante em Portugal, dispendo:

159 Estruturas Locais

Das quais 93 correspondem a **Estruturas Operacionais de Emergência (EOE)**

4.000 Voluntários



Ao nível da emergência, as EOE prestam um vasto leque de serviços, destacando-se o socorro pré-hospitalar, a logística operacional, o apoio psicossocial e o apoio a eventos.

Com foco na manutenção das relações institucionais com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a CVP faz-se representar nos diversos encontros, nos vários organismos da ANEPC, ao nível nacional, regional e sub-regional, garantindo o estreitamento de laços e integração plena da CVP como Agente de Proteção Civil.

As atividades relacionadas com as operações nacionais em 2023 envolveram fases de planeamento, coordenação e operacionalização de dispositivos de resposta a operações de proteção e socorro, nomeadamente a **Operação Fátima** e a resposta no **Dispositivo de Combate a Incêndios Rurais**, coordenado pela ANEPC.

Este dispositivo nacional esteve ativo entre 1 de julho e 30 de setembro e contou com:

18

Ativações em teatros de operações

109

Operacionais envolvidos

1.804

Horas de empenhamento

Indicadores relativos ao dispositivo de combate a incêndios rurais



Temos uma equipa empenhada em socorrer todas as necessidades. Todos os dias.



Saiba mais aqui



Outra operação de elevada singularidade e dimensão foi a operação **Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ)**. Foram desenvolvidas atividades de Mass Training de Suporte Básico de Vida (SBV) a voluntários paroquiais da JMJ e foi criada uma dinâmica interna de gestão operacional com alocação de recursos humanos para tarefas específicas e a articulação contínua com outras entidades, destacando a dinamização.

Disponibilizamos recursos e a ajuda necessária, de forma rápida e eficiente, a quem necessita.



Jornada Mundial da Juventude

A Cruz Vermelha Portuguesa mobilizou um dos maiores dispositivos da sua história, com 1.334 operacionais, incluindo médicos, enfermeiros, psicólogos e socorristas. De destacar, que muitos desses operacionais atuaram como voluntários, dedicando o seu tempo e conhecimento no apoio a todos os participantes da JMJ – uma demonstração da força do voluntariado da CVP.

7
Dias

426
Voluntários

18.218
Horas de
Voluntariado

43
Estruturas
Locais

A Cruz Vermelha desempenhou um papel crucial nas Jornadas Mundiais da Juventude, integrando o dispositivo de Proteção Civil e fornecendo apoio médico-sanitário.



Ainda neste âmbito, foram operacionalizadas respostas a grandes eventos, nomeadamente concertos (Coldplay e Rammstein), carnaval de Torres Vedras, meia maratona do Douro Vinhateiro e final da Taça de Portugal.

No ano em apreço foram também analisadas as necessidades de resposta nacional com equipas com determinada especialização técnica, nomeadamente alojamento de emergência, médica, logística, saúde mental, veículos aéreos não tripulados (drones) e NRBQ (riscos nucleares, radiológicos, biológicos e químicos). A equipa de drones já contou com 4 ativações para eventos e operações de busca, em coordenação com as autoridades competentes.

Na resposta de logística de emergência manteve-se o apoio direto ao funcionamento das Operações de Socorro Nacionais e Internacionais, tendo a CNE a responsabilidade por todo o ciclo do equipamento/produto. Neste âmbito, foi concluído o **Projeto Farmácia**, que permitiu a certificação da farmácia da CNE pelo INFARMED em agosto de 2023, garantindo a qualidade no circuito do medicamento e dos produtos utilizados pelas equipas médicas da CVP.

No ano transato, foi dada continuidade ao trabalho de capacitação das equipas de emergência com uma clara aposta na diversidade e especialização do catálogo formativo nacional para a rede CVP, bem como no aumento do número de horas de formação lecionadas, totalizando:

No decorrer do ano de 2023 foi também feito investimento na **formação de elementos CVP no catálogo formativo da IFRC na área de resposta à emergência**, com a participação de voluntários em várias ações de formação, em colaboração estreita com outras Sociedades Nacionais:

- Emergency Needs Assessment and Planning (ENAP) – CV Italiana
- Public Health in Emergencies (PHiE) e Health ERU Induction Training – CV Alemã
- Induction to IFRC Operations e Social Science and CF Coding Training na área do Community Engagement and Accountability (CEA) – IFRC

Com o objetivo de formar e treinar os nossos operacionais, com vista à melhoria contínua das suas competências, em articulação com organismos nacionais de Proteção Civil, foram dinamizadas participações em 6 exercícios e simulacros, que contaram com a colaboração de vários organismos nacionais e internacionais.

56

Ações de Formação

655

Formandos Certificados



Na área de tecnologias de informação e comunicação em emergência desenvolveram-se atividades contínuas de suporte a todas as áreas de resposta à emergência, com o objetivo de assegurar o correto fluxo de informação e comunicação. Deu-se destaque à implementação de um software de gestão de formação e respetivo website e feita a implementação de um sistema VoIP na Sala de Operações, contact center e escritórios. Iniciou-se a tradução e adaptação do software Minutis Mobile, para o contexto CVP, a fim de ser utilizado na Operação JMJ. Salienta-se a articulação com a IFRC para utilização do software **Red Cross and Red Crescent Health Information System (RCHIS)**, na mesma operação.



No âmbito da resposta a emergências a nível internacional, e no seguimento da ocorrência do sismo na Síria e Turquia, a CVP demonstrou a prontidão junto da IFRC, através do envio de uma unidade móvel de saúde para apoio direto às equipas médicas no terreno. Esta unidade móvel de saúde teve como objetivo a operacionalização nas áreas mais remotas, onde as comunidades não têm acesso a cuidados médicos, devido à destruição de instalações de saúde.

Este apoio foi concretizado graças à generosidade de doadores privados que contribuíram para o Fundo de Emergência criado especificamente para apoiar esta catástrofe. A CVP manteve ainda articulação direta com a IFRC no apoio à resposta das necessidades das vítimas afetadas pelo conflito da Ucrânia.



Atenta aos impactos das alterações climáticas e da importância de apoiar as comunidades afetadas, principalmente as mais vulneráveis, na sequência da passagem do ciclone Freddy pela região de Moçambique, e do surto de cólera já existente, em abril de 2023 a CVP reforçou o dispositivo de apoio humanitário liderado pela IFRC com a integração do Coordenador Nacional de Emergência da CVP a desempenhar funções de Field Coordinator nas províncias afetadas.

Ainda no âmbito da criação de sinergias a nível internacional, a CNE fez-se representar em mais uma série de reuniões de trabalho do Emergency Health Technical Working Group (TWG) da IFRC, de onde surgiu a oportunidade para integrar o Pre-Hospital Emergency Care TWG do Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC).

Atualmente a CVP tem representação nos seguintes grupos de trabalho do Movimento Internacional da Cruz Vermelha:

- Civil Protection Task Force da Red Cross EU
- Emergency Health Technical Working Group, da IFRC
- Pre-Hospital Emergency Care Technical Working Group, da ICRC



Com o objetivo de desenvolver projetos financiados, nacionais e internacionais, para otimização de respostas, foram efetuadas candidaturas a projetos europeus e programas específicos (INTERREG, KAAP) nas áreas de proteção civil e saúde. No biénio, a CVP viu aprovada a candidatura a um projeto europeu do Programa EU4Health, na área da prevenção da morte súbita e doenças não comunicáveis, liderando um consórcio de cinco Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha, denominado ***Prevention in Action***.



Indicadores Emergência 2023

60.000

Ocorrências de
Emergência
Pré-Hospitalar

3.648

Eventos com
apoio médico-
sanitário

544

Requerentes
de asilo
transportados a
pedido do SEF

1.823

Pessoas
transportadas
no âmbito do
programa
de Transportes de
Emergência Social

210

Pessoas
transportadas
no âmbito do
programa
de Transportes
de Vítimas de
Tráfico de Seres
Humanos

1.941

Pessoas
transportadas
no âmbito do
programa de
Transportes de
Vítimas de
Violência
Doméstica



Presença em **18**
incêndios florestais, com
104 Operacionais
envolvidos

A young boy with dark hair is looking down at a book he is holding. The background is a warm, orange-toned image featuring a large red cross symbol on a yellow background, which is a common symbol for humanitarian aid or education. The overall mood is focused and educational.

Através da
educação,
empoderamos
pessoas e
enriquecemos
comunidades

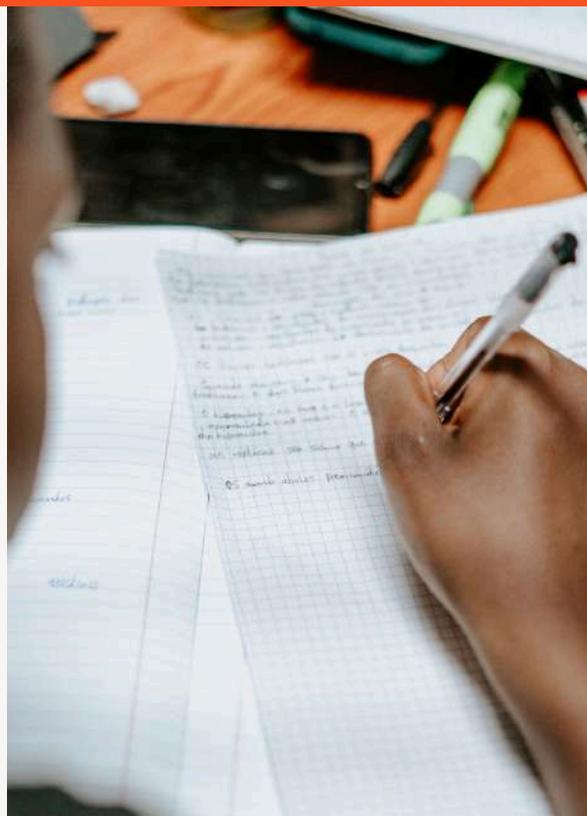
Ensino e Formação

Acordo de Cooperação IEFP

Durante o ano de 2023 continuou-se a desenvolver o Plano de Formação aprovado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no âmbito do Acordo de Cooperação assinado em 2021. Este acordo tem como objetivo o desenvolvimento de ações de formação, designadamente formação social e pessoal para grupos desfavorecidos, formação na área psicossocial, formação institucional, formação em socorrismo, formação em emergência e formação nas áreas acreditadas.

Findo o estado pandêmico prevalectente nos últimos anos, que trouxe um impacto negativo na realização de ações de formação, o ano de 2023 trouxe a estabilidade necessária para se executar o Plano de Formação aprovado.

As ações foram desenvolvidas pelas seguintes Áreas, Estruturas Locais e Organismos Autónomos: Escola de Socorrismo; Coordenação Nacional de Emergência; Voluntariado/Juventude; Internacional; Bragança; Gondomar e Guimarães.



De realçar a taxa de execução do Plano de Formação, de 99,02%, que contribuiu para a capacitação da rede da CVP e dos beneficiários em idade ativa, pelo que importa continuar a investir na capacitação contínua.

274
Formações

3.172
Formandos

7.295
Horas de
formação

80.467
Volume de
formação



Saiba mais aqui



Escola Profissional da Cruz Vermelha Portuguesa

A Escola Profissional da Cruz Vermelha Portuguesa tem como finalidade o desenvolvimento integral da pessoa, do aluno e de todos os membros da comunidade educativa. Inerente a esta finalidade educativa fundamental, procura atingir o reconhecimento da formação por parte dos alunos, a obtenção

da satisfação das entidades empregadoras /parceiros relativamente às competências demonstradas pelos alunos e a consolidação dos índices de empregabilidade.

Os cursos desenvolvidos pela Escola têm a aprovação do Ministério da Educação e pretendem abranger jovens que não se identificam com o modelo tradicional das escolas.

No ano letivo 2022/2023 frequentaram o curso de Técnico Auxiliar de Saúde 154 alunos distribuídos por duas turmas de 12.º ano (com 47 alunos), duas turmas do 11º ano (com 48 alunos) e duas turmas de 10º ano (com 59 alunos).

154
Alunos

6
Turmas

A Escola pretende reforçar o seu compromisso para com a qualidade do ensino, quer no que respeita à melhoria da aprendizagem, quer no que concerne aos resultados dos alunos e respetivos percursos escolares. Pretende continuar a combater o insucesso escolar intensificando o acompanhamento individualizado dos alunos, bem como a realização de trabalhos individuais e de grupo e respetivas apresentações.

Foram, ainda, criados novos incentivos como o Quadro de Honra de Atitudes e Valores para o reconhecimento e valorização do mérito, dedicação, assiduidade e o esforço no trabalho e desempenho escolar e para servir de estímulo a essas finalidades.

Também, com vista à melhoria do desempenho académico, redução do abandono escolar e comportamentos de risco, foi implementado um Programa de Mentoria em que os alunos mais experientes e/ou com mais facilidade de aprendizagem – mentores – se disponibilizam para apoiar colegas menos experientes e com algum tipo de dificuldade – mentorandos.

Para o reforço da promoção da disciplina e a plena integração dos alunos na comunidade escolar foi criado o Código de Conduta do Aluno.





Saiba mais aqui



Escola de Socorrismo (ESO)

A Escola de Socorrismo (ESO) tem a responsabilidade técnica, pedagógica, e científica do ensino do socorrismo, competindo-lhe assegurar a definição dos padrões qualitativos, validação, controlo de qualidade e certificação do mesmo, tendo-lhe sido atribuída autonomia pedagógica e administrativa. A formação da ESO encontra-se certificada pela DGERT, pelo Global First Aid Reference Centre e pelo INEM.

Durante o ano de 2023 foram realizados:

1.477 Cursos

sendo que os mais solicitados foram o de Suporte Básico de Vida/Desfibrilhação Automática Externa (385 cursos), Suporte Básico de Vida (338 cursos), Curso Europeu Primeiros Socorros (287 cursos) e Curso Básico de Primeiros Socorros (253 cursos).

A Escola de Socorrismo da CVP é a entidade formadora certificada pelo **INEM** para a implementação de Programas de Desfibrilhação Automática Externa. De acordo com a lei – DL 188/2009 e DL 184/2012 –, foram estabelecidas regras de utilização de um Desfibrilhador Automático Externo em ambiente extra-hospitalar por não médicos e de obrigatoriedade de equipamentos de Desfibrilhação Automática Externa em locais de acesso público, respetivamente.

Neste âmbito, foram criados **Programas de Desfibrilhação Automática Externa** que consistem na instalação de aparelhos DAE em espaços acessíveis ao público e na formação de pessoas que frequentem esses espaços em Suporte Básico de Vida (SBV) e Desfibrilhação Automática Externa (DAE). Foram realizadas 286 formações de DAE's, sendo que 179 foram desenvolvidas diretamente pela ESO e 107 por Estruturas Locais.

Em 2023 a ESO realizou uma ação de formação de formadores nível II (cursos acreditados pelo Global First Aid Reference Centre), tendo sido envolvidos 10 formandos. No final ficaram capacitados 8 novos formadores. Este processo deu resposta às necessidades formativas de 9 Estruturas Locais (Aveiro, Amadora, Santarém, Coimbra, Torres Vedras, Campo, Amares, Vilela e Lourinhã).

Foram, ainda, realizadas quatro ações de integração a 28 novos formadores ESO para cursos com acreditação INEM.

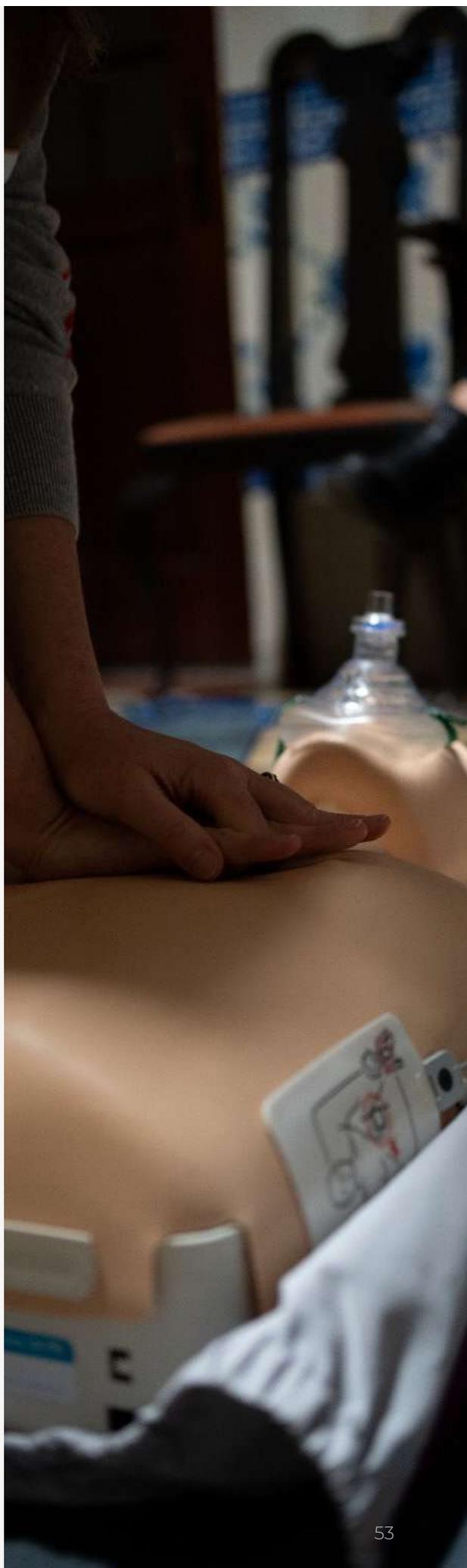


Restart a Heart

O Dia Europeu **Restart a Heart** foi criado com o apoio do Parlamento Europeu (de acordo com o Conselho Europeu de Ressuscitação) e realiza-se todos os anos no dia 16 de outubro. A sua visão é preparar nações que salvam vidas, comunidades preparadas para responder a paragens cardíacas. Os objetivos são consciencializar a sociedade sobre a importância da formação em reanimação cardiopulmonar e aumentar a percentagem de população a nível europeu a saber realizar suporte básico de vida. A divulgação foi feita nas redes sociais Facebook e Instagram.

A ESO, através das suas redes sociais, abrangeu **3.760** pessoas.

Para 2024 a ESO pretende incrementar a implementação de PNDAE, implementar a plataforma informática de gestão da formação, incrementar o curso de Primeiros Socorros on-line, aumentar o número de formadores (cursos ESO) e realizar ações de formação em parceria com parceiros externos.





Ensino Superior

O ensino de excelência e a melhoria contínua da formação académica proporcionada aos nossos alunos são a missão do Ensino Superior na Cruz Vermelha Portuguesa. Tendo como principal compromisso formar profissionais da área da saúde com elevado padrão de qualidade e ética, preparando-os para atuar de forma competente e humanizada no mercado de trabalho.

A promoção da investigação científica é outro dos objetivos estratégicos do Ensino Superior da Cruz Vermelha Portuguesa, visando o enriquecimento do conhecimento científico e o desenvolvimento dos profissionais de saúde.

Em 2022/23, nas três Escolas Superiores da CVP, ESS Alto Tâmega, ESS Lisboa e ESS Norte, funcionaram 27 cursos (conferentes e não conferentes de grau), dos quais 11 cursos de licenciatura, 9 de mestrado e 7 de pós-graduação, com um total de 2.833 alunos.

A promoção da investigação científica é outro dos objetivos estratégicos do Ensino Superior da CVP.

O Ensino Superior da CVP promove um forte envolvimento dos seus investigadores em redes de investigação nacionais e internacionais enquanto processo gerador de conhecimento científico e de inovação em saúde e, simultaneamente, como elemento integrador da estrutura curricular, incentivando-se fortemente a participação ativa dos estudantes.

Em 2022/23, decorreram cerca de **77 projetos de investigação**, tendo sido estabelecidas ou renovadas parcerias com outras instituições de ensino superior (IES), nacionais e internacionais. A produção científica dos investigadores/docentes é fortemente incentivada nas Escolas Superiores da CVP.

No ano letivo de 2022/23 registou-se a publicação de **mais de 130 artigos científicos** em revistas internacionais e em revistas indexadas na Scopus ou Web of Science.



A internacionalização apresenta um elevado interesse estratégico para o Ensino Superior da CVP, que perspetiva a sua atividade num quadro de relações com parceiros institucionais de outros países, ao nível do ensino da saúde, da investigação, da mobilidade de estudantes, docentes e staff.

No ano letivo de 2022/23 foram concretizadas 21 mobilidades de estudantes (8 outgoing e 13 incoming) e 3 mobilidades de staff (outgoing).

O Ensino Superior da CVP consolidou a sua política de internacionalização, desenvolvendo projetos e integrando redes colaborativas com vista à promoção das atividades de índole internacional, de que são exemplo:

- Red Cross Network in Healthcare and Social Education & Research;
- RIUPS - Rede Iberoamericana de Universidades Promotoras de Salud;
- ADALEFE - Asociación Latinoamericana de Escuelas y Facultades de Enfermería;
- RACS - Rede Académica das Ciências da Saúde da Lusofonia;
- COEHRE (Consortium of Institutes of Higher Education in Health and Rehabilitation in Europe);
- ENPODHE (European Network of Podiatry in Higher Education) a EFRS-European Federation of Radiographer Societies.



2.075

Cursos

17.110

Formandos

Criamos novas
gerações.
Todos os dias.



Promovemos o
bem-estar e
qualidade de vida.
Todos os dias.

Saúde

No domínio do apoio psicológico, na dimensão total dos diferentes programas de apoio de expressão nacional, o número de Estruturas Locais executoras cresceu em 50% face a 2022, o que se refletiu em 910 consultas, traduzindo-se num **crescimento de 49%** em comparação com os indicadores do ano anterior.

No âmbito do protocolo com a Ordem dos Psicólogos Portugueses, realizou-se a 1ª Edição do curso “Os Dilemas na Prática: o que fazer?”, o qual, para além de ter dotado um conjunto de psicólogos/as da rede CVP, dos princípios gerais e específicos que orientam a atividade profissional, com o objetivo de os guiar no sentido de práticas de excelência, foi também precursor da criação do primeiro Grupo de Intervisão – Psicólogos/as da rede CVP.

O número de clientes corporativos no eixo da Saúde Mental, não apenas no que respeita à resposta de Serviço de Apoio Psicológico (SAP), mas também na formação e capacitação, cresceu de forma a permitir a concretização de novas ações, melhorando e promovendo a qualidade de vida dos beneficiários e impactando os ambientes de trabalho que os acolhem.

Priorizamos a saúde mental e bem-estar, refletindo um compromisso resiliente em resposta às necessidades emergentes da comunidade



Ainda em 2023, num exercício replicador do que se faz com os clientes externos, foi criado o Projecto **Collabōrãre**, como resposta sistémica e integrativa, pensada e direcionada para a Área da Teleassistência, com ações estratégicas e concertadas de capacitação, resolução e prevenção - promoção da saúde mental e bem-estar dos/as colaboradores/as. Partindo da premissa de que pessoas mais felizes são colaboradores/as mais eficientes, criamos este espaço seguro para a livre expressão potenciará a qualidade do serviço prestado pelos/as operadores/as.

O projeto **EU4Health** é uma iniciativa internacional, financiada pela União Europeia, que visa abordar de forma abrangente a saúde mental e o bem-estar integral das pessoas. Em Portugal, este projeto surge como resposta à necessidade de cuidar da saúde mental da população deslocada da Ucrânia, que chegou ao país por razão dos conflitos na sua terra natal. A Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV) lidera esta iniciativa, que se baseia na capacitação em primeiros socorros psicológicos, procurando aumentar a capacidade de resposta a esta população e eliminar o estigma em torno da saúde mental.

No ano de 2023, a CVP treinou

315 Pessoas
(funcionários e voluntários)

para prestarem primeiros socorros psicológicos, sendo que 7 destas são profissionais de saúde cuja língua de origem é ucraniana ou russa. Deste universo de pessoas, 25 poderão ser formadores de Primeiros Socorros Psicológicos, dado que receberam formação de formadores por parte do Psychosocial Centre da FICV.

As ações de capacitação permitiram a aquisição de conhecimento por **150 membros** da Cruz Vermelha Portuguesa, mas também possibilitaram que **140 profissionais** de outras entidades aprendessem sobre como atuar na estabilização de uma pessoa que se encontra em sofrimento emocional.



910
Consultas

605
Pessoas que receberam formação em Primeiros Socorros Psicológicos e Literacia em Saúde Mental

25
Pessoas formadas para serem formadores em Primeiros Socorros Psicológicos



Saiba mais aqui



Lar Militar

O Lar Militar desenvolve a sua atividade em três áreas de intervenção: Unidade de Internamento, constituído por 50 camas para internamento permanente, destinadas a militares com grandes deficiências e para internamento temporário para complemento da reabilitação intensiva, Unidade Ambulatória de Medicina Física e Reabilitação, em espaços especializados e adaptados ao processo de reabilitação, como a piscina de hidroterapia, os ginásios terapêuticos, eletroterapia, reabilitação cognitiva, e reeducação de marcha e equilíbrio e Centro de Consultas

dedicado à prestação de serviços permanentes, como a enfermagem, fisioterapia, psicologia, apoio social, neuropsicologia e nutrição.

Estas áreas de intervenção demonstram o compromisso em promover um ambiente abrangente e especializado para a reabilitação e reintegração de militares com deficiências adquiridas, mas também futuramente aos civis que necessitem deste apoio.

Lar Militar

O Lar Militar da CVP (LMCVP) acolheu, em 2023, 24 residentes, distribuídos da seguinte forma: 21 Militares; 2 particulares e 1 encaminhado por seguro.

Além do apoio residencial prestado pelo LMCVP, é proporcionado a cada um dos residentes o acesso aos serviços competentes e adequados à sua situação clínica e social, nomeadamente acesso a serviços médicos externos (**793 deslocações**), tratamentos de fisioterapia integrados às rotinas dos residentes (**4.907 deslocações**) e gestão dos processos individuais, incluindo laços familiares, mediação de conflitos e atualização documental (**141 deslocações**).



Foi também assinado o protocolo de colaboração institucional entre o Lar Militar, o IASFA, o Hospital das Forças Armadas e o Laboratório Nacional do Medicamento, o qual, vem permitir que o médico do Lar Militar possa efetuar a prescrição de produtos de apoio e dispositivos médicos aos beneficiários da ADM portadores de deficiência e abrangidos pela Portaria n.º 1034/2009 de 11 de setembro.

Cuidamos de quem já cuidou de nós.
Todos os dias.

CNI CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

Saiba mais aqui



Complexo de Neurointervenção

O Complexo de Neurointervenção assume-se como uma resposta que promove a assistência às pessoas com demência e o apoio aos seus familiares/cuidadores, através do desenvolvimento de uma resposta assente num cenário de cuidado da pessoa com demência, pessoal e individual, prevenindo problemas de saúde, cognitivos e familiares, promovendo assim a manutenção da pessoa no seu lar.

Pretende, ainda, facultar informação e facilitar a aquisição de competências para que os familiares e cuidadores possam lidar melhor com a doença, promovendo a diminuição do stress, normalmente associado às pessoas que cuidam.

Neste sentido foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Atendimento e avaliação de utentes, tendo a procura dos serviços ocorrido de forma espontânea pelas famílias (60% dos casos), via referência dos Serviços Sociais (14% dos casos) e através de instituições da área da saúde (26% dos casos);
- Centro de Estimulação e Capacitação Integrada (CECI), resposta que funciona em período diurno e que registou uma ocupação mensal regular de 31%;
- Unidade de Reeducação Funcional Cognitiva para Atividades de Vida Diária, registou 35 sessões de treino de atividades instrumentais de vida diária, com uma periodicidade bissemanal e uma frequência média de 3 pessoas por sessão para pessoas em estágio moderado. Foram ainda realizadas 10 sessões de formação dos familiares;
- Apoio Domiciliário às pessoas com demência, familiares e cuidadores, foram realizadas 18 visitas domiciliárias;
- Apoio ao/à cuidador/a, tendo sido dinamizadas cerca de 20 sessões de “Grupo de Suporte ao Cuidador”, num total de cerca de 50 participações;

A atividade desenvolvida tem como base a implementação progressiva do Centro enquanto equipamento social inovador, elevando assim de forma contínua os seus padrões de qualidade do serviço prestado e a garantia de satisfação das pessoas, famílias e entidades que o utilizam.





Saiba mais aqui



Unidades de Cuidados Integrados

As Unidades de Cuidados Integrados têm como objetivo a prestação de cuidados continuados de saúde e de apoio social a pessoas em situação de dependência, independentemente da sua idade, de forma a recuperar ou manter a sua autonomia e maximizar a sua qualidade de vida.

A CVP é uma das prestadoras da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

Dispõe de um total de 142 lugares nas diferentes tipologias, distribuídas a nível nacional:

- Unidade de Convalescência (UC), para internamentos até 30 dias, no Centro Humanitário de Elvas e Delegação de Vila Viçosa;
- Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR), para internamentos com duração entre 30 e 90 dias, na Delegação de Estremoz e no Centro Humanitário de Tavira;
- Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM), para internamentos com mais de 90 dias seguidos, no Centro Humanitário de Elvas e de Tavira.



A Unidade de Longa Duração e Manutenção, do Centro Humanitário de Tavira, dispõe de 2 vagas na modalidade de descanso do cuidador, que possibilita que os cuidadores usufruam, durante este período de tempo, de descanso efetivo, libertando-os das atividades inerentes à prestação de cuidados a pessoas com elevado nível de dependência. Recebemos assim um total de 24 utentes neste regime.

No ano de 2023 foram, também, realizadas diversas atividades lúdicas e de estimulação, com o objetivo de promover a autonomia e reabilitação das pessoas internadas, bem como iniciativas que visavam o reforço da relação entre estes e os seus cuidadores.



Total de 474 admissões + 24 descanso do cuidador

A photograph showing a close-up of two hands. One hand is holding a small, red and white card, and the other hand is reaching out to receive it. The background is slightly blurred, showing what appears to be a clinical or office environment with various items on a desk. The entire image has a purple tint.

O nosso foco é na
pessoa, nos seus
recursos internos e
nos que a rodeiam,
dignificando a nossa
ação e capacitando
para a autonomia.

Social

A Área Social da CVP é responsável por uma significativa fatia da sua atividade total, exigindo competência técnica e experiência aos profissionais envolvidos, sendo a sua capacitação contínua uma das dimensões promovidas. As atividades e serviços são muito abrangentes, diversos e dispersos, refletindo domínios de intervenção que acompanham o ciclo de vida das pessoas, com especial enfoque nas pessoas mais vulneráveis.

II

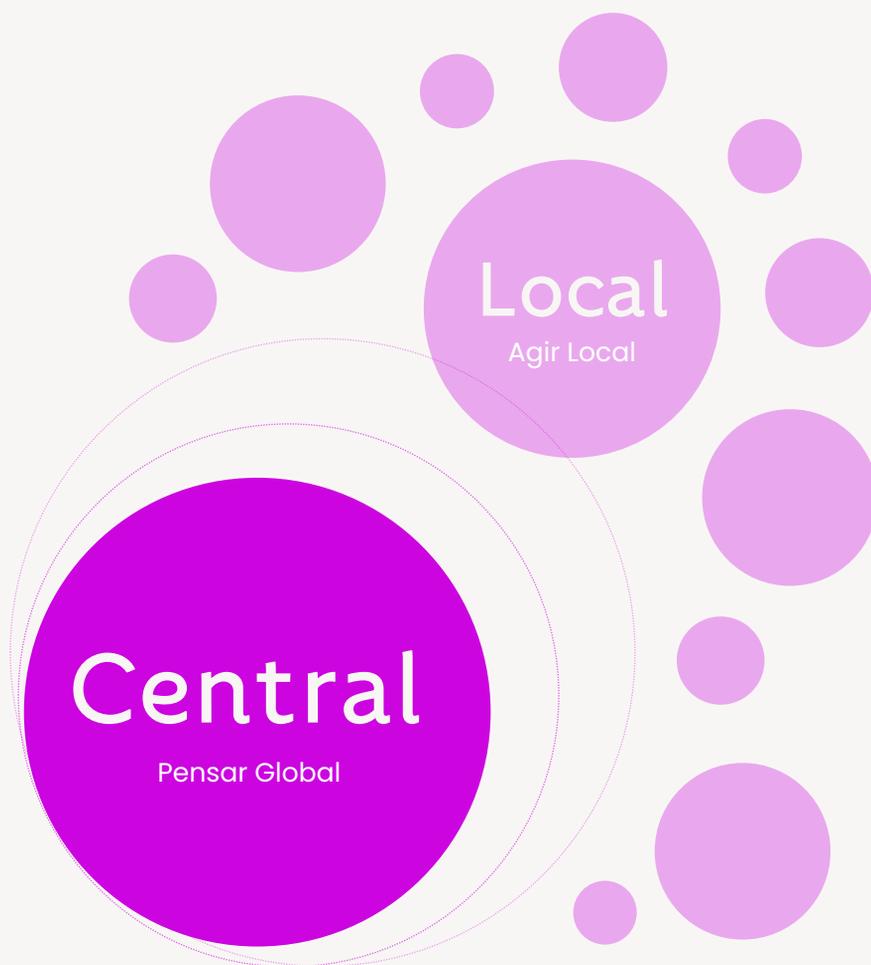
A dimensão social da CVP está em constante mutação, acompanhando os fenómenos e as realidades circunstanciais do mundo,

tendo que se reinventar permanentemente, ajustando os recursos existentes, a forma como percebemos as realidades e nos posicionamos sobre elas, num exercício dinâmico e evolutivo, que exige diagnóstico, avaliação e adequação constante.



Como funciona a estrutura da Área Social?

A Área Social intervém ao nível local e central. No primeiro nível, a intervenção social é executada pelas Estruturas Locais, e privilegia uma abordagem dirigida às problemáticas sociais identificadas, permitindo intervir em estádios diversos dos processos de exclusão ou de risco, priorizando a intervenção na crise (humanitária), a ação integrada, a prevenção e a advocacia. No segundo nível, a intervenção social é executada pela equipa social da Sede Nacional e caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações estratégicas com o objetivo de perspetivar, incentivar e monitorizar o desenvolvimento da área social nas Estruturas Locais num registo de proximidade, capacitando, fomentando a Unidade pela intervenção em rede e reforçando a identidade Cruz Vermelha, bem como melhorando a qualidade das respostas existentes.



No ano de 2023, a CVP prosseguiu as suas atividades regulares nos equipamentos e respostas sociais tipificadas, nomeadamente no apoio à infância e às pessoas mais velhas e dependentes, através de creches, pré-escolar, infantários, CAFAP, CAT, SAD, ERPI, entre outros. Estas respostas são financiadas através de protocolos celebrados e ofertas privadas.

Ainda no ano de 2023 mantivemos a proximidade e a representação em diversos fóruns e reuniões, nacionais e internacionais, que nos permitem melhorar a nossa ação, partilhar boas práticas e integrarmos projetos e iniciativas conjuntas e estratégicas.



Apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica

No que diz respeito ao apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica, no ano de 2023 destacamos o Apoio Alimentar, tendo sido abrangidas cerca **de 60.000 pessoas**, apoiadas por **92 Estruturas Locais**. Através do trabalho com parceiros da área alimentar, entre donativos, compras e campanhas, atribuímos géneros, vouchers e cartões alimentares.



Ainda neste segmento de atividade, reforçámos a atribuição de cartões do Programa Cartão DÁ CVP, aumentando em **59%** o número de pessoas abrangidas (8.314). Os dados recolhidos permitem-nos comunicar que **74%** do universo dos titulares do processo do Cartão DÁ CVP são mulheres, e **56%** destas têm idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos. No que respeita à nacionalidade, **38%** dos beneficiários são cidadãos estrangeiros, sendo que destes, **60%** são cidadãos provenientes de países africanos de língua portuguesa.

Pela análise dos dados, também percebemos que **35%** dos titulares de processo constituem-se em famílias monoparentais e **34%** são casais com filhos, numa média de 3 filhos por agregado familiar. No universo de titulares de processo, **44%** estão desempregados e **27%** têm emprego por conta de outrem.

Legumes frescos, mercearia diversa e carne são os produtos mais adquiridos pelas famílias que afirmam que sem este apoio não conseguiriam fazer face às suas necessidades básicas, apreciando a possibilidade de escolha que lhes confere autonomia e dignidade.

“Este mecanismo de apoio contribuiu para estabilizar a minha vida. Eu fiquei desempregada e só sobrevivíamos com o salário do meu marido. Ter o Cartão DÁ durante algum tempo ajudou a fazer uma melhor gestão do dinheiro”.

Testemunho de beneficiário

Em média, as famílias beneficiam de apoio do Cartão DÁ CVP durante 9 meses, sendo que 73% nunca beneficiaram de qualquer outro mecanismo de apoio alimentar prestado pela CVP. Do universo de titulares de processo, apenas 17% acumulam este apoio com a prestação de RSI.

No período de 2023, foram efetuados diferentes tipos de apoios a famílias em situação de vulnerabilidade através do Programa Mais Feliz, verificando-se um aumento de 23% nos casos apoiados, e de 53% no valor disponibilizado, face a 2022.

Em 2023, o domínio estratégico da **Violência Doméstica (VD)** manteve um conjunto de respostas e serviços dispersos pelo País, como sejam 1 Casa Abrigo, 6 Casas de Acolhimento de Emergência e 7 Estruturas de Atendimento e Acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica (EAAVVD) com resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica (RAP) resultando em **11.908 atendimentos** a mulheres e crianças, o que se traduz num decréscimo de 9% face a 2022, resultado justificado pelo fecho de uma das estruturas de acolhimento de emergência e atendimento no final do primeiro semestre.

Equipa
CVP

Comunidade

Corporativo



Na Casa Abrigo, no universo de acolhimentos realizados em 2023, registaram-se **88% de autonomizações**, valor bastante superior ao do ano anterior que se situava nos 43%.

Dos 3 eixos de atuação principais – Comunidade, Equipa CVP e Corporativo – foi no eixo da Comunidade, que se observou um aumento maior de pedidos de apoio (**+73%**), sendo que uma significativa fatia dos pedidos de apoio e respetiva execução financeira resultam em apoio económico para a aquisição de bens essenciais (alimentação, renda, água, eletricidade e gás).

Em 2023, a CVP continuou a desenvolver um conjunto de ações de apoio a migrantes, deslocados e refugiados, nomeadamente com medidas de acolhimento, através de programas de recolocação e reinstalação, tendo envolvido **15 Estruturas Locais** e um total de **406 pessoas**. Em relação a 2022 houve um aumento de cerca de **1%**, e ainda que seja um crescimento pouco expressivo, destacamos com maior volumetria (**56%**) os acolhimentos de emergência de migrantes isolados, homens em idade laboral, que chegam a Portugal em total situação de desproteção social.

A atividade de acolhimento é sempre complementada com ações promotoras da inclusão, com impacto positivo na vida das pessoas com quem trabalhamos, sendo que o sucesso desta operação é suportado na descentralização territorial dos acolhimentos, na proximidade das equipas locais que se traduz em empatia e formulação de planos de integração à medida, na integração dos migrantes e refugiados nas atividades das Estruturas Locais, nomeadamente envolvendo-os em ações de voluntariado e na capacidade de estabelecer boas parcerias com a rede social e empresarial dos diferentes territórios. O desenvolvimento de projetos financiados, em especial o **FAMI – Fundo Asilo Migração e Integração**, tem permitido estas ações complementares.

No ano de 2023,
estiveram em
curso 3 projetos,
permitindo o
apoio a 934
cidadãos.



Face à necessidade identificada pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) de realizar transportes, em território nacional, de pessoas deslocadas por motivo de conflito na Ucrânia, sendo mais tarde reforçada essa necessidade pelo fluxo de migrantes e requerentes de proteção internacional, a CVP disponibilizou esse serviço, tendo sido transportadas em 2023, um total de **589 pessoas**. Este volume diminuiu cerca de metade, face ao realizado em 2022, uma vez que o fluxo de pessoas deslocadas da Ucrânia também foi menor.

O trabalho da CVP na componente social, também se foca no empoderamento e promoção da dignidade humana, com ênfase no combate à discriminação, estigmas e preconceitos, sendo crucial a advocacia pela inclusão social, promovendo o bem-estar social e mental nas comunidades.

No domínio do apoio às **Pessoas em Situação de Sem Abrigo**, o apoio prestado pelas 10 Estruturas Locais que desenvolvem atividade específica neste domínio, como por exemplo respostas de acolhimento ou equipas de rua, visando a garantia da dignidade e a satisfação das necessidades pessoais e sociais, apoiando na definição do projeto de vida, cresceu de 389 pessoas (2022) para 1.986 pessoas em 2023 **(+80%)**. São os homens **(69%)** que mais expressão têm nestes apoios. Em média a CVP distribuiu 785 refeições por dia em 2023.



Capacitação e Inclusão

As respostas sociais que têm uma vertente residencial, de institucionalização, ainda que inevitavelmente necessárias, enfrentam grandes desafios, nomeadamente o da transformação deste setor da economia social. É urgente evoluir de uma dimensão de resposta assistencialista e conservadora para uma dimensão capacitadora e inovadora, suportada no conforto, dignidade, felicidade e tecnologia.

A integração de pessoas com vulnerabilidades tem impacto em diferentes áreas sociais, políticas e económicas. Assim, é necessário ter em conta medidas de apoio como sejam as promotoras da inclusão no mercado de trabalho, medidas facilitadoras para a conciliação familiar, medidas que agilizem e permitam o acesso à habitação, aos cuidados de saúde, ao apoio psicossocial e à reabilitação.



Indicadores Sociais 2023

Apoio Alimentar

Cartão Dá

8.214

Pessoas apoiadas

Outros mecanismos
de apoio

58.588

Pessoas Apoiadas

Acolhimento de Refugiados

406

Pessoas em
acolhimento

934

Pessoas abrangidas
em ações de
integração

Violência Doméstica

11.908

Atendimentos
a Mulheres e
Crianças

88%

De autonomizações
das estruturas de
acolhimento

Pessoas em Situação De Sem Abrigo

1.986

Pessoas apoiadas

785

Refeições/dia

Programa Mais Feliz

310.334,68€

Valor dos apoios

847

Pedidos de
apoio

711

Pedidos
apoiados

2.131

Pessoas
apoiadas



Saiba mais aqui



Teleassistência

Desde 1997 a Teleassistência da CVP tem como missão o auxílio às pessoas em situação de dependência (por velhice, doença, incapacidade ou isolamento, de forma permanente ou temporária), bem como às pessoas plenamente autónomas, garantindo o seu acompanhamento permanente, 24 horas por dia, todos os dias do ano, a preços acessíveis e comportáveis, o que resulta na promoção do bem-estar, da saúde, autonomia, segurança, tranquilidade, inclusão social e compatibilização entre a vida profissional, familiar e pessoal das pessoas

que são acompanhadas por esta resposta, bem como das comunidades onde estão inseridas.

Para tal, a Teleassistência da CVP dispõe de uma equipa experiente, dedicada e especializada na resposta e atenção a quem dela precise, em cuja capacitação e especialização se tem vindo a apostar. Em 2023 foi renovada a certificação da norma ISO9001, garante da fiabilidade e robustez dos processos operativos implementados.

A estratégia de reposicionamento da Teleassistência da CVP, definida e implementada em 2023, assenta em 6 eixos:

Potenciar a marca Cruz Vermelha e a Rede CVP, o que implicou um trabalho conjunto com as Áreas Social, de Emergência e de Voluntariado com o objetivo de reforçar a articulação e integração da Teleassistência no conjunto das respostas da CVP. Foi levado a cabo o relançamento e redinamização da relação entre a Teleassistência e as Estruturas Locais da rede CVP, trabalho que importa continuar com o apoio imprescindível da área de Delegações e Membros. Neste quadro, a Teleassistência aumenta a sua capacidade de fazer a diferença na vida das pessoas e das comunidades porque associa o acompanhamento à distância com o apoio de proximidade;

Segmentar a oferta, através da criação de pacotes de serviços que atendam às necessidades e expectativas dos diversos públicos-alvo, sem esquecer a possibilidade de criação de protocolos à medida para instituições que deles necessitem;

Promover a diversificação de públicos-alvo, tendo em conta a evolução da Teleassistência como uma resposta transversal a diferentes áreas e grupos de pessoas, seguindo a tendência nacional e internacional e reforçando a missão histórica e fundacional da CVP.

Reforçar as parcerias estratégicas com parceiros como a Delloite, Missão Sorriso, LIDL e Galp, garantindo a capacidade de inovação, versatilidade e acessibilidade dos serviços de Teleassistência da CVP;

Renovar a estratégia de comunicação e rebranding da Teleassistência da CVP, em sintonia com o trabalho de reposicionamento global em curso;

Apostar na inovação, promoção do conhecimento e capacidade de antecipar necessidades e respostas, através de parcerias com ensino superior e profissional, laboratórios colaborativos e centros de competências, assegurando o crescimento, a capacidade de contribuir para as políticas públicas, a qualidade e capacidade crescente de adaptação dos serviços à evolução e desafios da sociedade ao longo do tempo;

Cada vez mais, em Portugal e a nível internacional, a Teleassistência é uma resposta necessária e, por isso, em expansão. Como auxiliar na promoção da saúde, bem-estar, integração social e longevidade saudável, a Teleassistência permite garantir as respostas necessárias, racionalizar os recursos e criar condições para que as pessoas em situação de vulnerabilidade possam ser acompanhadas de forma permanente, estar mais seguras e tranquilas no seu ambiente pessoal e familiar.

Assim, a Teleassistência continuará a ser uma área de aposta da CVP, complementar à sua atividade tradicional, seguindo a seguinte linha de atuação para o futuro próximo:

- capacitar os recursos humanos com vista à melhoria constante da qualidade dos serviços prestados;
- aumentar o impacto social das respostas da CVP na vida de cada pessoa e da comunidade onde cada uma se insere;
- incrementar o número de pessoas acompanhadas e a diversidade dos públicos-alvo (pessoas mais velhas, pessoas em convalescença e/ou doença crónica, pessoas que se desorientam facilmente, pessoas com demências, pessoas com deficiência, desportistas, crianças, grávidas, pessoas e famílias que precisam de apoio na conciliação das suas vidas profissional, pessoal e familiar, pessoas cuidadoras);
- equilibrar o peso dos contratantes dos serviços de Teleassistência entre entidades públicas, sociais e privadas;
- alargar os protocolos e parcerias com as entidades públicas, sociais e privadas, de modo a fazer chegar esta resposta a quem dela pode precisar e beneficiar;
- promover o conhecimento, a inovação social, o desenvolvimento da dimensão humanitária da tecnologia em Portugal, pelo reforço do trabalho conjunto com as entidades académicas, empresas e organizações sociais.



10.563

Pessoas apoiadas

356.657

Chamadas efetuadas

175.972

Chamadas recebidas

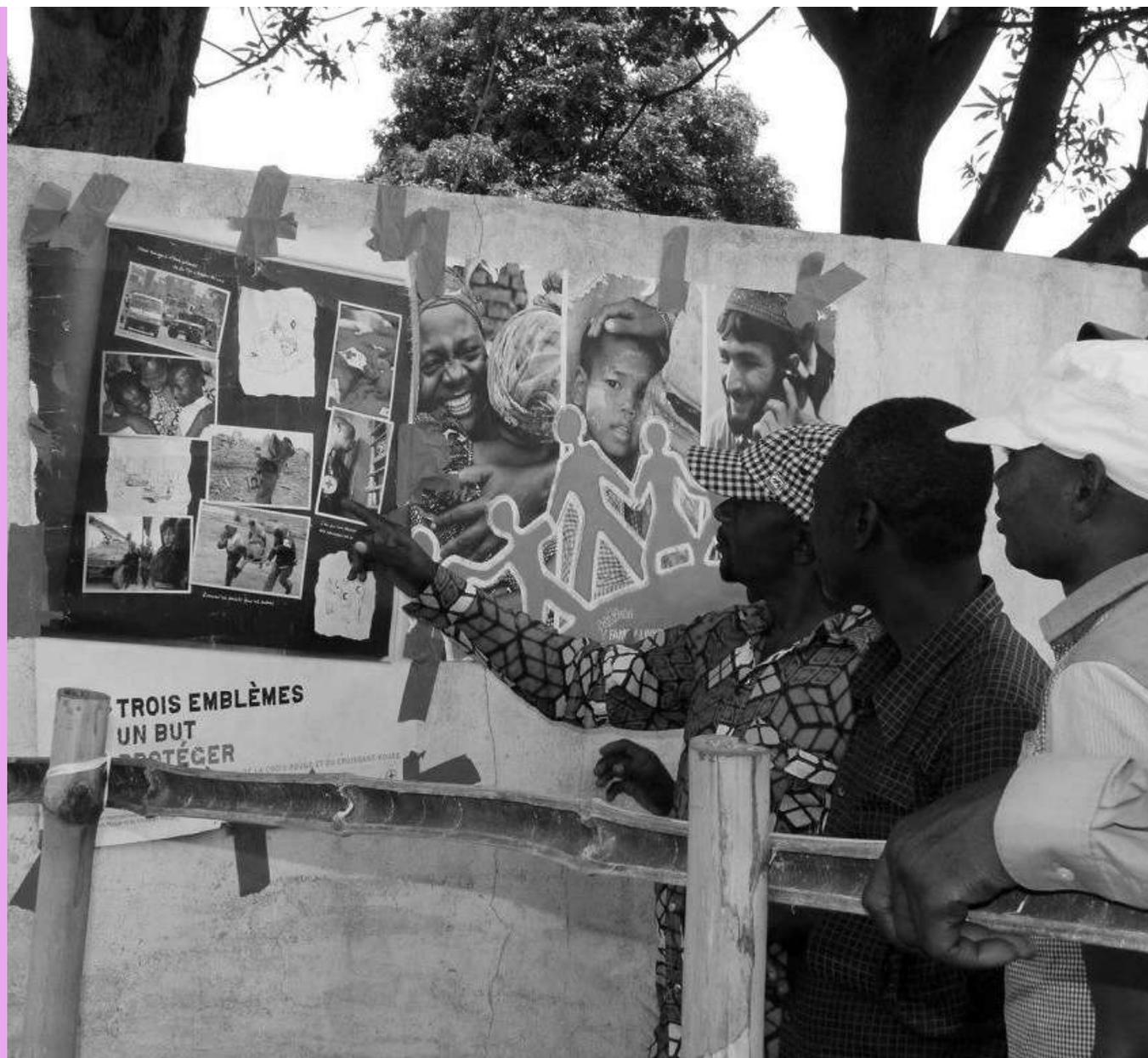
14.928

Horas de Acompanhamento

63

Protocolos e Parcerias





Internacional e Restabelecimento de Laços Familiares

A Área de Relações Internacionais da CVP gere e acompanha as relações desta com os diferentes componentes do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho, assim como com outras entidades internacionais. Integra, também o Serviço de Restabelecimento de Laços Familiares (RLF), a área de Direito Internacional Humanitário e de Projetos Internacionais, cuja implementação

decorre de apoios do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho.

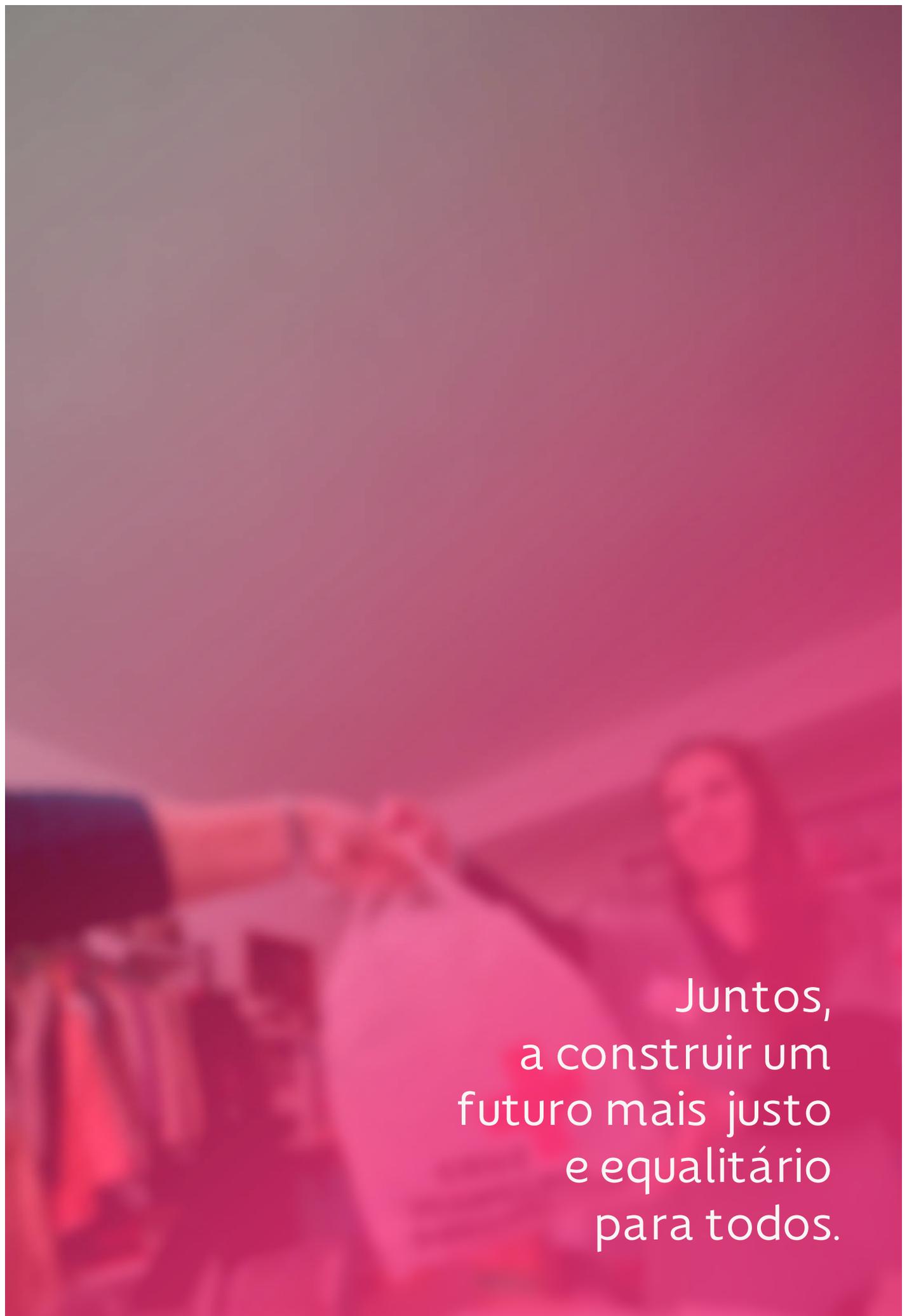
A CVP participou em diversas reuniões institucionais internacionais, na promoção do DIH, na preparação da Assembleia Geral da Federação Internacional da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho e em outros momentos promotores de cooperação com órgãos de liderança estratégica ou estatutária.

Na área de apoios e parcerias destacamos a proposta de integração da CVP no Projeto Piloto da Federação Internacional da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho, **NEW WoW (way of working)**, para desenvolvimento de estratégia nacional para a CVP.

A Área Internacional é também responsável pela interlocução e pela produção de relatórios que partilha com os serviços e departamentos estratégicos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha, em colaboração com as áreas funcionais e técnicas da CVP, tendo sido nomeada para assumir o Secretariado da Comissão Nacional de Direito Internacional Humanitário.

O Serviço de Restabelecimento de Laços Familiares manteve 75 casos ativos de pedidos de localização, em articulação com o CICV e outras Sociedades Nacionais, tendo sido registados 12 pedidos de informação sobre os serviços RLF.





Juntos,
a construir um
futuro mais justo
e equalitário
para todos.



Saiba mais aqui



Voluntariado

Em 2023 estabeleceu-se como prioridades desburocratizar, digitalizar e melhorar a gestão administrativa do voluntariado da CVP, desenvolver um modelo de gestão operacional e capacitar coordenações locais de voluntariado sobre a sua implementação, aumentar a abrangência e qualidade da formação institucional da CVP e potenciar o voluntariado corporativo na CVP.

O ano de 2023 foi marcado pelo desenvolvimento e melhoria contínua do software de gestão de voluntariado, assim como na preparação deste para a entrada em produção nas Estruturas Locais da CVP.

No âmbito da gestão administrativa do voluntariado, foram registados e admitidos **334 novos voluntários**, registando-se no final do ano um total de **3.988 voluntários ativos**.

Em 2023 foram analisados, validados e registados 81 cursos de formação de equipas de Emergência, abrangendo 627 voluntários. Foram, ainda, analisados, validados e registados 14 cursos de formação de Juventude, abrangendo 199 voluntários.

De destacar a elaboração e aprovação, pela Direção Nacional da CVP, do manual de gestão de voluntariado da CVP, o qual apresenta um conjunto de condições gerais aplicáveis ao voluntariado da CVP, assim como um modelo de gestão com aplicação em toda a jornada do voluntário, desde a identificação de necessidades de voluntariado ao processo de desvinculação. Com base neste documento organizaram-se duas ações de formação para capacitação de 51 coordenações locais de Voluntariado.



Em 2023 procedeu-se à organização, gestão e registo de:

103

Cursos de formação institucional, destinados a

1.004

Formandos, envolvendo

70

Instrutores da bolsa nacional de instrutores da Formação Institucional

Realizaram-se duas ações de formação de instrutores, nas quais se formaram 34 novos instrutores.



Tendo em vista a capacitação contínua da Bolsa Nacional de Instrutores/as da FI, organizou-se o 1º Encontro da Bolsa Nacional de Instrutores/as da FI, na Sede Nacional, no qual participaram 38 elementos. Também com este intuito organizou-se uma sessão online de formação contínua para a Bolsa Nacional de Instrutores/as, sobre Direito Internacional Humanitário, na qual participaram 60 elementos.

Com o intuito de potenciar as ações de voluntariado corporativo na CVP, procedeu-se a uma identificação de necessidades passíveis de serem colmatadas através do voluntariado corporativo, junto da rede CVP. Além disso, uniformizou-se a gestão de ações de voluntariado corporativo. Em 2023, apenas a nível central, foi dado encaminhamento a 47 ações de voluntariado corporativo na CVP, através do envolvimento de 47 empresas.

Tendo em conta as linhas de orientação da Direção Nacional da CVP para 2024, objetiva-se ampliar o número de voluntários ativos na CVP, pelo que importa tornar esta Área ainda mais apelativa, estabelecendo parcerias diversas que prevejam benefícios para o voluntariado da CVP.

Fruto do crescente interesse das empresas pela participação em ações de voluntariado corporativo, está em curso o desenvolvimento de uma nova iniciativa – teambuildings solidários para empresas.





A juventude é não
apenas o futuro,
mas o presente
comprometido
e ativo da nossa
organização.

O papel fundamental da Juventude CVP

A Juventude CVP, um dos ramos do Voluntariado, procura capacitar jovens para liderarem mudanças positivas nas suas comunidades, promovendo os princípios humanitários, voluntariado e valores da CVP. Através de metodologias de educação não-formal, sensibilização e projetos sociais, envolvemos jovens em questões locais e globais, preparando-os para enfrentarem desafios humanitários priorizados pelos próprios e que têm em conta as orientações da CVP e da FICV. Desenvolvemos competências de jovens, beneficiários e voluntários, promovendo a sua liderança para construírem um mundo mais justo e inclusivo.

De forma a corresponder a esta missão, foi auscultada a rede de Coordenadores Locais de Juventude e a Comissão Nacional de Juventude da CVP e, tendo em conta as prioridades elencadas pela Direção Nacional e os objetivos da Estratégia 2030, foi desenvolvido um plano estratégico alicerçado em **3 C's**:

- Capacitação (da rede JCV e, em particular, dos Coordenadores Locais de Juventude);
- Comunicação (interna e externa);
- Consolidação (quer orçamental, quer em termos de intervenção específica de juventude, traçando objetivos e metas).

Em 2023, o Gabinete Nacional de Juventude coordenou projetos internacionais e nacionais, de que se destacam:



Acting Local Changing Global

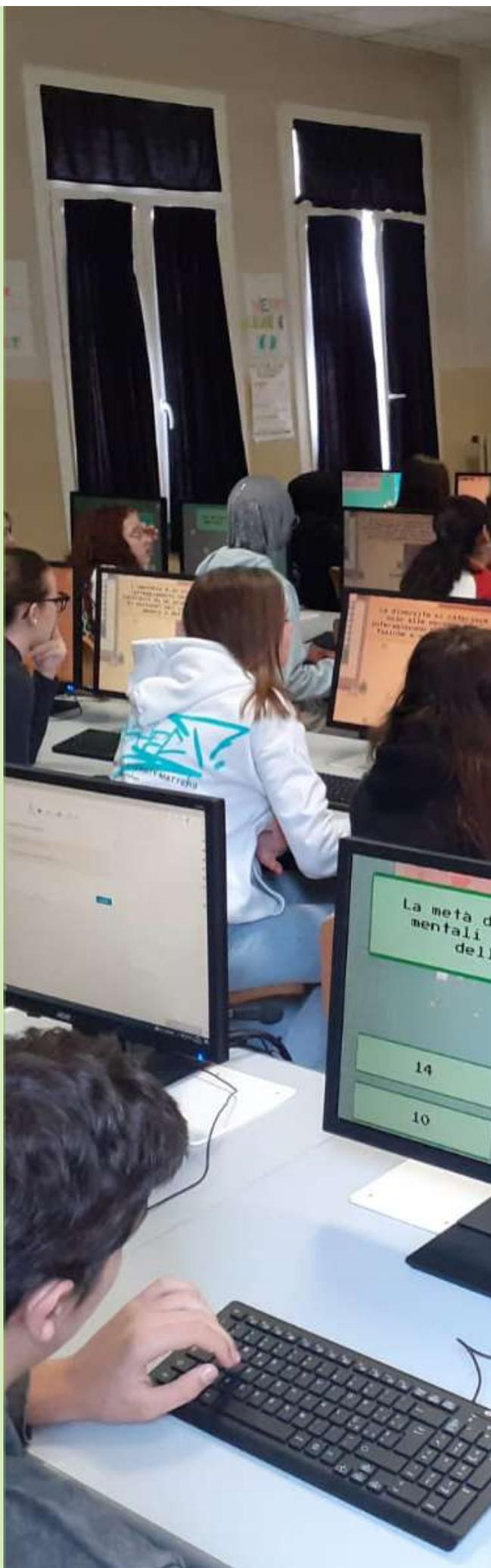
A Juventude Cruz Vermelha Portuguesa já acolheu mais de 35 jovens de cerca de 11 países europeus através do projeto **Acting Local Changing Global**, nos últimos 4 anos. Financiado pelo Programa Corpo Europeu de Solidariedade, o projeto visa promover a multiculturalidade e o voluntariado em comunidades locais marginalizadas, estabelecendo redes de apoio entre jovens vulneráveis. Esta iniciativa fortalece a cooperação entre os participantes, contribuindo para uma visão inclusiva e unida para o futuro da Europa.





Projeto de verão #OMeuSol

Durante os meses de verão, áreas locais da Juventude coordenam um projeto nacional onde voluntários jovens lideram dinâmicas lúdico-pedagógicas para educar crianças e jovens sobre os cuidados com a exposição solar e promover comportamentos ambientalmente sustentáveis. Os objetivos consistem em alertar sobre os riscos da exposição solar excessiva, promover comportamentos seguros no verão e realizar ações de limpeza em espaços públicos.



Play With Your Future

Em janeiro de 2023, o projeto Play With Your Future, da Juventude Cruz Vermelha, recebeu o Prémio Projeto Inspirador da Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade, bem como da Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, durante os Prémios Boas Práticas 2022.

O projeto visa criar uma ferramenta inovadora de educação não-formal, sob a forma de um jogo digital, para sensibilizar para os objetivos gerais da Estratégia da União Europeia para a Juventude, com foco na saúde mental, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Desenvolvido por jovens de Portugal, Estónia e Itália, durante um Training Course em Cascais, o jogo aborda temas de gamificação e os objetivos do projeto.

A iniciativa visa capacitar organizações, através da formação de técnicos e voluntários, para trabalhar com jovens em situação de vulnerabilidade, promovendo valores europeus de interculturalidade e cidadania ativa.

Foram ainda, testados dois programas de intervenção comunitária, com vista à sua futura disseminação pela Rede JCV:

Geração pela Inclusão

Financiado pelo Lidl, passou pela criação e implementação de um programa de “apadrinhamento” envolvendo 25 jovens voluntários/as NEET (not in employment, education or training) e 50 idosos/as em isolamento, com vista à capacitação digital destes).

Academias de Juventude da CVP

Financiado pela FICV e inspirado pelo modelo escutista, passa pela criação de estruturas fixas nas Estruturas Locais da CVP que permitam a participação regular de jovens da comunidade em atividades de voluntariado e oportunidades de capacitação, em linha com os nossos Princípios.

Foram, também, realizados eventos nacionais e internacionais de capacitação, nomeadamente:





European Youth Cooperation Meeting

Que reuniu cerca de 100 líderes juvenis de 53 Sociedades Nacionais CVCV da região da Europa e Ásia Central, em Braga, com vista a eleger o novo Comité Europeu de Coordenação Juvenil CVCV (que conta com uma portuguesa entre os seus 7 elementos, enquanto vice-chair).

Encontro Nacional da Juventude CVP

Reuniu perto de 130 jovens voluntários e colaboradores da JCV de 36 Estruturas Locais em Mangualde, onde se debateram as prioridades para a Juventude.





Escola de Verão da JCV

Em Guimarães, que reuniu 21 jovens colaboradores para atividades de formação e de sensibilização.



Encontro de capacitação

Decorreu em Amarante, e que capacitou 23 coordenadores locais de juventude em questões de gestão de uma Área Local de Juventude.

Bootcamp "+ Projeto, + Ação"

Que decorreu em Guimarães, e capacitou 30 voluntários/as e colaboradores/as de 12 Áreas Locais de Juventude para o desenvolvimento de projetos e financiamentos.

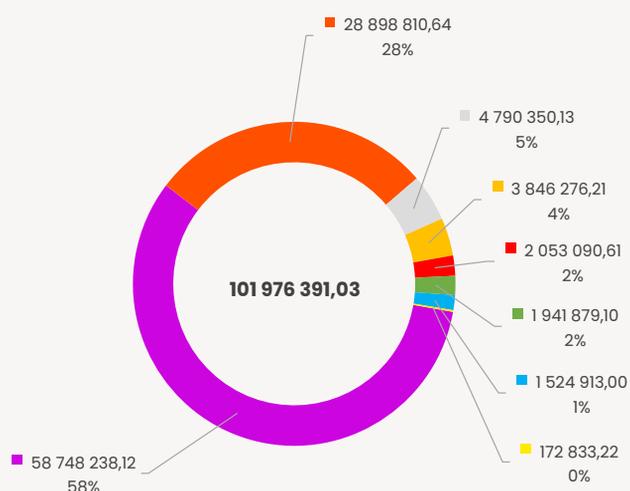


Análise Económica e Financeira

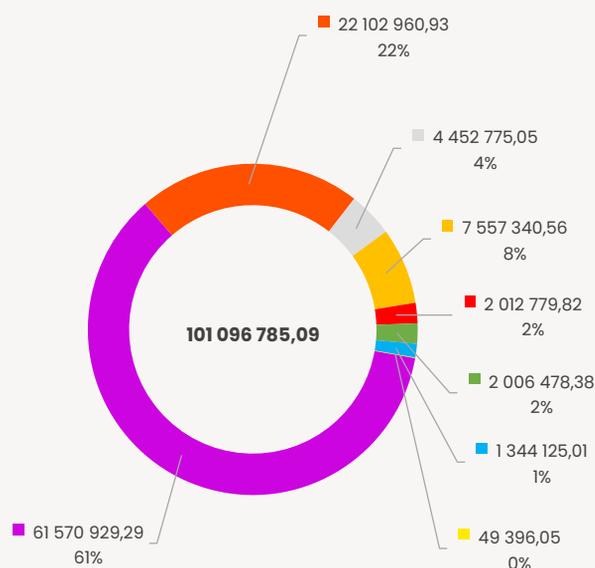
Análise Económica e Financeira

No ano de 2023 o rendimento total da CVP registou um incremento de 0,9% em relação ao ano anterior, cifrando-se em 101.976.391,03€.

Rendimentos 2023



Rendimentos 2022



Unidade: Euros

- Vendas e Prestações de Serviços
- Contrapartidas de Prestação de Serviços Protocolados
- Donativos para Campanhas
- Outros rendimentos
- Quotas
- Fundos Comunitários
- Doações e Heranças
- Juros e Dividendos

Análise Económica e Financeira

A rubrica de vendas e prestações de serviços representa 57,6% daquele valor (58,7 milhões de euros), tendo diminuído 4,6% face a 2022. Este decréscimo explica-se pelo efeito conjugado da retração dos rendimentos nas áreas da saúde e ação social (menos 2,7 e 2,9 milhões de euros, respetivamente) e do aumento dos proveitos da área de emergência (mais 2,8 milhões de euros).

No que diz respeito às contrapartidas recebidas por prestação de serviços protocolados com entidades públicas e privadas, que representa 28,3% dos proveitos registados (28,9 milhões de euros), observa-se evolução positiva de 30,7% face ao ano anterior, fruto essencialmente do incremento dos protocolos celebrados com a Segurança Social (mais 5 milhões de euros) e com as Autarquias (mais 2,6 milhões de euros).

A rubrica de donativos para campanhas regista a execução em 2023 de verbas angariadas nos anos anteriores para campanhas específicas e atingiu o valor de 4,8 milhões de euros, representando um incremento de 7,6% relativamente a 2022.

A título de outros rendimentos registam-se proveitos diversos como aluguer de imóveis, imputação de subsídios para investimento, correções relativas a períodos anteriores, entre outros, num total de 3,8 milhões de euros (menos 49,1% do que em 2022). De realçar que este decréscimo se encontra significativamente influenciado pela venda não recorrente de imóvel ocorrida em 2022 e que representou, então, um proveito de 2,95 milhões de euros.



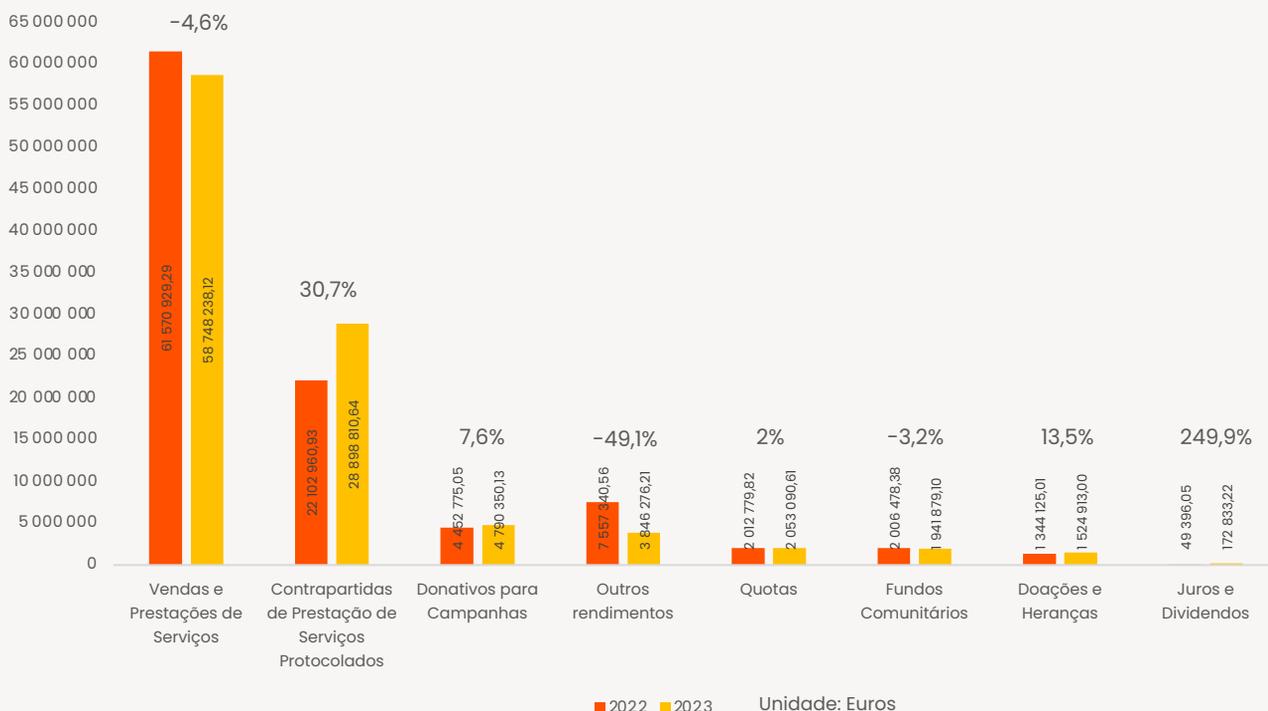
Análise Económica e Financeira

Os rendimentos de fundos comunitários são registados na justa medida da execução dos projetos aprovados e da submissão de pedidos de reembolso, totalizando em 2023 1,9 milhões de euros, menos 3,2% do que no período homólogo.

A rubrica de quotas manteve-se praticamente estável face ao ano anterior, atingindo o valor de 2 milhões de euros, enquanto que a de doações e heranças mostrou progressão favorável de 13,5%, cifrando-se em 1,5 milhões de euros.

Os proveitos obtidos com juros ascenderam a 173 mil euros.

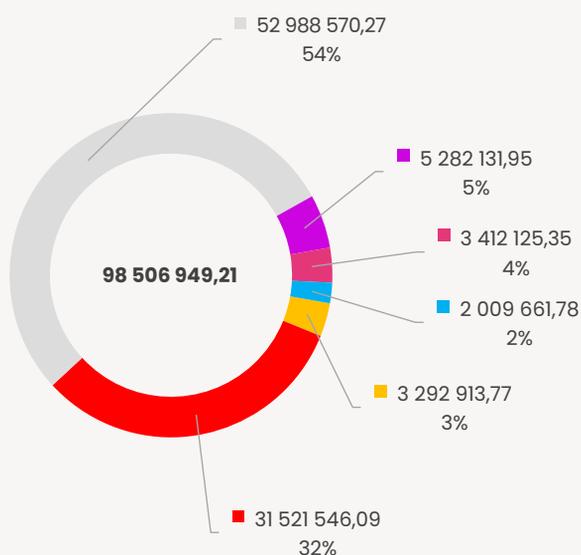
Rendimentos 2023 vs 2022



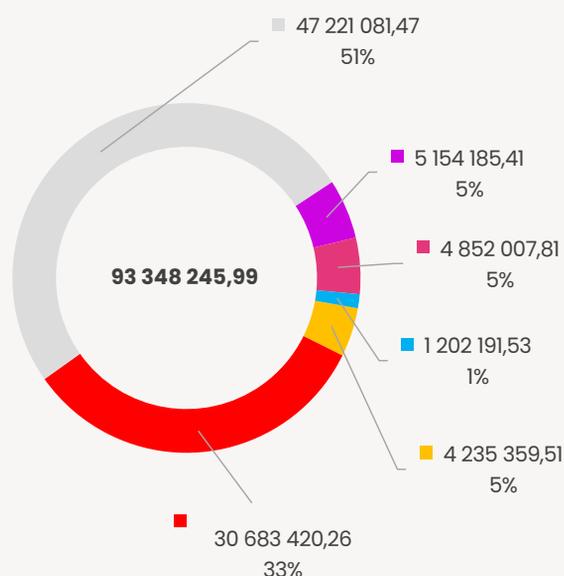
Análise Económica e Financeira

No ano de 2023 os gastos totais da CVP registaram um incremento de 5,5% em relação ao ano anterior, cifrando-se em 98.506.949,21€.

Gastos 2023



Gastos 2022



Unidade: Euros

- Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
- Fornecimentos e Serviços Externos
- Gastos com o Pessoal
- Gastos de Depreciação e de Amortização
- Outros Gastos
- Gastos de Financiamento

Análise Económica e Financeira

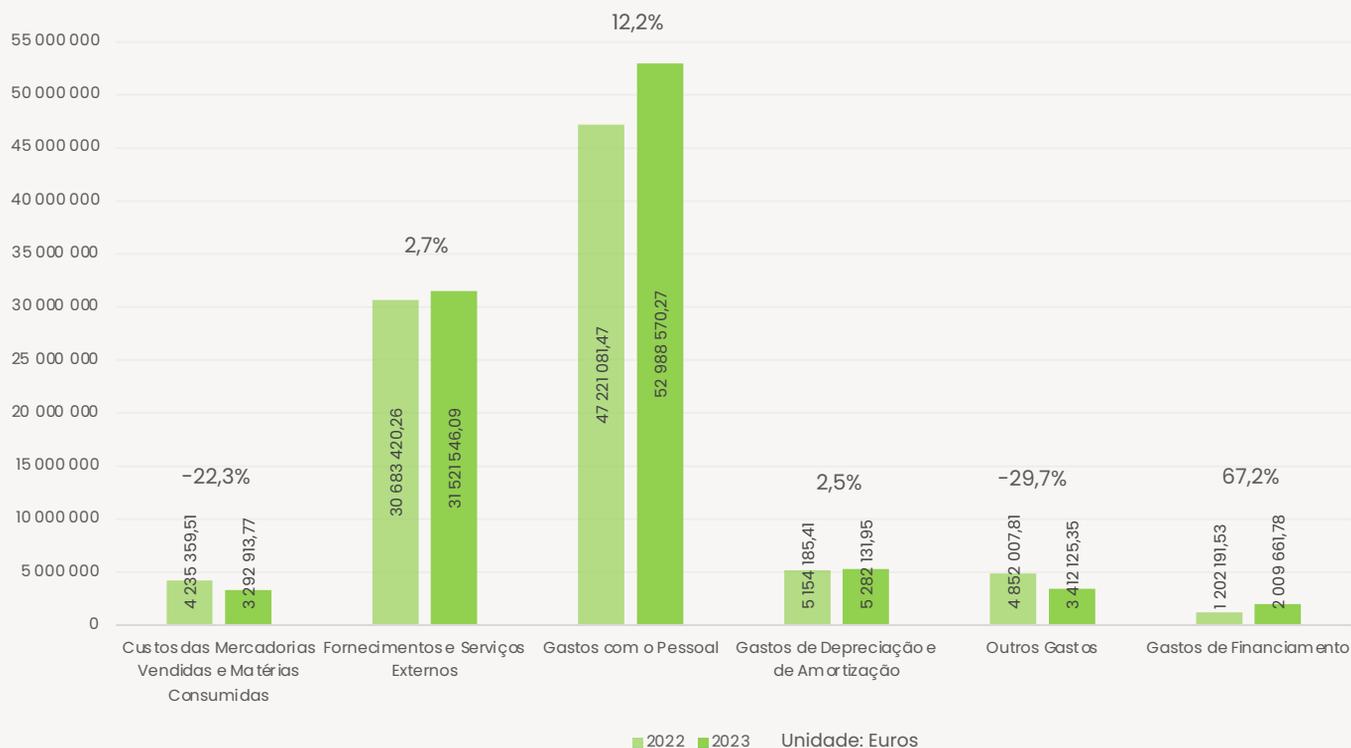
Observa-se uma contração de 22,3% no custo com mercadorias vendidas e matérias consumidas, para 3,3 milhões de euros, enquanto que os fornecimentos e serviços externos, responsáveis por 32% do gasto total, tiveram um ligeiro aumento de 2,7%, atingindo os 31,5 milhões de euros.

A rubrica de custo com pessoal tem um peso relevante no total dos encargos (53,8%) e progrediu 12,2% face ao ano anterior, representando 53 milhões de euros. Tal incremento explica-se, essencialmente, pelo efeito conjugado do aumento do salário mínimo nacional, do aumento do subsídio de alimentação, bem como pelo ajustamento que se revelou necessário fazer a alguns vencimentos que se aproximavam do SMN. O efetivo de trabalhadores remunerados manteve-se praticamente inalterado em 2023 face a 2022. De referir que a Direção Nacional e as Direções das Delegações Locais são constituídas por Membros Voluntários, não remunerados.

As amortizações registadas não sofreram alteração relevante nos dois últimos exercícios, enquanto que a rubrica de outros gastos, que regista encargos com campanhas, subsídios atribuídos, quotizações, entre outros, mostrou diminuição de 29,7%, atingindo 3,4 milhões de euros.

Os gastos com financiamentos cifram-se em 2 milhões de euros, o que representa um aumento de 67,2%, fruto essencialmente do incremento registado nas taxas de juro.

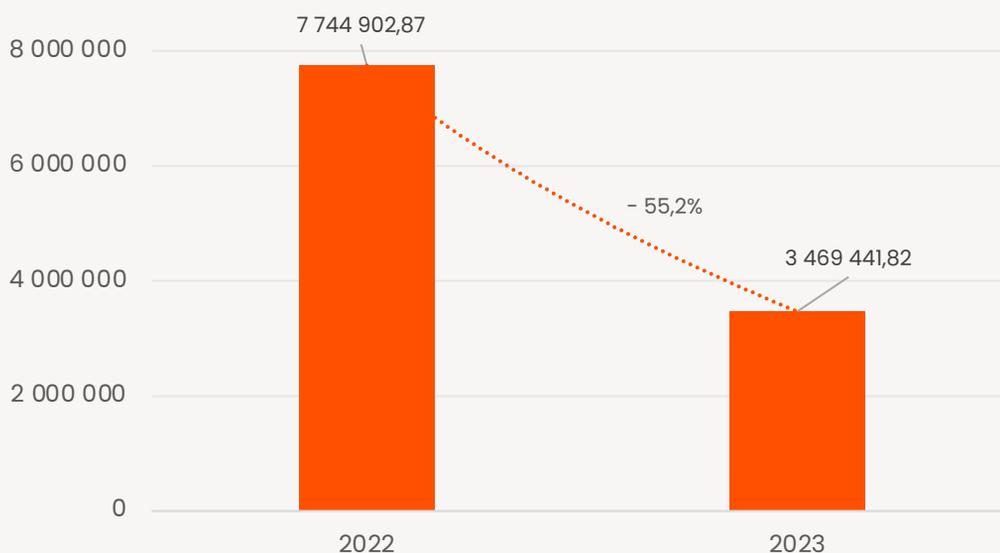
Gastos 2023 vs 2022



Análise Económica e Financeira

Em consequência, o resultado líquido obtido em 2023 foi de 3.469.441,82 euros, o que representa um decréscimo de 55,2% face a 2022. Se expurgarmos do resultado líquido obtido em 2022 o valor de 2,95 milhões de euros obtido por via de operação não recorrente de venda de imóvel, a variação do resultado líquido de 2023 face ao ano anterior teria sido de -27,6%.

Resultado Líquido



Unidade: Euros

Análise Económica e Financeira

É de salientar o forte investimento realizado em ativos fixos tangíveis, cujo valor líquido aumentou 9,9% para 92,3 milhões de euros, contribuindo para tal, no essencial, os seguintes investimentos registados em 2023:

- Unidade de Cuidados Integrados da Portela – 5,2 milhões de euros;
- Sede da Delegação de Aveiras de Cima – 1,2 milhões de euros;
- Sede da Delegação de Braga – 594 mil euros;
- Unidade de Cuidados Integrados da Maia – 100 mil euros.

Unidade de Cuidados Integrados da Portela



Unidade de Cuidados Integrados da Maia



Sede da Delegação de Braga



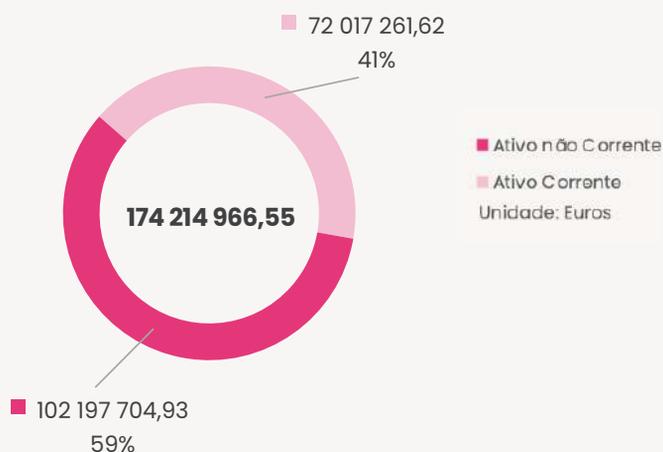
Sede da Delegação de Aveiras de Cima



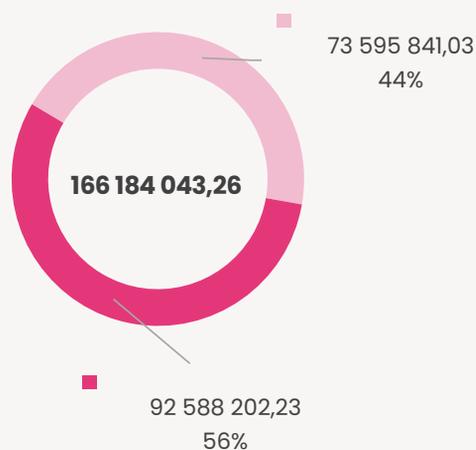
Análise Económica e Financeira

No que diz respeito às contas de Balanço, verifica-se um aumento de 10,4% do ativo não corrente, justificado pelos investimentos realizados nas Unidades de Cuidados Integrados da Portela e Maia e nas sedes das Delegações de Braga e Aveiras de Cima, bem como pelo reconhecimento do direito de superfície do terreno da Portela. Já o ativo corrente mostrou diminuição de 2,1%, resultante do efeito conjugado do aumento dos créditos a receber e do decréscimo dos diferimentos e dos valores em caixa e bancos. O ativo total ascende a 174.214.966,55 euros, mais 4,8% do que em 2022.

Ativo 2023

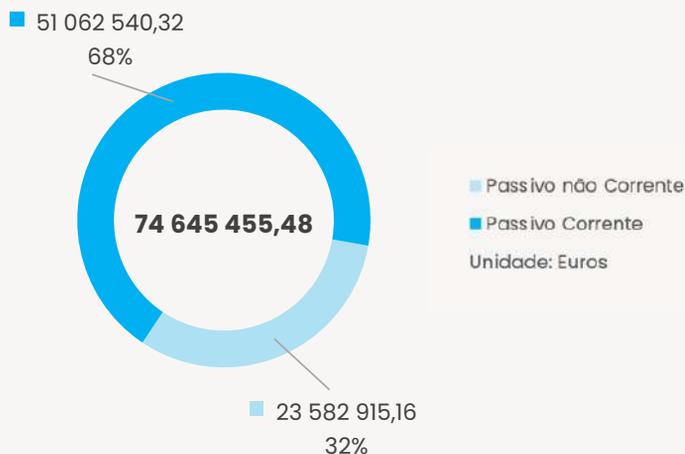


Ativo 2022

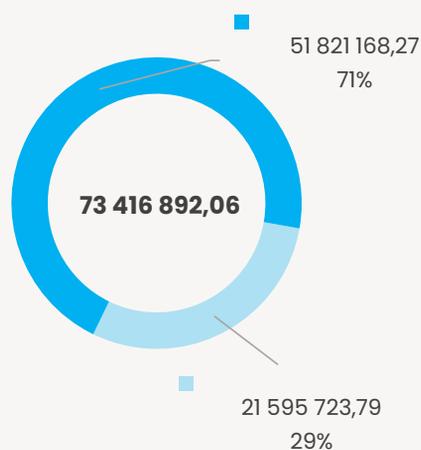


Quanto ao passivo não corrente, é possível verificar um aumento de 9,2%, justificado pelo incremento dos financiamentos obtidos. O valor do passivo corrente recuou 1,5%, atendendo à descida significativa dos diferimentos, compensada pelo aumento dos passivos para com o Estado bem como dos outros passivos correntes. O passivo total é de 74.645.455,48 euros, o que representa um aumento de 1,7% face ao ano anterior.

Passivo 2023



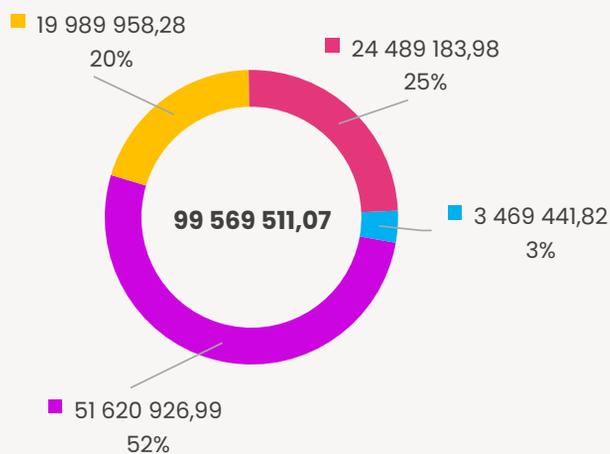
Passivo 2022



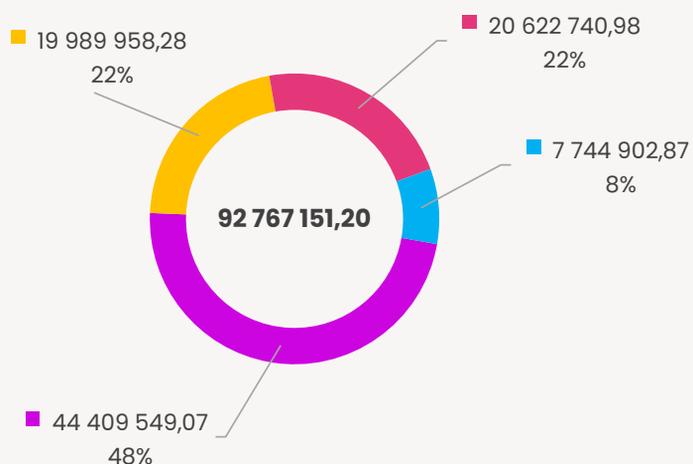
Análise Económica e Financeira

O valor dos fundos patrimoniais ascende a 99.569.511,07 euros, tendo sido possível registar um incremento de 7,3% face a 2022, por via do aumento dos ajustamentos nos fundos patrimoniais em 3,9 milhões de euros (subsídios ao investimento e doações) para além, naturalmente, da integração do resultado do exercício.

Fundos Patrimoniais 2023



Fundos Patrimoniais 2022



Unidade: Euros ■ Resultados transitados ■ Excedentes de revalorização ■ Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Atendendo ao Resultado Líquido obtido, no valor de 3.469.441,82 euros, propõe-se a sua integração em Resultados Transitados.

Lisboa, 15 de maio de 2024

A Direção Nacional

António Saraiva
Presidente Nacional

Fernando Santo
Vice-Presidente

José Miguel Leonardo
Vice-Presidente

Madalena Ramalho
Vice-Presidente

Marco Serronha
Vice-Presidente

Cristina Siza Vieira
Vogal

Luís Pais Antunes
Vogal

Maria do Carmo Neves
Vogal

Demonstrações
Financeiras a
31 de Dezembro

Balanço

Balanço em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	Notas	31/12/23	31/12/2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.2	92 308 845,58	83 954 040,78
Bens do património histórico e cultural	5.1	3 155 599,64	3 155 599,64
Ativos intangíveis	6	5 089 506,21	4 002 878,74
Investimentos financeiros	7	105 462,23	50 530,72
Outros créditos e ativos não correntes	8	1 538 291,27	1 425 152,35
Total do ativo não corrente		102 197 704,93	92 588 202,23
Ativo corrente			
Inventários	9	1 104 105,51	1 241 296,61
Créditos a receber	10	20 304 278,93	16 222 099,68
Estado e outros entes públicos	11	984 687,25	715 275,39
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12	129 122,44	38 671,69
Diferimentos	13	3 726 279,59	4 795 911,00
Outros ativos correntes	14	608 510,95	506 697,71
Caixa e depósitos bancários	15	45 160 276,95	50 075 888,95
Total do ativo corrente		72 017 261,62	73 595 841,03
Total do ativo		174 214 966,55	166 184 043,26
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	16	51 620 926,99	44 409 549,07
Excedentes de revalorização	17	19 989 958,28	19 989 958,28
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	18	24 489 183,98	20 622 740,98
Resultado líquido do período		3 469 441,82	7 744 902,87
Total dos fundos patrimoniais		99 569 511,07	92 767 151,20
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	20	164 128,97	124 128,96
Financiamentos obtidos	21	23 418 786,19	21 471 594,83
Total do passivo não corrente		23 582 915,16	21 595 723,79
Passivo corrente			
Fornecedores	22	5 981 570,28	5 994 638,71
Estado e outros entes públicos	23	2 599 267,67	1 734 650,41
Financiamentos obtidos	24	16 528 906,92	16 831 270,57
Diferimentos	25	10 752 637,85	13 860 063,63
Outros passivos correntes	26	15 200 157,60	13 400 544,95
Total do passivo corrente		51 062 540,32	51 821 168,27
Total do passivo		74 645 455,48	73 416 892,06
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		174 214 966,55	166 184 043,26

Demonstração dos Resultados

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Cruz Vermelha Portuguesa

Rendimentos e gastos	Notas	(€)	
		31/12/23	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	19.1	60 801 328,73	63 583 709,11
Subsídios, doações e legados à exploração	19.1	32 365 602,74	25 453 564,32
Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, ass. e empr. conjuntos	19.1/ 19.2	55 001,85	31 461,82
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19.2	(3 292 913,77)	(4 235 359,51)
Fornecimentos e serviços externos	19.2	(31 521 546,09)	(30 683 420,26)
Gastos com pessoal	19.2	(52 988 570,27)	(47 221 081,47)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	19.1/ 19.2	(70 259,39)	(23 122,86)
Provisões (Aumentos/reduções)	19.1/ 19.2	(40 000,01)	0,00
Aumentos / reduções de justo valor	19.1/ 19.2	57 193,82	21 510,06
Outros rendimentos	19.1	8 514 282,47	11 920 192,53
Outros gastos	19.2	(3 292 366,57)	(4 795 569,98)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		10 587 753,51	14 051 883,76
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19.2	(5 281 483,13)	(5 154 185,41)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 306 270,38	8 897 698,35
Juros e rendimentos similares obtidos	19.1	172 833,22	49 396,05
Juros e gastos similares suportados	19.2	(2 009 661,78)	(1 202 191,53)
Resultado antes de impostos		3 469 441,82	7 744 902,87
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período	19	3 469 441,82	7 744 902,87

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023

Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuído aos instituidores da empresa-mãe					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
		(€)							
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	16-19	44 409 549,07	19 989 958,28	20 622 740,98	7 744 902,87	92 767 151,20	0,00	92 767 151,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas						0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedente de revalorização						0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização						0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos						0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	16-19	7 211 377,92	0,00	3 866 443,00	(7 744 902,87)	3 332 918,04	0,00	3 332 918,04
			7 211 377,92	0,00	3 866 443,00	(7 744 902,87)	3 332 918,04	0,00	3 332 918,04
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	3	19				3 469 441,82	3 469 441,82	0,00	3 469 441,82
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3					(4 275 461,05)	(4 275 461,05)	0,00	6 802 359,86
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos						0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados						0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições						0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	5					0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	6 = 1 + 2 + 3 + 5		51 620 926,99	19 989 958,28	24 489 183,98	3 469 441,82	99 569 511,06	0,00	99 569 511,07

Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Cruz Vermelha Portuguesa

			(€)
Rubricas	Notas	31/12/23	31/12/22
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e utentes		66 066 048,60	48 198 471,70
Pagamentos de subsídios		0,00	200 014,46
Pagamentos de apoios		4 885,80	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	280 667,58
Pagamentos a fornecedores		36 592 825,05	29 784 067,96
Pagamentos ao pessoal		42 419 626,22	25 717 445,25
Caixa geradas pelas operações		(12 951 288,47)	(7 783 723,55)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 023 302,65)	(3 147,86)
Outros recebimentos/pagamentos		15 862 672,90	16 007 457,86
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 888 081,78	8 220 586,45
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		9 302 976,84	7 896 583,64
Ativos intangíveis		238 136,43	76 328,73
Investimentos financeiros		10 014,38	30 017,23
Outros ativos		2 322,42	415,03
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		185 275,09	2 797 176,17
Ativos intangíveis		0,00	4 749,99
Investimentos financeiros		14 194,40	202 210,79
Outros ativos		234 489,81	0,00
Subsídios ao investimento		382 363,86	1 330 602,65
Juros e rendimentos similares		155 182,71	1 047,76
Dividendos		12 777,58	3 688,37
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(8 569 166,62)	(3 663 868,90)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		5 918 198,24	6 682 808,73
Realizações de fundos		91 170,35	32 491,64
Cobertura de prejuízos		5 032,24	15 116,39
Doações		440 671,88	1 109 080,46
Outras operações de financiamento		1 038 366,51	2 587 456,66
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		3 866 998,29	2 505 128,47
Juros e gastos similares		1 783 165,45	1 420 662,45
Dividendos		0,00	2 356,32
Redução de fundos		2 364,02	2 856,91
Outras operações de financiamento		75 438,62	141 869,22
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		1 765 472,84	6 354 080,51
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(4 915 612,00)	10 910 798,06
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	(16 747,52)
Caixa e seus equivalentes no início do período		50 075 888,95	39 181 838,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período		45 160 276,95	50 075 888,95

Anexo

Anexo

O Anexo visa interpretar e enquadrar a informação financeira apresentada nas Demonstrações Financeiras (DF), divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas a nível global e outras divulgações exigidas pela **Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)**.

1. Identificação da entidade

1.1 Denominação da entidade

A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) é uma pessoa coletiva com o número de identificação fiscal PT500745749, de direito privado e de utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, com plena capacidade jurídica para a prossecução dos seus fins.

1.2 Lugar da Sede Social

A sede nacional da CVP situa-se no Jardim 9 de Abril, 1 a 5, em Lisboa.

1.3 Natureza da atividade

A CVP é uma instituição humanitária não governamental, de carácter voluntário e de interesse público, que desenvolve a sua atividade devidamente apoiada pelo Estado, mas guardando a sua autonomia, no respeito pelo Direito Internacional Humanitário, pelos Estatutos do Movimento Internacional e pela Constituição da Federação da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

A CVP exerce a sua atividade em todo o território nacional, como a única sociedade nacional da Cruz Vermelha e, fora do território nacional, no quadro de ação do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e em qualquer local onde a sua participação seja relevante.

A CVP assenta a sua organização territorial em serviços centrais e autónomos, delegações locais, centros humanitários e extensões de delegações locais.

1.4 Abrangência

As Demonstrações Financeiras da CVP incluem as Delegações Locais e as respetivas Extensões, os Centros Humanitários, Organismos Autónomos (Lar Militar, Escola Superior de Saúde Lisboa, Escola Superior de Saúde Norte, Escola Superior de Saúde Alto Tâmega, Escola de Socorrismo, Escola de Formação Profissional, Complexo de Neurointervenção e a Clínica de Vila Viçosa), as Entidades Subsidiárias (Parfisi, Lda. e Clínica Social Rainha Santa Isabel de Estremoz, ACE) e a Sede Nacional.

O perímetro de consolidação de contas, a 31 de Dezembro de 2023, teve em consideração 127 Delegações Locais, 17 Centros Humanitários, 8 Organismos Autónomos e a Sede Nacional, o que corresponde à plenitude do universo Cruz Vermelha Portuguesa. As Estruturas que não apresentaram atividade são incluídas na agregação.

Assim, podemos dizer que as Demonstrações Financeiras do ano 2023, proporcionam informação integral, compreensível, relevante, fiável e comparável sobre a situação financeira da CVP à data de 31 de dezembro de 2023 e sobre o resultado das operações económicas realizadas durante o exercício findo nessa data.

Anexo

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Identificação do referencial contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/ 2009, de 13 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/ 2015, de 2 de junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso n. 8258/ 2015, de 29 de julho.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica) e no pressuposto de continuidade e contêm as seguintes características qualitativas: compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Anexo

2.2 Indicação e justificação das disposições das NCRF-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Considerando o elevado número de unidades da CVP (127 Delegações Locais, 17 Centros Humanitários, 8 Organismos Autónomos e a Sede Nacional), sua dispersão geográfica e gestão descentralizada, a harmonização de políticas contabilísticas e práticas de gestão, tem exigido um grande esforço da Sede Nacional, ao longo dos últimos anos, no sentido de garantir a desejada harmonização.

Quaisquer derrogações que possam ocorrer, pelo referenciado, são imateriais e não põem em causa a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da CVP.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (deemed cost) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (anteriormente apelidado de quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Anexo

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções:	50 Anos
Equipamento básico:	5 a 15 Anos
Equipamento de transporte:	3 a 6 Anos
Equipamento administrativo:	3 a 10 Anos
Outros ativos fixos tangíveis:	3 a 4 Anos

Os gastos de conservação e reparação e as benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, efetuados após a data da sua aquisição ou construção, que aumentem o valor real ou a duração provável da vida dos ativos fixos tangíveis, são capitalizados.

Como orientação geral considera-se que as grandes reparações e beneficiações proporcionam o aumento da vida útil estimada de um ativo fixo tangível em 3 anos.

Genericamente, as obras de adaptação, de beneficiação ou os melhoramentos efetuados em propriedade alheia relacionadas com estruturas não amovíveis, não são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, mas como gastos a reconhecer, sendo imputados numa base anual aos exercícios económicos durante os anos do contrato de arrendamento ou usufruto.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural

Os bens do património histórico, artístico e cultural são bens de domínio privado que cumprem as condições exigidas por lei para serem classificados como tal.

Anexo

Os bens do património histórico, artístico e cultural que foram atribuídos à Entidade a título gratuito ou que sendo adquiridos a título oneroso, foram reconhecidos pela primeira vez nesta classe de bens sem conhecer o seu custo histórico, devido à perda desses dados ou ao valor de compra à data ser irrelevante em virtude do tempo transcorrido desde a sua aquisição, encontram-se valorizados pelo valor patrimonial tributário (VPT).

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta de variações nos fundos patrimoniais.

A atualização para o VPT tem como contrapartida a rubrica de excedentes de revalorização.

As obras realizadas nestes bens são consideradas como obras de conservação e restauro e reconhecidas, desde que materialmente relevantes, como gastos a reconhecer, pelo que o aumento de valor destes bens apenas decorrerá de uma avaliação.

Estes bens não depreciam, pelo que apenas haverá redução de valor quando se encontrarem em imparidade.

3.1.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Excetuam-se os casos em que o reconhecimento inicial dos ativos intangíveis ocorreu até 2012 e para os quais a respetiva escritura era omissa no que respeita ao valor. Nesta situação os ativos intangíveis foram reconhecidos pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT) atual.

Os ativos intangíveis são apenas reconhecidos quando for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento só deverão ser reconhecidas quando seja possível demonstrar capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros.

As despesas de desenvolvimento que não cumpram os requisitos deverão ser registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida iniciámos a amortização no exercício de 2016 (pelo período de 10 anos) de acordo com o parágrafo 8.17 da NRCF-ESNL.

Anexo

3.1.4 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo em ativo o valor atual das rendas futuras e em passivo, as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.1.5 Encargos financeiros com aquisição de ativos

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desse ativo somente quando se trata de um ativo que se qualifica. Isto é, quando necessita de um período substancial de tempo para estar disponível para uso.

A capitalização dos custos com empréstimos obtidos inicia-se quando tem início o investimento nesse ativo.

A capitalização termina quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso se encontram substancialmente concluídas.

3.1.6 Imparidade de ativos

Os ativos encontram-se em imparidade quando existem evidências objetivas de que, em consequência de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.

Anexo

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica Perdas por imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são revertidas sempre que exista evidência de que as mesmas já não existem ou diminuíram, sendo a reversão reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.7 Investimentos Financeiros

3.1.7.1 Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da CVP no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como "goodwill". O goodwill é registado como ativo e iniciámos a amortização no exercício de 2016 pelo período de 10 anos.

Anualmente, quando existem indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

Caso a entidade conjuntamente controlada ou associada, venha a apresentar Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

Anexo

3.1.7.2 Investimentos em subsidiárias e consolidação

a) Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição é valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo diretamente atribuível à aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos Resultados.

As transações internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

3.1.8 Inventários

Os inventários ou existências são ativos detidos para venda no decurso ordinário da atividade ou para serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços. Fazem parte desta classe de ativos, os donativos em espécie atribuídos à instituição para consumo próprio ou distribuição a terceiros.

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos com a sua alienação).
- Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

Quando os inventários são vendidos ou distribuídos a carenciados a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como gasto.

Anexo

3.1.9 R dito

O rédito   valorizado pelo justo valor da contrapresta o recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens   reconhecido quando todas as seguintes condi es são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mant m qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
-   provável que benefícios econ micos futuros associados   transa o fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transa o podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das presta es de serviços   reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da presta o de serviços   reconhecido com referência   fase de acabamento da transa o   data de relato, desde que todas as seguintes condi es sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
-   provável que benefícios econ micos futuros associados   transa o fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transa o podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transa o   data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros   reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios econ micos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Anexo

3.1.10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.1.11 Subsídios

Consideram-se subsídios as verbas recebidas do Estado para cumprimento de determinadas respostas sociais, previamente definidas, como tal, em protocolo.

Os Subsídios à exploração recebidos, conforme acima mencionado são reconhecidos como proveito no exercício na medida dos custos incorridos pela entidade no cumprimento das condições estabelecidas no protocolo.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados no fundo patrimonial e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Os Subsídios recebidos a título de adiantamento e ainda não executados são contabilizados como passivos.

Anexo

Os Subsídios não monetários atribuídos pelo Estado, tomam a forma de transferência de um ativo, tal como terrenos ou outros recursos para uso da entidade. Sempre que não é possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, tanto o ativo como o subsídio são registados pela sua quantia nominal. Estes subsídios são apresentados no balanço, em Fundos Patrimoniais.

3.1.12 Efeitos de alteração em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros, de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira, são incluídas no fundo patrimonial, na rubrica "Outras Reservas".

3.1.13 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalente de caixa, correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

b) Dívidas a receber

As dívidas de clientes, membros/associados e de outros terceiros são escrituradas pelo seu valor nominal, deduzido das perdas por imparidade calculadas de acordo com seguintes critérios:

Crédito em mora	Mora no pagamento	Perda Imparidade Limite	Quantia Recuperável Limite
Pessoas Coletivas Privadas	mais de 9 meses	25%	75%
	mais de 15 até 21 meses	50%	50%
	mais de 21 até 27 meses	75%	25%
	mais de 27 meses	100%	0%

Anexo

Nesta situação considera-se que só começa a existir risco de cobrança de um crédito a partir do 9º mês sobre a data de vencimento do documento de suporte.

Crédito em mora	Mora no pagamento	Perda Imparidade Limite	Quantia Recuperável Limite
Administração Pública	sem mora	0%	0%

Neste caso considera-se que não existe qualquer risco de cobrança ou dúvida quanto ao recebimento de créditos sobre a administração pública.

Crédito em mora	Mora no pagamento	Perda Imparidade Limite	Quantia Recuperável Limite
Membros	mais de 9 meses	25%	75%
	mais de 15 até 21 meses	50%	50%
	mais de 21 até 27 meses	75%	25%
	mais de 27 meses	100%	0%

Para os membros (beneficiários e contribuintes) considera-se que só haverá risco de cobrança a partir do 9º mês a contar da data estabelecida para pagamento das quotas (mensal, trimestral, semestral, anual).

	Mora no pagamento	Perda Imparidade Limite	Quantia Recuperável Limite
Outras pessoas singulares	mais de 12 até 18 meses	50%	50%
	mais de 18	100%	0%

Para as restantes pessoas singulares considera-se que só haverá risco de cobrabilidade a partir do 12º mês a contar da data de vencimento do crédito.

C) Dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são escrituradas pelo seu valor nominal.

Anexo

3.1.14 Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data de balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço, se materiais, são divulgados nas notas.

4. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No exercício de 2023 não ocorreram alterações de estimativas contabilísticas.

Os erros foram corrigidos e reconhecidos atendendo à sua materialidade.

A correção de um erro respeitante a um período anterior foi excluída dos resultados do período sendo efetuada diretamente nos fundos patrimoniais em Resultados Transitados.

Tratando-se de um erro materialmente relevante respeitante ao exercício anterior reexpressa-se o comparativo nas demonstrações financeiras individuais do exercício.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os bens do património, histórico, artístico e cultural encontram-se registados pelo seguinte valor:

Ativo Não Corrente - Bens do património histórico e cultural

(€)

Rubricas	31/12/22	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	31/12/23	Variação
Ativo bruto							
Bens imóveis	3 155 599,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3 155 599,64	0,00 0,00%
Total	3 155 599,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3 155 599,64	0,00 0,00%

Do montante registado a 31 de dezembro de 2023 (3 155 599,64 euros) 2.496.150,00 euros respeitam à Sede Social da CVP – Palácio dos Condes D'Óbidos em Lisboa – e 659.449,64 euros ao Teatro Lethes em Faro.

Anexo

5.2 Outros ativos fixos tangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2023, as alterações ocorridas no valor dos outros ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram as seguintes:

Ativo Não Corrente - Ativos Fixos Tangíveis

Rubricas	31/12/22	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Reclassificação/ Regularizações	31/12/23	Variação	(€)
Ativo Bruto							
Terrenos e Recursos Naturais	14 762 271,50	28 381,96	0,00	-221 347,83	14 569 305,63	-192 965,87	-1,31%
Edifícios e Outras Construções	80 749 140,92	2 831 020,88	-220 282,78	-61 967,20	83 297 911,82	2 548 770,90	3,16%
Equipamento Básico	42 608 451,96	3 242 720,98	-495 084,54	-177 343,16	45 178 745,24	2 570 293,28	6,03%
Equipamento de Transporte	5 996 218,90	636 155,15	-38 350,00	-197 484,80	6 396 539,25	400 320,35	6,68%
Equipamento Administrativo	7 403 967,34	227 343,64	-12 041,51	-89 913,21	7 529 356,26	125 388,92	1,69%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 571 171,23	126 203,09	0,00	-87 939,02	2 609 435,30	38 264,07	1,49%
Investimentos em Curso	11 923 737,84	8 031 754,30	-108 362,21	-905 558,75	18 941 571,18	7 017 833,34	58,86%
TOTAL	166 014 959,69	15 123 580,00	-874 121,04	-1 741 553,97	178 522 864,68	12 507 904,99	7,53%
Depreciações e Perdas Por Imparidade Acumuladas							
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e Outras Construções	35 323 476,44	2 341 428,73	-76 391,22	-1 379 900,51	36 208 613,44	885 137,00	2,51%
Equipamento Básico	32 874 477,93	2 584 257,24	-515 465,14	485 789,85	35 429 059,88	2 554 581,95	7,77%
Equipamento de Transporte	5 127 876,96	265 997,67	-52 538,02	70 008,01	5 411 344,62	283 467,66	5,53%
Equipamento Administrativo	6 679 704,50	343 367,76	-9 834,89	-10 721,27	7 002 516,10	322 811,60	4,83%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 055 383,08	128 786,34	0,00	-21 684,36	2 162 485,06	107 101,98	5,21%
TOTAL	82 060 918,91	5 663 837,74	-654 229,27	-856 508,28	86 214 019,10	4 153 100,19	5,06%
Valor Líquido							
Terrenos e Recursos Naturais	14 762 271,50				14 569 305,63	-192 965,87	-1,31%
Edifícios e Outras Construções	45 425 664,48				47 089 298,38	1 663 633,90	3,66%
Equipamento Básico	9 733 974,03				9 749 685,36	15 711,33	0,16%
Equipamento de Transporte	868 341,94				985 194,63	116 852,69	13,46%
Equipamento Administrativo	724 262,84				526 840,16	-197 422,68	-27,26%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	515 788,15				446 950,24	-68 837,91	-13,35%
Investimentos em Curso	11 923 737,84				18 941 571,18	7 017 833,34	58,86%
TOTAL	83 954 040,78				92 308 845,58	8 354 804,80	9,95%

À data de 31 de dezembro de 2023 o valor bruto dos ativos fixos tangíveis é de 178 522 864,68 euros.

A rubrica de edifícios e outras construções apresenta o valor bruto de 83 247 911,82 euros.

De mencionar que esta rubrica de edifícios e outras construções inclui edifícios relacionados com os direitos de superfície, ou usufruto associados. Isto acontece quando a CVP constrói edifícios em lotes de terreno sobre os quais detêm direitos de superfície e procede à remodelação de edifícios sobre os quais detêm direitos de usufruto ou superfície. Como tal, trata-se de ativos com restrições permanentes, ou seja, com limitações quanto ao seu destino.

A rubrica de equipamento básico apresenta o valor bruto de 45 178 745,24 euros, dos quais 27 144 563,58 euros em viaturas de socorro e transporte de doentes, 3 031 610,93 euros em viaturas afetas à área de ação social. 5 718 726,75 em instalações sociais como refeitórios, lavandarias e alojamento para os utentes e 3 093 753,62 em equipamento médico e hospitalar.

Anexo

O valor registado em investimentos em curso ascende a 18 941 571,18 euros, dos quais:

- 8 120 203,46 euros foram realizados na construção da Unidade de Cuidados Continuados da Portela. Durante o exercício de 2023 o investimento ascendeu a 5 234 379,30 euros;
- 4 884 234,78 euros foram realizados na Unidade de Cuidados Continuados da Maia, dos quais 100 327,54 euros no corrente exercício;
- 1 873 563,87 euros foram realizados na nova sede da Delegação de Aveiras de Cima, dos quais 1 249 626,26 euros no corrente exercício;
- 1 653 370,91 euros foram realizados nas obras da sede da Delegação de Braga, dos quais 593 606,14 euros no corrente exercício.

No que respeita às depreciações adota-se, o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens de acordo com a política contabilística referida no ponto 3.2.1. deste anexo.

À data de balanço existem edifícios que servem de garantia a operações de financiamento bancário de médio e longo prazo associadas a investimentos:

Edifícios associados a operações de financiamento MLP						(€)
Imóveis	Reserva/Limitação	Início	Instituição Financeira	Operação Financeira Associada	Nº Anos	Montante Contratado
Elvas	Hipoteca	Jul.2009	Santander	Empréstimos MLP	25	2 790 924,67
Tavira	Hipoteca	dez.2014	CGD	Empréstimos MLP	13	400 000,00
Foz do Tejo	Hipoteca	Mai.2016	CGD	Empréstimos MLP	12	300 000,00
Valença	Hipoteca	fev.2014	CGD	Empréstimos MLP	13	350 000,00
Portela	Hipoteca	Set.2021	CGD	Empréstimos MLP	15	6 750 000,00
Valença	Hipoteca	Jun.2011	CGD	Empréstimos MLP	15	2 400 000,00
Alto Tâmega	Hipoteca	Jul.2022	CGD	Empréstimos MLP	5	636 071,00
Lisboa	Hipoteca	Fev.2012	MG	Crédito CP	-	2 500 000,00
Lisboa	Hipoteca	Dez.2013	MG	Crédito CP	-	1 000 000,00
Lisboa	Hipoteca	Jan.2012	MG	Empréstimos MLP	-	300 000,00
Évora	Hipoteca		MG	Empréstimos MLP	-	490 000,00
Maia	Hipoteca	Mai.2021	CCAM	Empréstimos MLP	3	3 678 000,00
Vila Real	Hipoteca	Abril.2024	CCAM	Empréstimos MLP	12	320 000,00
Cartaxo	Hipoteca	Dez.2012	CCAM	Empréstimos MLP	15	300 000,00
Cartaxo	Hipoteca	Mai.2018	CCAM	Garantia Real	10	90 000,00

Anexo

6. Ativos intangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2023, as alterações ocorridas nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Ativo Não Corrente - Ativos Intangíveis

Rubricas	31/12/22	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Reclassificação/ Regularizações	31/12/23	Variação	(€)
Ativo bruto							
Goodwill	235 265,80	0,00	0,00	24 637,11	259 902,91	24 637,11	10%
Projectos de desenvolvimento	194 658,28	0,00	0,00	-21 690,00	172 968,28	-21 690,00	-11%
Programas de computador	1 665 150,73	50 722,02	0,00	113,70	1 715 986,45	50 835,72	3%
Propriedade industrial	71 154,37	482,06	0,00	-2 947,11	68 689,32	-2 465,05	-3%
Outros ativos intangíveis	5 271 713,69	1 183 666,45	0,00	-11 192,84	6 444 187,30	1 172 473,61	22%
Investimentos em Curso	42 387,55	210 914,25	0,00	0,00	253 301,80	210 914,25	498%
Total	7 480 330,42	1 445 784,78	0,00	-11 079,14	8 915 036,06	1 434 705,64	19%
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Goodwill	164 686,04	23 526,58	0,00	2 947,11	191 159,73	26 473,69	16%
Projectos de desenvolvimento	151 801,69	2 480,91	0,00	-13 878,05	140 404,55	-11 397,14	-8%
Programas de computador	1 477 861,03	148 637,11	0,00	6 405,01	1 632 903,15	155 042,12	10%
Propriedade industrial	69 461,56	462,30	0,00	-2 947,11	66 976,75	-2 484,81	-4%
Outros ativos intangíveis	1 613 641,36	105 760,34	0,00	74 683,97	1 794 085,67	180 444,31	11%
Total	3 477 451,68	280 867,24	0,00	67 210,93	3 825 529,85	348 078,17	10%
Valor líquido							
Goodwill	70 579,76				68 743,18	-1 836,58	-3%
Projectos de desenvolvimento	42 856,59				32 563,73	-10 292,86	-24%
Programas de computador	187 289,70				83 083,30	-104 206,40	-56%
Propriedade industrial	1 692,81				1 712,57	19,76	1%
Outros ativos intangíveis	3 658 072,33				4 650 101,63	992 029,30	27%
Investimentos em Curso	42 387,55				253 301,80	210 914,25	498%
Total	4 002 878,74				5 089 506,21	1 086 627,47	27%

À data de 31 de dezembro de 2023 o valor bruto dos ativos intangíveis é de 8 915 036,06 euros.

O aumento significativo nas aquisições refere-se ao reconhecimento contabilístico da doação a favor da CVP do direito de superfície sobre o terreno para construção, na Quinta do Castilho, freguesia da Portela, concelho de Loures, pelo montante escriturado de 1 183 666,45, pelo prazo de 70 anos prorrogáveis. A obra para a construção da UCC da Portela teve especial avanço neste exercício económico e a sua inauguração está prevista para o segundo semestre de 2024.

Anexo

7. Investimentos Financeiros

As empresas do Grupo, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são as seguintes:

Denominação social	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	% capital detido			
				31/12/23		31/12/22	
				Directa	Efectiva	Directa	Efectiva
Empresa-mãe:							
CVP - Cruz Vermelha Portuguesa	Lisboa	Prestação de assistência humanitária e social					
Subsidiárias:							
Clinica Social Rainha Santa, ACE	Estremoz	Clinica social e cuidados continuados	CVP	100%	100%	100%	100%
Parfisi - Gabinete de Reabilitação Física, Lda	Cascais	Reabilitação física e fisioterapia	CVP	100%	100%	100%	100%

A rubrica investimentos em subsidiárias inclui as participações nos capitais da Clínica Social Rainha Santa, A.C.E – Estremoz (detida a 100%) e PARFISI, Lda (detida a 100%).

À data de 31 de dezembro de 2023, os investimentos financeiros ascendem a 105 462,23 euros, conforme quadro que se segue:

Ativo Não Corrente - Investimentos Financeiros

(€)

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação	
Ativo Não Corrente - Investimentos Financeiros - (MEP - Método de equivalência patrimonial)				
Investimentos em subsidiárias				
Clinica Rainha Santa Isabel, A.C.E	0,00	0,00		
Parfisi - Gabinete de reabilitação física, LDA	105 462,23	50 530,72	54 931,51	108,71%
Total - Investimentos Financeiros	105 462,23	50 530,72	54 931,51	108,71%

Para a determinação do seu valor, utiliza-se o método da equivalência patrimonial segundo o qual as participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do capital próprio dessas entidades, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O valor da participação na Clínica Social Rainha Santa, A.C.E. é nulo em virtude do seu capital próprio ser negativo.

Anexo

8. Outros créditos e ativos não correntes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o detalhe da rubrica outros créditos e ativos não correntes consta do quadro que se segue:

Ativo Não Corrente - Outros créditos e ativos não correntes				
	(€)			
Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação	
Ativo bruto				
Condessa Bitta Botta	2 493,99	2 493,99		
Sagies				#DIV/0!
Centro Clínico de Cascais	3 890,62	3 890,62		
Sociedade Meridiano, SA	9 000,00	9 000,00		
Títulos participação CCAM	4 000,00	4 000,00		
Deposito Merrill Linch	232 154,30	234 486,99	(2 332,69)	-0,99%
Papeis Credito Bellard	5 310,98	10 716,03	(5 405,05)	-50,44%
Papeis de credito Diversos	4 103,97	3 745,63	358,34	9,57%
Metais Preciosos	630 266,04	574 542,93	55 723,11	9,70%
Ações BCP	5 874,08	3 129,59	2 744,49	87,69%
Fundo Compensação do Trabalho	591 536,12	564 687,76	26 848,36	4,75%
Outros	18 938,37	18 349,43	588,94	3,21%
Investimentos financeiros em curso	34 613,42		34 613,42	#DIV/0!
Total	1 542 181,89	1 429 042,97	113 138,92	7,92%
Perdas por imparidade acumuladas				
Outros ativos financeiros	-3 890,62	-3 890,62		
Total	-3 890,62	-3 890,62		
Valor liquido				
Outros ativos financeiros	1 538 291,27	1 425 152,35	113 138,92	7,94%
Total	1 538 291,27	1 425 152,35	113 138,92	7,94%

À data de 31 de dezembro de 2023, os outros créditos e ativos não correntes (outros ativos financeiros) ascendem a 1 538 291,27 euros.

Os ativos registados nesta rubrica são valorizados ao justo valor a 31 de dezembro. No exercício de 2023 foram registados em resultados ganhos de 64 945,48 euros e perdas de 7 751,66 euros.

Anexo

9. Inventários

A rubrica de Inventários à data de 31 de dezembro de 2023 apresenta o seguinte detalhe:

Ativo Corrente - Inventários

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação	
Mercadorias	424 484,16	456 722,85	(32 238,69)	-7,06%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	629 441,18	734 507,45	(105 066,27)	-14,30%
Produtos acabados e intermédios	50 180,17	50 181,31	(1,14)	0,00%
Reclassificação e regularização		(115,00)	-	0,00%
Total	1 104 105,51	1 241 296,61	(137 306,10)	-11,06%

Os inventários reconhecidos ascendem a 1 104 105,51 euros, dos quais 575 474,17 euros correspondem a donativos em espécie a aplicar nas atividades que a CVP desenvolve e a distribuir a carenciados.

Não existem quaisquer perdas por imparidade acumuladas reconhecidas.

10. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ativo Corrente - Créditos a receber

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação	
Cientes e utentes				
Cientes e utentes c/c	11 664 179,87	10 459 446,97	1 204 732,90	11,52%
Cientes e utentes - títulos a receber	13 196,24	13 331,50	(135,26)	-1,01%
Cientes e utentes - Cessão de créditos/ Factoring	532 062,67	526 885,89	5 176,78	0,98%
Cientes e utentes - Em Mora	1 384 101,17	1 364 066,24	20 034,93	1,47%
Perdas Por Imparidade Acumuladas	(1 057 914,03)	(1 031 829,98)	(26 084,05)	2,53%
Total - Cientes e utentes	12 535 625,92	11 331 900,62	1 203 725,30	10,62%
Outras Contas a Receber				
Adiantamentos e outras operações com o pessoal	75 747,33	38 483,55	37 263,78	96,83%
Devedores por acréscimos de rendimentos	5 829 286,65	4 906 501,01	922 785,64	18,81%
Outros devedores	1 863 619,03	0,00	1 863 619,03	
Perdas Por imparidades acumuladas - Outros devedores	0,00	(54 785,50)	54 785,50	-100,00%
Total - Outras Contas a Receber	7 768 653,01	4 890 199,06	2 878 453,95	58,86%
Total - Créditos a receber	20 304 278,93	16 222 099,68	4 082 179,25	25,16%

As dívidas de clientes líquidas de perdas por imparidade, à data de encerramento do ano 2023, ascendem a 12 535 625,92 euros.

O valor referente a devedores por acréscimos de rendimentos deriva de importâncias que embora só sejam recebidas em exercícios futuros respeitam ao exercício de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, existem outras contas a receber no montante de 7 768 653,01 euros.

Anexo

II. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica Estado e outros entes públicos, decompõe-se conforme quadro seguinte:

Ativo Corrente - Estado e Outros Entes Públicos

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação	
Imposto sobre o Rendimento	5 905,97	3 146,54	2 759,43	87,70%
Imposto sobre o valor acrescentado	975 089,28	709 447,88	265 641,40	37,44%
Otras Tributações	3 692,00	2 680,97	1 011,03	37,71%
Total	984 687,25	715 275,39	269 411,86	37,67%

À data de 31 de dezembro de 2022 a CVP tem a receber do Estado 984 687,25 euros.

As dívidas do Estado à CVP derivam sobretudo dos pedidos de reembolsos de Imposto Sobre Valor Acrescentado (IVA), por via do direito à restituição de imposto suportado com a aquisição de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação de imóveis utilizados, total ou principalmente, na prossecução dos fins estatutários bem como do imposto suportado referente às aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas (DL n.º 20/90, de 13 de janeiro e Decreto-Lei n.º 84/2017 de 21 de julho).

Anexo

12. Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Ativo Corrente - Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação	
Doadores - em curso	75 095,53	(21 816,18)	96 911,71	-444,22%
Quotas	349 053,62	321 093,76	27 959,86	8,71%
Outras operações	(77,65)	(204,00)	126,35	0,00%
Total	424 071,50	299 073,58	124 997,92	41,80%
Perdas por imparidade				
Quotas	(294 949,06)	(260 401,89)	(34 547,17)	13,27%
Total	(294 949,06)	(260 401,89)	(34 547,17)	13,27%
Valor líquido				
Doadores - em curso	75 095,53	(21 816,18)	96 911,71	-444,22%
Quotas	54 104,56	60 691,87	(6 587,31)	-10,85%
Outras operações	(77,65)	(204,00)	126,35	0,00%
Total	129 122,44	38 671,69	90 450,75	233,89%

À data de 31 de dezembro de 2023, o valor líquido reconhecido referente a quotas de membros a receber é de 54 105,56 euros.

13. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ativo Corrente - Diferimento

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação	
Gastos a reconhecer	3 726 279,59	4 795 911,00	(1 069 631,41)	-22,30%
Total	3 726 279,59	4 795 911,00	(1 069 631,41)	-22,30%

Em 31 de dezembro de 2023, os gastos a reconhecer ascendem a 3 726 279,59 euros.

Esta rubrica compreende os gastos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, por respeitarem a esses exercícios, mas cuja documentação de suporte é emitida no ano em causa.

Anexo

14. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o detalhe de outros ativos correntes é o abaixo evidenciado:

Ativo Corrente - Outros ativos correntes

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação (€)	
Adiantamentos a Fornecedores				
Fornecedores Conta Corrente	236 850,17	251 040,21	(14 190,04)	-5,65%
Fornecedores de Investimento				
Imóveis	67 895,64	64 865,64	3 030,00	4,67%
Viaturas	10 000,00	11 000,00	(1 000,00)	-9,09%
Outros	22 049,13	5 000,00	17 049,13	340,98%
Total	336 794,94	331 905,85	4 889,09	330,91%
Instrumentos financeiros detidos para negociação				
Instrumento financeiros detidos para negociação	162 860,32	156 825,03	6 035,29	3,85%
Total	162 860,32	156 825,03	6 035,29	3,85%
Outros Ativos Financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	956,97	943,11	13,86	1,47%
Total	956,97	943,11	13,86	1,47%
Ativos não correntes detidos para venda				
Ativos fixos tangíveis	107 898,72	17 023,72	90 875,00	533,81%
Total	107 898,72	17 023,72	90 875,00	533,81%
Total	608 510,95	506 697,71	101 813,24	20,09%

À data de 31 de dezembro de 2023, os adiantamentos a fornecedores ascendem a 336 794,04 euros.

A rubrica de instrumentos financeiros detidos para negociação é constituída por aplicações de tesouraria e em 31 de dezembro de 2023 apresenta um saldo de 162 860,32 euros.

À data de relato, o montante de ativos fixos tangíveis detidos para venda, totalizam 107 898,72 euros relativos a:

- 2 lotes de terrenos da Delegação de Vilela registados por 17.023,72 euros;
- Fração autónoma na freguesia de Amarante recebida em doação, registada por 90 875 euros nas contas individuais da Delegação de Amarante.

Anexo

15. Caixa e depósitos bancários

À data do relato existe em caixa e depósitos bancários 45 160 276,95 euros.

Ativo Corrente - Caixa e Depósitos Bancários

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação (€)	
Caixa	538 613,61	403 650,13	134 963,48	33,44%
Depositos à ordem	31 854 014,72	43 394 135,82	(11 540 121,10)	-26,59%
Depositos a prazo	12 767 648,62	6 278 103,00	6 489 545,62	103,37%
Total	45 160 276,95	50 075 888,95	(4 915 612,00)	-9,82%

Esta rubrica inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (depósitos à ordem) e aplicações de tesouraria no mercado monetário (depósitos a prazo) com maturidades de curto prazo que se encontram a vencer juros.

16. Resultados transitados

À data de relato, os resultados transitados ascendem a 51 620 926,99 euros e englobam, não só os resultados acumulados dos exercícios anteriores, mas também o reconhecimento de quantias significativas que, embora se tenham verificado durante o ano de 2023, não são de registar em contas de resultados, mas antes, diretamente nos fundos patrimoniais (correções respeitantes a exercícios anteriores).

17. Excedentes de revalorização

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Fundos Patrimoniais - Excedentes de revalorização

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação (€)	
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	13 726 667,37	13 726 667,37	-	0,00%
Outros excedentes	6 263 290,91	6 263 290,91	-	0,00%
Total	19 989 958,28	19 989 958,28	-	0,00%

À data de encerramento, os excedentes de revalorização ascendem a 19 989 958,28 euros.

Anexo

18. Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais apresentam o detalhe que se segue:

Fundos Patrimoniais - Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais

Rubricas	31/12/23	31/12/2022	Variação (€)	
Relacionados com o MP				
Ajustamentos de transição	16 077,17	16 077,17	-	0,00%
Lucros não atribuídos	48 067,45	48 067,45	-	0,00%
Decorrentes de outras variações de fundos patrimoniais	43 698,99	43 698,99	-	0,00%
Subsídios (ao Investimento)	18 350 177,89	16 894 315,95	1 455 861,94	8,62%
Doações	6 847 634,93	5 104 911,22	1 742 723,71	34,14%
Outras	(816 472,45)	(1 484 329,80)	667 857,35	-44,99%
Total	24 489 183,98	20 622 740,98	3 866 443,00	18,75%

Os ajustamentos em ativos financeiros respeitam a flutuações de ativos financeiros à data de relato com repercussão nos fundos patrimoniais. Estes ajustamentos derivam da aplicação do método da equivalência patrimonial às participações financeiras na Clínica Rainha Santa, ACE.

Os lucros não atribuídos representam a diferença entre os lucros imputáveis às participações e os lucros que lhes foram distribuídos (dividendos).

Em 2023 os subsídios ao investimento ascendem a 18 350 177,89 euros. Durante este exercício foram recebidos 1 286 419,12 euros a título de subsídio ao investimento para a obra da Portela por parte do PRR, FEDER e Câmara Municipal de Loures.

A rubrica doações apresenta o montante de 6 847 634,93 euros. O aumento verificado refere-se, nomeadamente, ao registo da doação do direito de superfície sobre o terreno para a construção, na Portela, pelo montante escriturado de 1 183 666,45 euros

Os valores respeitantes a subsídios ao investimento são reconhecidos, numa base sistemática na conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos, à medida em que são contabilizadas as depreciações do investimento a que respeitam. No exercício de 2023, foram reconhecidos rendimentos e ganhos na rubrica 7883 – Imputação de subsídios ao investimento no montante de 849 201,89 euros.

As doações de inventários e de bens de ativo fixo tangível de que a CVP beneficiou para o desenvolvimento das suas atividades e que não se destinam a ser distribuídos posteriormente a terceiros, ascendem a 6 847 634,93 euros à data de 31 de dezembro de 2023.

Anexo

19. Resultado líquido

O resultado líquido do ano de 2023 é 3 469 441,82 euros.

Resultado do exercício

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação	
Resultado Líquido	3 469 441,82	7 744 902,87	(4 275 461,05)	-55,20%

19.1 Rendimentos

O detalhe do valor apurado relativamente a rendimentos e ganhos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Rendimentos

Rubricas	31/12/23		31/12/22		Variação	
Vendas	313 314,77	0,31%	257 578,62	0,25%	55 736,15	21,64%
Prestação de Serviços	60 488 013,96	59,32%	63 326 130,49	62,64%	(2 838 116,53)	-4,48%
Quotizações e jóias	2 053 090,61	2,01%	2 012 779,82	1,99%	40 310,79	2,00%
Rendimentos de Patrocinadores	27 212,52	0,03%				
Serviços Principais	58 440 172,98	57,31%	61 317 555,55	60,65%	(2 877 382,57)	-4,69%
Descontos e abatimentos	(32 462,15)		(4 204,88)	0,00%	(28 257,27)	672,01%
Subsídios, doações e legados à Exploração	32 365 602,74	31,74%	25 453 564,32	25,18%	6 912 038,42	27,16%
Reversões (depreciações, amortizações e perdas por in	2 396,54	0,00%	16 432,47		(14 035,93)	
Reversões de Provisões		0,00%	3 636,23	0,00%	(3 636,23)	0,00%
Ganhos por aumento de justo valor	64 945,48	0,06%	38 392,56	0,04%	26 552,92	69,16%
Outros Rendimentos	8 569 284,32	8,40%	11 951 654,35	11,82%	(3 382 370,03)	-28,30%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	172 833,22	0,17%	49 396,05	0,05%	123 437,17	249,89%
Total	101 976 391,03	100%	101 096 785,09	100%	879 605,94	0,87%

À data do relato, os rendimentos ascendem a 101.976 391,03 euros, o que representa um ligeiro aumento de 0,87% face ao ano anterior. Se, do rendimento de 2022 fosse retirado o valor de 2.950.000 euros correspondente a venda de imóvel (operação não recorrente), a progressão observada nesta rubrica seria de 3,9%.

O aumento registado resulta da conjugação da variação (negativa em 6.238.158,72 euros) das rubricas de prestação de serviços e de outros rendimentos e da variação (positiva em 7.117.764,66 euros) das rubricas de vendas, juros e subsídios.

Em 2023 as prestações de serviços ascendem a 60 488 013,96 euros, o que representa uma diminuição de 4,48% (2 838 116,53 euros) face ao ano anterior.

Anexo

A rubrica Quotizações e jóias apresenta o seguinte detalhe:

Rendimentos - Quotizações e jóias

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação (€)	
Quotizações e jóias				
Membros Ativos Beneficiários (MAC)	373 817,64	474 043,09	(100 225,45)	-21,14%
Cartão de Saúde	1 381 140,79	1 352 279,54	28 861,25	2,13%
Cartão Membro Beneficiário HCVP	298 132,18	186 457,19	111 674,99	59,89%
Total	2 053 090,61	2 012 779,82	40 310,79	2,00%

A rubrica membros ativos beneficiários contabiliza as quotas pagas pelos membros conforme estabelecem os Estatutos da CVP e regista um decréscimo de 21,14% em relação ao ano anterior.

O cartão de saúde regista as contribuições recebidas para fazer face a prestações de cuidados de saúde prestados por parceiros. A 31 de dezembro de 2023 esta rubrica apresenta o valor de 1 381 140,79 euros.

A rubrica Cartão Membro Beneficiário do Hospital Cruz Vermelha Portuguesa (HCVP), regista as contribuições recebidas para fazer face a prestações de cuidados de saúde exclusivamente no HCVP. A 31 de dezembro de 2023 apresenta o valor de 298 132,18 euros.

Anexo

Os serviços principais realizados pela CVP a 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte decomposição:

Rendimentos - Serviços Principais

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação (€)	
Serviços Principais				
Ensino	9 051 610,85	8 928 126,38	123 484,47	1,38%
Ensino Superior	8 847 981,30	8 730 235,18	117 746,12	1,35%
Ensino Básico	203 629,55	190 086,00	13 543,55	7,12%
Outras Prestações de Serviços de Ensino		7 805,20	(7 805,20)	-100,00%
Educação	2 232 307,18	2 498 304,76	(265 997,58)	-10,65%
Infantários/Creches	1 019 488,27	1 494 644,18	(475 155,91)	-31,79%
Pré-escolar/ Jardim Infância	683 748,22	541 587,29	142 160,93	26,25%
ATL S	345 708,86	309 042,91	36 665,95	11,86%
Outras Prestações de Serviços de Educação	183 361,83	153 030,38	30 331,45	19,82%
Formação	995 947,77	938 971,47	56 976,30	6,07%
Cursos de Socorrismo	862 780,76	911 629,69	(48 848,93)	-5,36%
Entidade Formadora		16 578,08	(16 578,08)	-100,00%
Outras Prestações de Serviços de Formação	133 167,01	10 763,70	122 403,31	1137,19%
Saúde	8 268 165,63	10 939 252,63	(2 671 087,00)	-24,42%
Postos Socorros	74 080,29	1 215 871,36	(1 141 791,07)	-93,91%
Serviços Clínicos	1 448 280,26	4 529 894,29	(3 081 614,03)	-68,03%
Clínicas de Reabilitação	1 327 206,28	1 151 210,61	175 995,67	15,29%
Unidade de Cuidados Continuados	4 813 951,63	3 664 587,75	1 149 363,88	31,36%
Outras Prestações de Serviços de Saúde	604 647,17	377 688,62	226 958,55	60,09%
Ação Social	9 073 179,99	11 963 839,78	(2 890 659,79)	-24,16%
Apoio Domiciliário	1 989 726,66	2 807 316,40	(817 589,74)	-29,12%
Lares	4 304 715,71	5 131 986,50	(827 270,79)	-16,12%
Centro de Acolhimento Temporário	202 077,30	562 716,17	(360 638,87)	-64,09%
Centros de Dia	457 023,04	314 725,71	142 297,33	45,21%
Refeitório e Cantinas	222 994,53	176 230,71	46 763,82	26,54%
Balneários - Lavandaria/Tratamento	328 637,47	292 185,45	36 452,02	12,48%
Transporte Adaptados/Ajudas Técnica	199 419,65	337 591,90	(138 172,25)	-40,93%
Empresas de Inserção		38 017,62	(38 017,62)	-100,00%
Academia Sénior	160 234,00		160 234,00	-
CECI	117 937,61		117 937,61	-
Apartamentos Partilhados	6 532,61		6 532,61	-
Centro de Alojamento de Emergência Social	117 143,28		117 143,28	-
Outras prestações de Serviços de Ação Social	966 738,13	2 303 069,32	(1 336 331,19)	-58,02%
Emergência	28 818 961,56	25 986 015,84	2 832 945,72	10,90%
Socorro e Transporte	26 555 629,92	22 157 886,99	4 397 742,93	19,85%
Transporte de Doentes	23 360 271,41	22 127 879,65	1 232 391,76	5,57%
Apoio Actividades Culturais e Desportivas	1 592 138,22	0,00	1 592 138,22	-
Outros	1 603 220,29	30 007,34	1 573 212,95	5242,76%
Emergencia Social	518 374,99	2 619 924,57	(2 101 549,58)	-80,21%
TES/ Linha 144	241 620,73	266 143,64	(24 522,91)	-9,21%
Outros	276 754,26	2 353 780,93	(2 077 026,67)	-88,24%
Teleassistencia	1 744 956,65	1 165 775,84	579 180,81	49,68%
Outras Prestações de Serviços de Emergência		42 428,44	(42 428,44)	-100,00%
Outras Prestações de Serviços	0,00	63 044,69	(63 044,69)	-100,00%
Serviços secundários		63 044,69	(63 044,69)	-100,00%
Total	58 440 172,98	61 317 555,55	(2 877 382,57)	-4,69%

Os serviços principais englobam exclusivamente os valores faturados a clientes particulares ou coletivos (entidades públicas ou privadas), nas seguintes áreas:

- Ensino, Educação e Formação;
- Saúde;
- Ação Social;
- Emergência.

Anexo

A área do ensino, educação e formação totaliza a 31 de dezembro de 2023 o montante de 12 279 865,80 euros, um valor em linha com o ano anterior (12 365 402,61 euros).

A área da saúde registou um valor de 8 268 165,63 euros, o que representa uma diminuição de 24,42%, face ao ano anterior.

Contrariam a tendência, na área da saúde, as Unidades de Cuidados Continuados que registaram um aumento significativo, que ascende 1 149 363,88 (31,36%).

A área da ação social registou uma diminuição de 24,16%.

A área da emergência registou um crescimento de 10,90%.

Os serviços prestados totalizam, em 2023, 58 440 172,98 euros, correspondente a uma variação negativa de 2 877 382,57 euros (4,69%).

À data de 31 de dezembro de 2023 os subsídios, doações e legados à exploração desdobram-se do seguinte modo:

Rendimentos - Subsídios, doações e legados à Exploração

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação	
Subsídios das entidades públicas	30 670 459,21	23 819 400,41	6 851 058,80	28,76%
Ministérios	22 310 963,50	20 043 486,93	2 267 476,57	11,31%
DN	1 422 000,00	1 470 703,30	(48 703,30)	-3,31%
MTSS	18 471 799,44	13 490 305,01	4 981 494,43	36,93%
Saúde	597 438,80	450 633,04	146 805,76	0,00%
Educação	1 327 417,25	1 279 271,01	48 146,24	0,00%
Outros	492 308,01	3 352 574,57	(2 860 266,56)	-85,32%
Fundos Comunitários	1 941 879,10	2 006 478,38	(64 599,28)	-3,22%
Autarquias	4 155 064,28	1 508 177,87	2 646 886,41	175,50%
Junta de Freguesia	34 184,23	13 120,12	21 064,11	0,00%
Outros	2 228 368,10	248 137,12	1 980 230,98	798,04%
Subsídios de outras entidades	170 230,53	290 038,90	(119 808,37)	-41,31%
Doações e heranças	1 524 913,00	1 344 125,01	180 787,99	13,45%
Donativos em dinheiro	1 524 513,00	1 341 667,82	182 845,18	13,63%
Donativos em espécie		2 061,19	(2 061,19)	0,00%
Heranças	400,00	396,20	3,80	0,00%
Total	32 365 602,74	25 453 564,32	6 912 038,42	27,16%

Esta rubrica regista o montante a 31 de dezembro de 2023, de 32 365 602,74 euros o que traduz um aumento de 27,16%, ou seja, de 6 912 038,42 euros.

Esta rubrica integra donativos recebidos em dinheiro e a compensação de custos por serviços prestados inerentes aos compromissos assumidos pela CVP no âmbito da sua atividade, protocolados com o Estado ou em candidaturas a projetos Nacionais ou Comunitários.

A variação verificada nesta rubrica de rendimentos é justificada por um aumento dos protocolos com o Instituto da Segurança Social e por um aumento dos protocolos estabelecidos ao nível local com as autarquias.

Os subsídios à exploração registados em Fundos Comunitários, são de 1 941 879,10 euros, sendo o seu reconhecimento feito em rendimentos na proporção dos gastos elegíveis do período.

Anexo

À data de 31 de dezembro de 2023 a rubrica outros rendimentos regista um valor de 8 569 284,32 euros e uma diminuição de 28,30% face ao exercício anterior.

Outros rendimentos

(€)

Rubricas	31/12/23	31/12/22	Variação	
Rendimentos Suplementares	1 822 955,90	1 742 265,07	80 690,83	4,63%
Serviços sociais	5 559,56	19 835,48	(14 275,92)	-71,97%
Aluguer de equipamento	13 329,50	10 672,06	2 657,44	24,90%
Aluguer de instalações	653 601,88	526 716,84	126 885,04	24,09%
Imóveis arrendados	557 326,97	109 457,00	447 869,97	409,17%
Outros rendimentos suplementares	593 137,99	1 075 583,69	(482 445,70)	-44,85%
Descontos de pronto pagamento obtido	17 433,17	5 377,08	12 056,09	224,21%
Ganhos em inventários	0,24	604,50	(604,26)	-99,96%
Rendimentos e ganhos em sub., ass. e emp. conjuntos	55 001,85	31 461,82	23 540,03	74,82%
Alienações AFT	35 193,84	2 883 940,32	(2 848 746,48)	-98,78%
Sinistros	117 593,19	63 760,70	53 832,49	84,43%
Correcções relativas a períodos anteriores	412 652,90	420 762,48	(8 109,58)	-1,93%
Imputação de subsídios para investimentos	849 201,89	479 303,35	369 898,54	77,17%
Donativos	4 790 350,13	4 452 775,05	337 575,08	7,58%
Outros rendimentos	468 901,21	1 871 403,98	(1 402 502,77)	-74,94%
Total	8 569 284,32	11 951 654,35	(3 382 370,03)	-28,30%

Dos itens incluídos nesta rubrica, destacam-se os seguintes:

- I. Rendimentos provenientes de alugueres ou rendas de imóveis totalizam 1 210 928,85 euros;
- II. O montante de 849 201,89 euros referente à imputação de subsídios ao investimento, efetuado na proporção das respetivas depreciações;
- III. O montante de 54 931,51 euros relativo ao proporcional da participação da CVP nos resultados líquidos da entidade subsidiária Parfisi, Lda.;
- iv. O montante de 4 790 350,13 euros relativo à execução das campanhas específicas que a CVP tem a decorrer. São reconhecidos em proveito, os donativos anteriormente recebidos, na proporção dos gastos incorridos no exercício. Em 2023, com maior impacto a campanha, Ajuda à Ucrânia – Refugiados, Síria e o Programa mais Feliz que funciona em permanência.

Anexo

19.1 Gastos

A rubrica de gastos e perdas apresenta a seguinte decomposição:

Gastos

Rubricas	31/12/23		31/12/22		Variação	
Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	3 292 913,77	3,34%	4 235 359,51	4,54%	(942 445,74)	-22,25%
Fornecimentos e Serviços Externos	31 521 546,09	32,00%	30 683 420,26	32,87%	838 125,83	2,73%
Gastos com o Pessoal	52 988 570,27	53,79%	47 221 081,47	50,59%	5 767 488,80	12,21%
Gastos de Depreciação e de Amortização	5 282 131,95	5,36%	5 154 185,41	5,52%	127 946,54	2,48%
Perdas por Imparidade	72 007,11	0,07%	39 555,33	0,04%	32 451,78	82,04%
Perdas por Redução de Justo Valor	7 751,66	0,01%	16 882,50	0,02%	(9 130,84)	-54,08%
Provisões do Período	40 000,01	-	-	-	-	-
Outros Gastos	3 292 366,57	3,34%	4 795 569,98	5,14%	(1 503 203,41)	-31,35%
Gastos de Financiamento	2 009 661,78	2,04%	1 202 191,53	1,29%	807 470,25	67,17%
Total	98 506 949,21	100%	93 348 245,99	100%	5 158 703,22	5,53%

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas registaram uma diminuição de 22,25%, totalizando 3 292 913,77 euros, no exercício de 2023.

Os fornecimentos e serviços externos totalizaram 31 521 546,09 euros, mantendo constância face ao montante registado em 2022.

Os gastos com o pessoal apresentaram um aumento de 12,21% em relação ao ano anterior.

Os gastos de financiamento registaram um aumento de 807 470,25 euros face a 2022, fruto da variação registada nas taxas de juro (67%).

Em termos gerais os gastos apresentam um aumento de 5,53% no exercício de 2023.

O detalhe da rubrica gastos com o pessoal, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, é a seguinte:

Gastos com pessoal

Sede Nacional, Centros Humanitários, Orçamentos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/23		31/12/22		Variação	
Remunerações do pessoal	43 093 778,79	81,33%	38 823 724,78	82,22%	4 270 054,01	11,00%
Indeminizações	98 336,01	0,19%	44 577,75	0,09%	53 758,26	120,59%
Encargos sobre remunerações	8 654 141,73	16,33%	7 769 411,46	16,45%	884 730,27	11,39%
Seguros acid trab doença profi	457 286,44	0,86%	225 729,73	0,48%	231 556,71	102,58%
Outros gastos com pessoal	685 027,30	1,29%	357 637,75	0,76%	327 389,55	91,54%
Total	52 988 570,27	100%	47 221 081,47	100%	5 767 488,80	12,21%

Os gastos com pessoal totalizam 52 988 570,27 euros, no exercício de 2023.

A 31 de dezembro de 2023 a CVP tinha ao serviço 2 834 funcionários remunerados e 3 988 voluntários (que compara com 2 837 funcionários e com 3 860 voluntários no final de 2022).

Anexo

A Direção Nacional da CVP é composta pelos seguintes Membros, não remunerados:

- António Manuel Frade Saraiva – Presidente Nacional;
- Fernando Ferreira Santo – Vice-Presidente;
- José Miguel Piedade Leonardo – Vice-Presidente;
- Maria Madalena Jesus Marques – Vice-Presidente;
- Marco António Mendes Paulino Serronha – Vice-Presidente;
- António Manuel Palma Ramalho – Vogal (apresentou renúncia ao cargo a 5 de abril de 2024);
- Ana Cristina Correia Martins Siza Vieira – Vogal;
- Luis Miguel Pais Antunes – Vogal;
- Maria do Carmo Neves da Silva Ruas da Silva – Vogal;

20. Provisões

A variação nas provisões acumuladas durante o exercício de 2023 é a seguinte:

Passivo não Corrente - Provisões

Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/22	Aumentos	Reduções	31/12/23	Variação	
Garantias a clientes	906,40	0,00	-	906,40	-	0,00%
Processos judiciais em curso	119 069,31	40 000,01	-	159 069,32	40 000,01	33,59%
Outras provisões	4 153,25	0,00	-	4 153,25	-	0,00%
Total	124 128,96	40 000,01	-	164 128,97	40 000,01	32,22%

À data de encerramento do ano 2023, estão constituídas provisões no valor de 164 128,97 euros.

Anexo

21. Financiamentos obtidos – Médio e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Financiamentos obtidos – Médio e longo prazo apresenta o seguinte detalhe:

Passivo não corrente - Financiamentos Obtidos

Rubricas	31/12/23	31/12/2022	Variação (€)	
Instituições de crédito e sociedades financeiras				
Empréstimos Bancários	17 840 551,01	15 500 799,06	2 339 751,95	15,09%
Locações Financeiras	5 578 235,18	5 970 795,77	(392 560,59)	-6,57%
Total	23 418 786,19	21 471 594,83	1 947 191,36	9%
Total	23 418 786,19	21 471 594,83	1 947 191,36	9,07%

À data de relato, os financiamentos obtidos de médio e longo prazo (MLP) perfazem 23 418 786,19 euros.

Os empréstimos bancários ascendem a 17 840 551,01 euros, dos quais 3 173 010,24 foram contraídos em 2023 para financiar o investimento na obra de construção da Unidade de Cuidados Continuados na Portela.

As locações financeiras (leasing), no montante de 5 578 235,18 euros, incluem os leasings imobiliários a liquidar no médio e longo prazo, respeitantes ao edifício da Av. Ceuta, instalações da Escola Superior de Saúde Lisboa (ESS).

22. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Passivo Corrente - Fornecedores

Rubricas	31/12/23	31/12/2022	Variação (€)	
Fornecedores				
Fornecedores c/c	5 901 591,87	5 919 581,06	(17 989,19)	-0,30%
Faturas em recepção e conferência	79 978,41	75 057,65	4 920,76	6,56%
Total	5 981 570,28	5 994 638,71	(13 068,43)	-0,22%

À data de 31 de dezembro de 2023 as dívidas a Fornecedores da CVP ascendem a 5 981 570,28 euros.

Anexo

23. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

Passivo Corrente - Estado e Outros Entes Públicos

Rubricas	31/12/23	31/12/2022	Variação (€)	
Imposto sobre o Rendimento				
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	329 131,08	327 967,45	1 163,63	0,35%
Imposto sobre o valor acrescentado	300 365,36		300 365,36	
Ouros impostos				
Contribuições para a Segurança Social	1 963 111,86	1 405 179,42	557 932,44	39,71%
Outras tributações	6 659,37	1 503,54	5 155,83	342,91%
Total	2 599 267,67	1 734 650,41	864 617,26	49,84%

À data de relato, as dívidas ao Estado ascendem a 2 599 267,67 euros.

O montante a pagar ao Estado resultante da Retenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) ascende a 329 131,08 euros.

O montante a pagar ao Estado de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é de 300 365,36.

O valor a pagar ao Estado referente a contribuições para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, cifra-se em 1 963 111,86 euros.

24. Financiamentos obtidos – Curto prazo

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de financiamentos obtidos de curto prazo apresenta o seguinte detalhe:

Passivo corrente - Financiamentos Obtidos

Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/23	31/12/2022	Variação (€)	
Instituições de crédito e sociedades financeiras				
Empréstimos Bancários	15 055 060,25	15 017 210,74	37 849,51	0,25%
Descobertos bancários	431 266,56	603 171,36	(171 904,80)	-28,50%
Loações Financeiras	531 077,09	696 065,47	(164 988,38)	-23,70%
Cessão Factoring/ Factoring	511 503,02	514 823,00	(3 319,98)	-0,64%
Total	16 528 906,92	16 831 270,57	(302 363,65)	-1,80%

À data do relato, estes financiamentos obtidos ascendem a 16 528 906,92 euros.

Anexo

25. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição

Passivo Corrente - Diferimentos

Rubricas	31/12/23	31/12/2022	Variação (€)	
Rendimentos a reconhecer	10 752 637,85	13 860 063,63	(3 107 425,78)	-22,42%
Total	10 752 637,85	13 860 063,63	(3 107 425,78)	-22,42%

Em 31 de dezembro de 2023 os rendimentos a reconhecer ascendem a 10 752 637,85 euros, dos quais se destacam os donativos pecuniários afetos a campanhas específicas da CVP, no montante de 5 354 843,10 euros, que, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, só deverão ser reconhecidos como rendimentos e ganhos quando forem incorridos os gastos com os fins a que se destinam.

26. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica outros passivos correntes apresenta a seguinte composição:

Passivo Corrente - Outros passivos correntes

Rubricas	31/12/23	31/12/2022	Variação (€)	
Outras contas a pagar				
Remunerações a Pagar	1 491 957,66	407 060,16	1 084 897,50	266,52%
Fornecedores de Investimento	1 265 637,59	1 354 217,50	(88 579,91)	-6,54%
Credores por Acréscimo de Gastos	9 081 480,04	8 404 646,77	676 833,27	8,05%
Outros Credores	2 731 460,03	2 622 428,15	109 031,88	4,16%
Adiantamento de Clientes e Utentes	629 622,28	612 192,37	17 429,91	2,85%
Total	15 200 157,60	13 400 544,95	1 799 612,65	13,43%

Em 31 de dezembro de 2023 existem outros passivos correntes no montante de 15 200 157,60 euros.

À data do relato, o montante de 9 081 480,04 euros reconhecido na rubrica credores por acréscimo de gastos inclui os custos respeitantes à estimativa de remunerações, a pagar em 2024, relativas às férias e subsídio de férias de 2023 que ascendem a 6 804 353,79 euros.

A estimativa de remunerações a liquidar, inclui as remunerações correspondentes ao período de férias, o subsídio de férias, as contribuições para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho, reportando-se o direito de gozo geralmente ao trabalho prestado no ano civil anterior e, por isso, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios ou acréscimo, estes gastos foram considerados em 2023 embora o pagamento efetivo só ocorra em 2024.

À data de 31 de dezembro de 2023 os adiantamentos de clientes por serviços prestados ascendem a 629 622,28 euros.

Anexo

27. Acontecimentos após a data de balanço

Na presente data, a Direção Nacional não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2023 que justifiquem ajustamentos nestas demonstrações financeiras.

28. Outros assuntos

Dado que as duas empresas participadas, referidas na nota 7, não se apresentam como materialmente relevantes, quer individualmente quer em conjunto, para a realização do objetivo de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, a CVP optou pela sua exclusão, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Lisboa, 15 de maio de 2024

A Direção Nacional

António Saraiva
Presidente Nacional

Fernando Santo
Vice-Presidente

José Miguel Leonardo
Vice-Presidente

Madalena Ramalho
Vice-Presidente

Marco Serronha
Vice-Presidente

Cristina Siza Vieira
Vogal

Luís Pais Antunes
Vogal

Maria do Carmo Neves
Vogal

A Contabilista Certificada

Paula Bock Silva

Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CRUZ VERMELHA PORTUGUESA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 174.214.967 euros e um total de fundos patrimoniais de 99.569.511 euros, incluindo um resultado líquido de 3.469.442 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

A Cruz Vermelha Portuguesa integra nas suas contas, para além da sede, 152 estruturas locais, incluindo delegações, extensões de delegações, centros humanitários e organismos autónomos, não dispondo ainda de um sistema contabilístico totalmente integrado, que permita a consistência e uniformidade necessária nos procedimentos contabilísticos adotados. Não obstante ter sido operada em 2023 a transição para um novo *software* de contabilidade, com o objetivo de assegurar a integração da contabilidade elaborada a nível das estruturas locais, tal integração apenas permitiu, até ao final de 2023, assegurar a integração de cerca de 67% destas estruturas (55% em 2022), sendo a contabilidade das restantes efetuada com utilização de outros aplicativos, inviabilizando a integração tempestiva da informação contabilística, a qual apenas é efetuada com referência ao final do ano.

Esta limitação, para além dos constrangimentos de gestão que envolve, dada a insuficiência e tempestividade da informação de gestão disponível ao longo do ano a nível da Direção Nacional, condiciona a abrangência dos procedimentos de auditoria, bem como a validação dos procedimentos de controlo contabilístico ao nível de cada uma das estruturas cuja contabilidade ainda não está integrada num *software* de contabilidade comum.

Face à limitação descrita, os resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, designadamente no âmbito da confirmação externa relacionada com os saldos de terceiros, afiguraram-se insuficientes para efeitos da produção de prova de auditoria considerada necessária e suficiente, apresentando-se também condicionada a extensão das verificações de auditoria, em relação às áreas de acréscimos e diferimentos, com possíveis impactos em resultados, não nos permitindo formular, com a necessária segurança, uma opinião sobre as respetivas áreas de balanço e demonstração dos resultados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

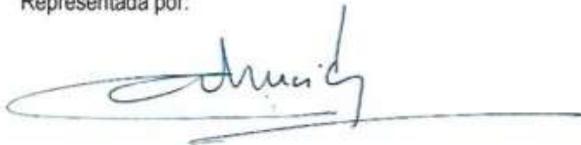
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de maio de 2024

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

Parecer do
Conselho Fiscal

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE AS CONTAS DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
EXERCÍCIO DE 2023**

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 31.º dos Estatutos da Cruz Vermelha Portuguesa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto, compete ao Conselho Fiscal *"examinar e dar parecer sobre o relatório e contas anuais, antes de serem submetidas à apreciação da assembleia geral"*.

Deste modo, o presente relatório, dando cumprimento àquele desiderato, expressa a posição do Conselho Fiscal da Cruz Vermelha Portuguesa sobre o relatório e contas anuais relativas ao exercício de 2023, apresentadas pela sua Direção Nacional.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal acompanhou de perto a atividade desenvolvida pela Cruz Vermelha Portuguesa no decurso do exercício de 2023, tendo reunido com regularidade e sempre que as circunstâncias o justificassem, atentas as questões que lhe foram colocadas pelos Serviços e a necessidade de acompanhar a atividade da Instituição.

No decurso do exercício de 2023 o Conselho Fiscal pronunciou-se especificamente sobre os seguintes temas:

- Proposta de aquisição de um prédio urbano sito na Rua Dr. António Alves Ferreira da Silva, Lugar de Faria de Cima, Freguesia de Cucujães, Concelho de Oliveira de Azeméis, destinado à instalação da sede da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Cucujães e ao apoio às diversas atividades desenvolvidas por esta Delegação;
- Possibilidade de aceitação de uma doação, relativa a uma fração situada no Centro Comercial Chafariz, em Abrantes;



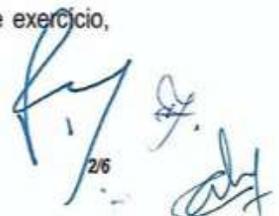
1/6

Conselho Fiscal

- Proposta de aquisição, por doação, livre de ónus ou encargos, de uma fração autónoma, integrante de um prédio urbano, constituído em regime de propriedade horizontal, sito na Rua Bombeiro Macieira, n.º 73, 4600-061 Amarante, destinada à respetiva Delegação;
- Proposta de aquisição, por doação, livre de ónus ou encargos, de uma fração autónoma, integrante de um prédio urbano em regime de propriedade horizontal sito em Beatas, Edifício *Shopping* do Loreto, União das Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, no concelho de Bragança, destinada à respetiva Delegação;
- Proposta de aquisição, por doação, livre de ónus ou encargos, de uma fração autónoma, integrante de um prédio urbano em regime de propriedade horizontal sito na Rua Rui Faleiro, nº 87 a 89, na Covilhã, destinada à respetiva Delegação;
- Possibilidade de alienação da quota-parte de 2/100 da herança ilíquida e indivisa de um benemérito falecido, composta por dois prédios urbanos situados na freguesia do Mindelo, concelho de Vila do Conde;
- Possibilidade de alienação de um quinto de um imóvel que a CVP em Amares, que veio ao seu património na sequência de uma doação ocorrida em 2016;
- Reembolso de despesas efetuadas no cumprimento das obrigações previstas no art.º 35.º dos Estatutos da CVP.

Sem prejuízo das considerações e recomendações que o Conselho Fiscal entendeu formular relativamente a cada um dos assuntos submetidos à sua apreciação, e que foram refletidas nos respetivos pareceres, o sentido dos mesmos foi genericamente favorável relativamente às matérias em apreciação.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o encerramento das contas do exercício de 2023, bem como a atividade de auditoria desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela certificação legal das contas da Cruz Vermelha Portuguesa, considerando por isso que está em condições de expressar a sua opinião sobre o relatório e contas anuais relativas a este exercício, apresentadas pela sua Direção Nacional.



2/6

Conselho Fiscal

3. QUALIDADE E TEMPESTIVIDADE DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E DE GESTÃO

Importa, antes de mais, salientar que o universo da Cruz Vermelha Portuguesa é constituído, para além da sede nacional, por 152 estruturas locais atualmente em atividade, incluindo delegações, extensões de delegações, centros humanitários e organismos autónomos.

Estas estruturas encontram-se dispersas geograficamente por todo o país, e apesar da existência de regras definidas centralmente, apresentam um elevado nível de autonomia contabilística, não estando ainda assegurado que a respetiva contabilidade seja assegurada, em todas elas, com recurso ao mesmo *software* de contabilidade.

Não obstante, em 2023 foram desenvolvidos esforços no sentido de criar condições visando o processo de integração da informação contabilística relativa às diversas estruturas, tendo sido implementado um novo *software* de contabilidade, suscetível de permitir atingir tal desiderato. Deste modo, aumentou de 55% em 2022 para 67% no final de 2023 o número de estruturas locais que já utiliza o mesmo *software*, sendo no entanto necessário que esta evolução tenha continuidade, de forma a tornar viável a integração automática dos movimentos contabilísticos e, conseqüentemente, dos saldos periódicos, sem a qual continuará a revelar-se inviável a disponibilização, ao longo do ano, de uma posição económica e financeira integrada, bem como do conhecimento do nível de tesouraria, de liquidez e da posição relativa a saldos com terceiros, em termos agregados da Instituição.

Esta situação, para além das dificuldades de gestão que gera, envolve ainda, com frequência, a proliferação de procedimentos e critérios contabilísticos distintos.

Adicionalmente, esta impossibilidade de integração automática da contabilidade de cada estrutura local, para além das limitações que gera ao nível da informação de gestão disponibilizada, reflete-se em dificuldades muito significativas ao nível dos procedimentos de encerramento contabilístico do exercício e conseqüente disponibilização de balancetes integrados e da elaboração de demonstrações financeiras de forma tempestiva.

Como o Conselho Fiscal tem vindo a referir nos seus anteriores relatórios, a disponibilização tempestiva deste tipo de informação é igualmente essencial para que possa ser equacionada uma gestão de tesouraria e do serviço da dívida mais racional, com as economias potenciais que daí possam resultar, situação que se revela ainda mais premente no contexto de taxas de juro mais elevadas.

Conselho Fiscal

A este propósito importa salientar o trabalho que entretanto está a ser desenvolvido pela Direção Nacional, visando o envolvimento de instituições financeiras nacionais a selecionar, no sentido de assegurar uma adequada articulação entre disponibilidades da CVP parqueadas no sistema financeiro e responsabilidades da Instituição CVP perante o mesmo sistema financeiro, com o objetivo de minimizar os gastos de financiamento que, recorde-se, em 2023 ascenderam a 2.010 milhares de euros, tendo registando um agravamento de 67% face ao ano anterior, não obstante o total das responsabilidades com financiamentos obtidos ter aumentado apenas 4,3%, o que torna mais relevante a importância das medidas que possam ser adotadas neste âmbito.

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O desempenho económico da Cruz Vermelha Portuguesa em 2023, reflete níveis de rentabilidade bastante positivos, num contexto de normalização da atividade, depois da situação atípica que se viveu durante o período da pandemia, em que a grande capacidade de resposta das diversas estruturas da Cruz Vermelha Portuguesa perante as exigências decorrentes da situação pandémica que se viveu sobretudo em 2020 e 2021, embora com reflexos, ao nível dos rendimentos, ainda em 2022, se refletiu no acréscimo das contraprestações recebidas e, conseqüentemente, nos resultados obtidos.

Por isso, importa salientar que o desempenho económico alcançado em 2023, com um EBITDA de 10.588 milhares de euros, superou em cerca de 2,5 vezes o que foi alcançado em 2019 e 2020.

Do mesmo modo, o resultado líquido de 3.469 milhares de euros, apurado em 2023, embora não possa ser diretamente comparado com o que foi gerado no período da pandemia, pelas razões já expostas, reflete uma inversão clara face à situação evidenciada em 2019 e 2020, em que foram obtidos resultados negativos.

À semelhança do que referimos no nosso Relatório sobre as contas de 2022, continua a registar-se um crescimento acentuado da rubrica de Gastos com Pessoal, que registou um aumento de 12,2% face a 2022, passando esta rubrica a representar 53,4% do total de gastos da Instituição, o que não pode deixar de merecer cuidada atenção.

No que se refere à situação financeira, a Cruz Vermelha Portuguesa evidencia, no final de 2023, um passivo total de 74.645 milhares de euros, o que reflete um aumento de 1.228 milhares de euros face a 2022, muito embora este aumento seja mais do que compensado pelo reforço dos fundos patrimoniais, que ascendeu a 6.802 milhares de euros.

Conselho Fiscal

De salientar que os fundos patrimoniais asseguram a cobertura de 57,2% do total do ativo, o que evidencia uma robustez financeira assinalável.

Por outro lado, e à semelhança do que tem sido referido em pareceres anteriores emitidos pelo Conselho Fiscal, continua a verificar-se uma situação algo paradoxal, dado que a Cruz Vermelha Portuguesa dispõe de um saldo de disponibilidades que, no final de 2023, ascendia a 45.160 milhares de euros (50.076 milhares de euros no final de 2022), mantendo, em simultâneo, um endividamento bancário no montante de 39.948 milhares de euros (38.303 milhares de euros em 2022), que gerou gastos de financiamento de 2.010 milhares de euros (1.202 milhares de euros em 2022).

Esta situação reflete, de forma inequívoca, uma ineficiência significativa da função financeira, dado que se traduz numa realidade anacrónica, em que a Cruz Vermelha recorre ao crédito bancário oneroso, sem que consiga retirar qualquer rentabilidade das elevadas disponibilidades que detém, concentradas em algumas estruturas locais.

5. AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenha as funções de Vogal ROC do Conselho Fiscal procedeu à auditoria às contas, tendo emitido a correspondente Certificação Legal das Contas, com uma reserva por limitação de âmbito, decorrente da insuficiência de informação agregada, o que condicionou o desenvolvimento todos os procedimentos que considerava necessários para se pronunciar sobre um conjunto de saldos constantes das demonstrações financeiras.

De salientar que esta insuficiência de informação se prende com o descrito no ponto 3 do presente relatório, decorrente da ausência de um único aplicativo de contabilidade que seja adotado por todas as estruturas locais, suscetível de assegurar a respetiva integração automática, situação que se espera que possa vir a ser fortemente atenuada com a adoção, ainda em 2023, de um novo *software* de contabilidade, já em funcionamento em 67% das estruturas existentes.

No exercício das nossas competências, expressamos a nossa concordância com o teor da certificação legal das contas.

Conselho Fiscal

6. PARECER

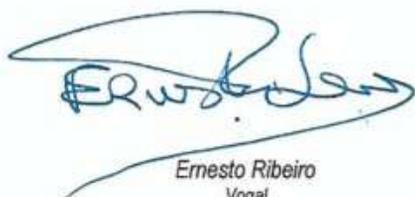
Em cumprimento do disposto na a) do n.º 2 do art.º 31.º dos Estatutos da Cruz Vermelha Portuguesa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto, o Conselho Fiscal, atento o exposto nos pontos anteriores, bem como na Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenha as funções de Vogal ROC do Conselho Fiscal, expressa o seu parecer favorável à aprovação dos documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2023, relativos à Cruz Vermelha Portuguesa.

Consequentemente, o Conselho Fiscal expressa o seu entendimento de que as mesmas se encontram em condições de ser aprovadas pelos Senhores Associados, em sede de Assembleia Geral.

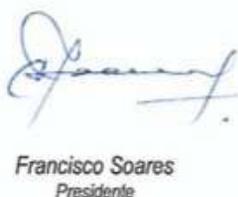
Finalmente, o Conselho Fiscal agradece toda a colaboração que lhe foi dispensada, quer pelos membros da Direção Nacional, da cessante e da atual, bem como pelos diversos Serviços com que teve a oportunidade de se relacionar.

Elaborado em 16 de maio de 2024

O Conselho Fiscal



Ernesto Ribeiro
Vogal



Francisco Soares
Presidente



Vitor Almeida
Vogal ROC

Há 159 anos

A fazer a diferença. Todos os dias.



Cruz Vermelha
Portuguesa